

COLEÇÃO
DEFESA E
FRONTEIRAS
VIRTUAIS

V

DEFESA CIBERNÉTICA E MOBILIZAÇÃO NACIONAL

Marcos Aurélio Guedes de Oliveira
ORGANIZADOR

Ana Carolina de Oliveira Assis

Ana Paula Ferreira Motta

Carlos Eduardo De Franciscis Ramos

Carlos Eduardo Vieira Braga

Carolina Lucena Cruz

Danielle Jacon Ayres Pinto

David Victor de Melo Chaves

Dennison de Oliveira

Fernando Henrique Casalunga

Gills Vilar-Lopes

Graciela De Conti Pagliari

Juliana Viggiano

Lucas Soares Portela

Natália Diniz Schwether

Nathália Viviani Bittencourt

Oscar Medeiros Filho

Pedro Arthur Linhares Lima

Pedro Henrique Gonçalves Silva

Ricardo Borges Gama Neto

Thays Felipe David de Oliveira

Victor Alves


Editora
UFPE

**DEFESA CIBERNÉTICA
E MOBILIZAÇÃO
NACIONAL**

DEFESA CIBERNÉTICA E MOBILIZAÇÃO NACIONAL

MARCOS AURÉLIO GUEDES DE OLIVEIRA
ORGANIZADOR


Editora  UFPE
RECIFE | 2020

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos e videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial em qualquer sistema de processamento de dados, além da inclusão de parte da obra em qualquer programa cibernético. Essas proibições se aplicam, também, às características gráficas da obra e à sua editoração.

Editor geral da coleção

Marcos Aurélio Guedes de Oliveira

Equipe editorial

Diagramação: Pierre Edmilson

Revisora: Thalita Franciely de Melo Silva

Capa e projeto gráfico: Ildembergue Leite

Assistente administrativo: Luciana Belo

Assistentes editoriais: Thays Felipe David de Oliveira, Luciana Belo e Flávia Lessa

Impressão e acabamento: Editora UFPE

Conselho editorial

Adriana Aparecida Marques

Gills Vilar Lopes

Graciella de Conti Pagliari

Lucas Soares Portella

Marcos Aurélio Guedes de Oliveira

Oscar Medeiros Filho

Ricardo Borges Gama Neto

Catálogo na fonte

Bibliotecária Kalina Ligia França da Silva, CRB4-1408

D313 Defesa cibernética e mobilização nacional / organizador : Marcos Aurélio Guedes de Oliveira. – Recife : Ed. UFPE, 2020. 234 p. : il. – (Coleção Defesa e Fronteiras Virtuais, v.5).

Vários autores.

Inclui referências.

ISBN 978-85-415-1176-6 (broch.)

1. Cibernética – Medidas de segurança. 2. Sistemas de recuperação da informação – Medidas de segurança. 3. Segurança pública – Brasil. 4. Mídia social – Aspectos políticos. 5. Internet – Aspectos sociais – Medidas de segurança. I. Oliveira, Marco Aurélio Guedes de (Org.). II. Título da coleção.

003.5

CDD (23.ed.)

UFPE (BC2019-104)

EDITORA ASSOCIADA À



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e ao Instituto Pandiá Calógeras (IPC) do Ministério da Defesa, que, a partir do edital do Programa Álvaro Alberto de Indução à Pesquisa em Segurança Internacional e Defesa Nacional, permitiram a publicação desta obra.

Aos colegas autores da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Universidade da Força Aérea (UNIFA) e a todos autores dos diferentes artigos presentes nessa publicação.

Aos que trabalharam na edição, revisão, projeto gráfico e divulgação da obra.

APRESENTAÇÃO DOS AUTORES

Ana Carolina Assis de Oliveira

Doutoranda em Ciência Política na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestre em Ciência Política pela UFPE e Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Paraíba.

Ana Paula Ferreira Motta

Possui graduação em História pela Universidade Federal do Paraná. Mestranda em História pela UFPR. É professora pelo Colégio da Polícia Militar do Paraná.

Carlos Eduardo De Franciscis Ramos

Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (1990), Bacharel em Direito pela Universidade Estácio de Sá (2005), mestre em Operações Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (1998), doutorado em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (2008), Pós-Doutorado em Administração Pública pela EBAPE/FGV (2012) e Pós-graduado em Altos Estudos de Política e Estratégia pela Escola Superior de Guerra (2016)

Carlos Eduardo Vieira Braga

Graduando em Engenharia da Computação (CIn) na Universidade Federal de Pernambuco, Técnico em manutenção e suporte em informática - ETEPAM.

Carolina Lucena Cruz

Graduada em Ciência Política com ênfase em Relações Internacionais na Universidade Federal de Pernambuco.

Danielle Jacon Ayres Pinto

Professora Adjunta no Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC. Pós-Doutoranda em Ciências Militares na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército - ECEME, Doutora em Ciência Política na linha de Política Internacional pela UNICAMP, Mestre em Relações Internacionais na linha de Estudos de Paz e Segurança e Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de Coimbra. Coordenadora do Grupo de Pesquisa em Estudos Estratégicos e Política Internacional – GEPPIC e pesquisadora do Grupo de Pesquisa e Extensão em Segurança Internacional e Defesa – GESED ambos na UFSC, pesquisadora do Grupo de O Brasil e as Américas da UFPE. É secretaria executiva adjunta da Associação Brasileira de Estudos de Defesa – ABED

David Victor de Melo Chaves

Mestrando em Ciência Política na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Bacharel em Ciência Política com ênfase em Relações Internacionais pela UFPE.

Dennison de Oliveira

Professor do Programa de Pós-Graduação em História e do Mestrado Profissional em História da Universidade Federal do Paraná. É pós-doutor em Estudos Estratégicos (INEST/UFF, 2014), Doutor em Ciências Humanas (UNICAMP, 1995), Mestre em Ciência Política (UNICAMP, 1991), bacharel e licenciado em História (UFPR, 1987).

Fernando Henrique Casalunga
Mestrando em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Bacharel em Ciência Política com ênfase em Relações Internacionais pela UFPE e Bacharel e Licenciado em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP).

Gills Vilar-Lopes
Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Aeroespaciais (PPGCA) da Universidade da Força Aérea (UNIFA). Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). *Specialized Course in Cybersecurity: Issues in National and International Security* pela *National Defense University* (NDU), Washington. Conselheiro Editorial da RBI/ABIN.

Graciela De Conti Pagliari
Professora Associada do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), pesquisadora do Grupo de Pesquisa e Extensão em Segurança Internacional e Defesa (GESED) da UFSC, e vice-coordenadora do Grupo Brasil e as Américas do CNPq.

Juliana Viggiano
Professora Adjunta do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais (NUPRI) da USP e do Grupo de Pesquisa e Extensão em Segurança Internacional e Defesa (GESED) da UFSC.

Lucas Soares Portela

Professor Assistente de Relações Internacionais (UniCEUB) , Mestre em Ciências Militares (ECEME) , Especialista em Relações Internacionais e Diplomáticas na América do Sul (UCB) e Bacharel em Relações Internacionais (UDF)

Marcos Aurélio Guedes de Oliveira

Doutor pela Universidade de Essex. É membro dos cursos de pós-graduação em Ciência Política (UFPE) e do curso de Ciências Militares (ECEME). Coordenador do Grupo de Estudos Brasil e as Américas (CNPq) e do Núcleo de Estudos Americanos (UFPE)

Natália Diniz Schwether

Doutoranda em Ciência Política (UFPE), Mestre em Relações Internacionais (UFSC) e Bacharel em Relações Internacionais (UNESP)

Nathália Viviani Bittencourt

Mestranda em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Recife (UFPE).

Oscar Medeiros Filho

Geógrafo formado pela UFMS (1995). É Mestre em Geografia Humana (USP, 2004), Doutor em Ciência Política (USP, 2010) e Pós-doutor em Relações Internacionais (UnB, 2018). Oficial do Exército, foi professor da EsPCEx (1996-2010); da AMAN (2011-2012); e do Instituto Meira Mattos da ECEME (2013-2015). É coordenador de pesquisas do CEEEx e professor de Relações Internacionais do Uniceub.

Pedro Henrique Gonçalves Silva
Engenheiro Civil. Acadêmico de Direito pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Participou do Projeto Rondon “Operação Teixeira” e do Congresso Acadêmico sobre Defesa Nacional (CADN) pelo Grupo de Estudos de Defesa e Análises Internacionais (GEDAI/CNPq).

Pedro Arthur Linhares Lima
Mestre em Ciência da Computação pelo Air Force Institute of Technology (1996). Doutor em Engenharia de Produção pela UFRJ (2003). MBA em Planejamento Estratégico pela COPPE-UFRJ (2009). É professor do Programa de Pós-graduação em Ciências Aeroespaciais da Universidade da Força Aérea (UNIFA). É o coordenador da UNIFA no Projeto Ciência, Tecnologia e Inovação em Defesa: Cibernética e Defesa Nacional, do Programa Pro-Defesa IV. Participa de grupos de pesquisas na área de Segurança e Defesa Cibernética.

Ricardo Borges Gama Neto
Professor do departamento de Ciência Política da UFPE. É membro dos cursos de pós-graduação em Ciência Política (UFPE) e do curso de Ciências Militares (ECEME).

Thays Felipe David de Oliveira
Doutoranda em Ciência Política pela UFPE. Mestre em Antropologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

Vitor Alves

Graduando em Ciência Política com ênfase em
Relações Internacionais na Universidade Federal de
Pernambuco.

SUMÁRIO

- 15** **Apresentação**
Oscar Medeiros Filho

ASPECTOS HISTÓRICOS DA MOBILIZAÇÃO

- 25** **Mobilização e resistência nos sertões sulinos: o Exército Encantado de São Sebastião e o povo dos redutos na Guerra do Contestado (1912-1916)**
Ana Paula Ferreira Motta
- 49** **Mobilização de massa e conflito mundial: a experiência histórica brasileira na Segunda Guerra Mundial (1942-1945)**
Dennison de Oliveira
- 79** **Evolução histórica da mobilização nacional e da requisição no Brasil**
Carlos Eduardo De Franciscis Ramos

PROBLEMAS ATUAIS

- 107** **Impactos da inteligência cibernética nas ações e atividades relacionadas à mobilização nacional no Brasil**
Gills Vilar-Lopes
Pedro Henrique Gonçalves Silva
- 129** **Inteligência cibernética como importante fator de dissuasão para a mobilização nacional**
LUCAS SOARES PORTELA

153 Mobilização nacional, ameaças cibernéticas e redes de interação num modelo de tríplice hélice estratégica: Um estudo prospectivo

Graciela de Conti Pagliari

Danielle Jacon Ayres Pinto

Juliana Viggiano

175 Uma análise exploratória a partir da legislação de defesa

Ricardo Borges Gama Neto

195 A necessidade de mobilização permanente das infraestruturas críticas nacionais

Pedro Arthur Linhares Lima

217 A importância da educação digital na era da informação: Impressões do projeto de extensão "CYBER-CID" da Universidade Federal de Pernambuco

Marcos Aurélio Guedes de Oliveira e et al.

CONCLUSÃO

229 Possíveis diretrizes e ações de segurança e defesa cibernética no contexto da mobilização nacional

Marcos Aurélio Guedes de Oliveira

APRESENTAÇÃO

OSCAR MEDEIROS FILHO

Não obstante o seu valor estratégico, mobilização nacional é um tema desconhecido e pouco debatido no Brasil. Mobilização nacional refere-se a um o conjunto de atividades conduzidas pelo Estado visando capacitá-lo diante da necessidade de enfrentar uma crise (conflito, agressão, desastre etc) que possa colocar em risco a segurança nacional. Envolve transferir, de forma planejada, meios (recursos públicos e privados) necessários à realização das ações de defesa a fim de superar a situação de crise que justificou esse esforço nacional.

Até meados do século passado, a mobilização nacional era pensada basicamente como esforço de guerra, cujo gatilho para a sua decretação estava geralmente relacionado à iminência de uma agressão estrangeira. Tratava-se de um modelo *westfaliano*, em um mundo onde os cálculos estratégicos possuíam relativa previsibilidade. Diferentemente do modelo de guerra *westfaliano* que admitia uma evolução linear dos conflitos (crise - agravamento da crise – mobilização – conflito armado), pensar mobilização nacional no século XXI sugere novos desafios, diante de ameaças cada vez mais fluidas, difusas e imprevisíveis, exigindo dos Estados novas ferramentas de Inteligência, incluindo as atividades cibernéticas. Do ponto de vista político, o cenário internacional apresenta um novo complicador

para se pensar mobilização: a guerra não tem sido mais declarada. Os ataques ocorridos no espaço cibernético têm sido à exemplo disso, as ameaças cibernéticas contínuas.

Para além da guerra clássica, os novos contextos exigirão das políticas de mobilização nacional uma qualificação mais específica da natureza das ameaças a serem enfrentadas por um esforço nacional: desastres ambientais, terrorismo, pandemias, ataques cibernéticos etc, o que sugere um modelo multidimensional de mobilização envolvendo diferentes setores (político, social, científico-tecnológico, econômico, de Inteligência, dentre outros).

Os artigos que compõem a presente obra tratam exatamente desses temas. Sob perspectivas diversas de pesquisadores civis e militares, busca-se jogar luzes sobre um tema tão estratégico mas pouco debatido. O presente livro representa, portanto, um esforço conjunto de iniciar um debate amplo sobre a necessidade e o caráter estratégico desse tema para o Brasil.

Para tanto, o livro está dividido em duas seções: uma com olhar para o passado e outra voltada aos desafios do futuro. A seguir, discorre-se brevemente sobre as seções e capítulos que compõe a presente obra.

A primeira seção, intitulada “Aspectos históricos da Mobilização”, discute os desafios da mobilização no Brasil ao longo de sua formação nacional, a partir da seleção de alguns momentos históricos, como a Guerra de Contestado, a Revolução Constitucionalista de 1932 e a Segunda Guerra Mundial. O primeiro capítulo, de autoria de Ana Paula Motta, intitula-se “Mobilização e resistência nos sertões sulinos: o Exército Encantado de São Sebastião e o povo dos redutos na Guerra do Contestado (1912-1916)”. Com base na historiografia da Guerra de Contestado, a autora desenvolve a ideia de “mobilização” a partir da ótica de resistência dos sertanejos do Contestado na luta contra as forças do governo central.

O segundo capítulo “Mobilização de massa e conflito mundial: a experiência histórica brasileira na Segunda Guerra Mundial (1942-1945)”, escrito por Dennison de Oliveira, discute os aspectos políticos e socioeconômicos que envolveram o processo de mobilização nacional conduzido pelo Governo Vargas durante a Segunda Guerra Mundial. Para além da mobilização propriamente militar, o autor descreve o esforço nacional que envolveu setores civis (industrial, agrícola e de transportes), como a criação de comissões de abastecimento, encarregadas de regular o racionamento, controlar os preços e garantir o fornecimento dos gêneros de primeira necessidade, de arregimentação de enfermeiras e de voluntárias para o serviço social, de arrecadação de dinheiro e materiais de interesse estratégico, dentre outros. O autor chama a atenção para os chamados “soldados da borracha” (migrantes deslocados para os seringais da Amazônia com a finalidade de incrementar a produção de borracha necessários ao esforço de guerra dos aliados). Além disso, descreve os diversos problemas que envolveram o esforço nacional de guerra, como os insuficientes meios para convocar, mobilizar, alojar e preparar soldados para a guerra, somados às precárias condições socioeconômicas da maior parte da população. Por fim, o autor chama a atenção um aparente paradoxo, a escassa legitimidade de uma ditadura (Estado Novo) para mobilizar a população em um esforço de guerra para lutar contra as potências totalitárias.

Encerrando a primeira seção, o capítulo “Evolução Histórica da Mobilização Nacional no Brasil”, do Coronel Carlos Eduardo De Franciscis Ramos, discute a evolução histórica do processo de mobilização nacional no Brasil. Para tanto, descreve as atividades de mobilização ocorridas no País, desde o Período Colonial, passando pelo Período Imperial e até chegar no Período Republicano. Neste, merece destaque as atividades de mobilização ocorridas durante

as chamadas Insurreições Sertanejas (Canudos e Contestado) e a Revolução Constitucionalista, de 1932.

A segunda seção, intitulada “Problema atuais”, é composta por seis capítulos que tratam de novos desafios relacionadas à mobilidade nacional, advindos especialmente do atual contexto mundial profundamente impactado pelo ambiente técnico-científico-informacional. No capítulo “Impactos da inteligência cibernética nas ações e atividades relacionadas à mobilização nacional no Brasil”, Gills Vilar Lopes e Pedro Henrique Gonçalves Silva discutem o papel fundamental nos dias atuais da Inteligência e do ciberespaço para a Mobilização Nacional. Para tanto, os autores apresentam as Atividades de Inteligência, mais especificamente, as atividades de Inteligência Cibernética, como ferramentas imprescindíveis na tomada de decisão político-estratégica, destacando o impacto de seu uso para a Mobilização Nacional, tendo como norte o caráter excepcional da conscrição em massa. Concluindo, os autores argumentam o uso da capacidade cibernética da Inteligência brasileira para o aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB), além de criação de uma cultura de Mobilização Nacional nos órgãos não tão ligados à temática da Defesa.

Em “Inteligência cibernética como importante fator de dissuasão para a mobilização nacional”, Lucas Portela trata da inteligência cibernética como ferramenta de monitoramento/controle de informações estratégicas para o aprimoramento da mobilização nacional, permitindo ao Estado respostas rápidas e consistentes em caso de crises no País. Para tanto, o autor explana a integração de sistemas governamentais e a utilização de redes sociais como ferramentas estratégicas na gestão de distúrbios e conflitos armados. O autor conclui que, apesar do número elevado de usuários em redes sociais, o País ainda apresenta limitações tecnológicas e limitado

potencial de produção de dados de inteligência cibernética confiáveis. Tais vulnerabilidades exigem investimentos governamentais que permitam, por meio da inteligência cibernética, transformar dados coletados em conhecimento estratégico, especialmente, em casos de enfrentamento de crises.

Em “Mobilização Nacional, Ameaças Cibernéticas e Cooperação em Rede de hélice tríplice: um estudo prospectivo”, Graciela Pagliari, Danielle Pinto e Juliana Viggiano discutem o contexto de ameaças contínuas aos Estados, particularmente, no campo cibernético, e a complexidade atual de mobilização nacional que, para além do modelo tradicional, ligado especialmente a ações de infraestrutura e logística materiais, exigem uma perspectiva multidimensional dos campos do poder. Para tanto, propõem uma ferramenta capaz de tornar as atividades de mobilização algo cada vez mais ágil e eficiente. Baseada no modelo da “tríplice hélice” – rede cooperativa de inovação produtos militares que envolve os setores público, privado (indústria) e a academia, indicam utilizar as capacidades desses setores interconectados para, além de criar produtos nacionais de defesa, gerar cenários, pensar medidas de proteção, além de difundir a mentalidade de mobilização nacional.

No capítulo “Mobilização Nacional: uma análise exploratória a partir da legislação de defesa”, Ricardo Borges discute o conceito de Mobilização Nacional a partir da evolução da política nacional de defesa e da legislação constitucional e infraconstitucional (leis, decretos e documentos doutrinários) que regula o tema. O autor identifica avanços conceituais que projetam a ideia de mobilização nacional para além do modelo vigente até meados do século XX, centrado em hipótese de guerra. Assim, não obstante a importância da ação logística militar para o preparo e execução da mobilização, a nova perspectiva de mobilização amplia a discussão, pondo em loco questões como

tecnologia, investimentos públicos e demandas sociais. Entendendo a mobilização nacional como tarefa não apenas do Estado, mas de toda a sociedade, conclui que, apesar de bem desenhado institucionalmente, o atual sistema de mobilização nacional necessita de estudos técnicos constantes que levem em conta os óbices futuros à sua própria evolução.

Em “Segurança Cibernética: a necessidade de mobilização permanente das Infraestruturas Críticas Nacionais”, Pedro Linhares discute a necessidade de se pensar estruturas de segurança e defesa permanentemente mobilizadas, permitindo ao Estado gerar capacidade de pronta-resposta, em um contexto de constantes ataques cibernéticos e, conseqüentemente, de vulnerabilidade das infraestruturas críticas nacionais. Para tanto, argumenta a criação de ferramentas institucionais nas áreas de gerenciamento de crises e de segurança e defesa cibernética, que capacitem o Estado a fazer frente, antes mesmo da deflagração de qualquer crise, a qualquer ação que possa colocar em risco uma infraestrutura crítica nacional.

Encerrando a segunda seção, Marcos Guedes discute com seus alunos, “A Importância da Educação Digital na Era da Informação: Impressões do Projeto de Extensão “Cyber-Cid” da Universidade Federal de Pernambuco”. Nele, defende-se a necessidade de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento de cidadania digital e de uma cultura em segurança da informação, discorrendo sobre vulnerabilidades relacionadas ao uso da internet, os perigos dos crimes cibernéticos, até o uso responsável das redes sociais e aparelhos eletrônicos em sala de aula.

Concluindo, Marcos Guedes discute “Possíveis diretrizes e ações de Segurança e Defesa Cibernética no contexto da Mobilização Nacional”.

Do exposto, pode-se constatar o caráter oportuno e a elevada contribuição que a presente obra empresta à reflexão do tema mobilização nacional. Trata-se de um tema de grande relevância

estratégica que visa capacitar a nação a enfrentar ameaças não só à sua soberania e integridade territorial, mas também a defender as instituições nacionais e a própria população diante crises que possam levar o País a um quadro de paralização e insegurança geral.

Para ser crível, a mobilização nacional deve envolver ações de modo contínuo, metódico e permanente. Como sugerem alguns dos autores desta obra, espera-se, portanto, que a mobilização nacional não esteja sendo apenas pensada, mas posta em prática, via análises prospectivas e ações concretas, como intercâmbio de informações, capacitação pessoal e adequações institucionais.

Para o Brasil, um país notadamente marcado por uma cultura política carente de traços republicanos, exercício de mobilização possuem caráter pedagógico. Nesse sentido, a prática da mobilização nacional constitui ferramenta fundamental para o despertar de uma nação e de seus interesses mais estratégicos.

Tenho certeza que este livro preenche uma lacuna nos estudos dessa temática. Por isso, parabenizando os organizadores e autores desta obra, referencio a importante contribuição de todos eles na reflexão desse tema.

ASPECTOS
HISTÓRICOS DA
MOBILIZAÇÃO

MOBILIZAÇÃO E RESISTÊNCIA NOS SERTÕES SULINOS: O EXÉRCITO ENCANTADO DE SÃO SEBASTIÃO E O POVO DOS REDUTOS NA GUERRA DO CONTESTADO (1912-1916)

ANA PAULA FERREIRA MOTTA

INTRODUÇÃO

Problematizar o conceito de mobilização numa experiência coletiva em que a construção dessa noção não existia, gera oportunidades de se refletir sobre a singularidade da Guerra do Contestado. Ainda que pese a invisibilidade no campo da história oficial, a Guerra do Contestado (1912-1916) foi, sem exageros, uma verdadeira guerra civil de grandes proporções, uma das maiores guerras camponesas da América Latina¹. Com duração de aproximadamente quatro anos, travada em uma área de 15.000 Km, a guerra ocorreu, portanto, em um amplo espaço geográfico, correspondente aos atuais Sul e Sudoeste do Paraná e Norte e Oeste de Santa Catarina, região de floresta de Araucária e erva-mate, que ainda não tinha sido demarcada oficialmente no início do século XX. Tal indefinição, desencadeou a Questão dos Limites, isto é, o conjunto de disputas judiciais e políticas intensificadas entre Paraná e Santa Catarina, no período de 1904 a 1916.

No Contestado, um dos lados beligerantes agrupou-se, organizou-se, lutou e resistiu contra tudo que julgou ser uma agressão externa, apoiada e auxiliada por grupos de inimigos internos. Trata-se de parte

1 Nilson Cesar Fraga, *Contestado: redes no Geográfico*. (1.ed. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2017).

da população cabocla desassistida, pelos estados litigantes dos sertões sulinos, que em nome da religiosidade, por meio do catolicismo rústico, encontrou alternativas para combater seus opositores, construindo, de acordo com a historiografia, uma alternativa messiânica e milenarista de luta e reação contra as injustiças de seu tempo. Sertanejos paranaenses e catarinenses, entre humildes caboclos crentes, pequenos e médios posseiros e proprietários de terra, imigrantes pobres, operários demitidos da construção da Estrada de ferro, veteranos da Revolução Federalista, escolheram seus guias redentores, proclamaram-se os “eleitos”, fundaram cidadelas, que chamaram de “cidades santas”, partilharam terras e alimentos, organizaram-se militarmente e voltaram-se contra os poderes instituídos.

Poderes que na época eram personificados espacialmente na atuação dos coronéis, na intolerância do clero local, na interferência de um poderoso conglomerado norte-americano (a *Brazil Railway Company* e serrarias subsidiárias da *Brazil Lumber and Colonization Company*), e nas forças militares belicosas do Estado republicano. Tais forças, compostas por policiais estaduais e tropas do Exército Brasileiro, mobilizaram-se também, em nome da defesa interna do país e dos valores republicanos, agindo de acordo com seus próprios interesses e interesses do empreendedor estadunidense Percival Farquhar.

O presente artigo tem como objetivo articular a religiosidade cabocla com as formas de mobilização e resistência dos sertanejos do Contestado que enfrentaram forças integrantes do projeto republicano, de caráter modernizador, excludente e genocida. Foi o lado sertanejo que resistiu aos impactos da intervenção estrangeira em solo nacional e sucumbiu em defesa de um modo de vida que não era mais aceito pelo anúncio de um novo Brasil, mais branco e moderno. Para tanto, o artigo ampara-se na historiografia do Contestado, inclusive a militar,

visto que não existe possibilidade de se pensar o projeto sertanejo, silenciado sobre as investidas dos diversos agentes opressores. Do mesmo modo, o entendimento das opções e alternativas encontradas pelos rebeldes e os rumos tomados por eles, não seria possível sem a contextualização política, socioeconômica e cultural do movimento e da guerra.

A CRISE NA REGIÃO

Litígio, disputa entre coronéis, embates entre mediadores oficiais da Igreja e interlocutores da religiosidade popular, transformações materiais, que produziram novos agentes de controle, são questões que constituem a dimensão complexa do Contestado. Tal contexto, reforçado pelo projeto excludente e modernizante da Primeira República, pautado no branqueamento da nação², foi propício para o desenrolar de um movimento camponês e de uma revolta armada que culminou numa guerra civil.

No âmbito judicial, foi a partir da emancipação política do Paraná, em 1853, que a disputa foi intensificada. O Paraná assim que foi transformado em província desmembrada de São Paulo, passou a questionar a falta dos limites.

E“(…) embora a constituição de 1891 determinasse que as disputas em torno de divisas fossem resolvidas politicamente, Santa Catarina buscou uma solução judicial para o problema, movendo ação no Supremo Tribunal Federal (STF)³”. Uma sucessão de embargos paranaenses aos ganhos de causa, dados aos catarinenses, ocorreu até 1911. A véspera da eclosão do Combate do Irani, marco inicial da guerra, faltava apenas executarem a sentença favorável a Santa

2 Eloi Giovane Muchalovski, *Fagulhas do Contestado: os conflitos nos Vales do Timbó e Paciência através da imprensa (1900-1908)*. (1. ed. São Paulo: LiberArs, 2018), 19

3 Nilson Cesar Fraga, *Vale da Morte: o Contestado visto e sentido: “entre a cruz de Santa Catarina e a espada do Paraná”*. (2.ed. Blumenau: Editora Hemisfério Sul, 2015),117.

Catarina. Situação que foi determinante para a primeira batalha, ainda que associada a motivações religiosas, econômicas e sociais.

DOIS JOÃOS E UM JOSÉ: OS 3 QUE ERAM UM E O CATOLICISMO RÚSTICO

Três foram os principais monges que peregrinaram em terras contestadas, muitas vezes confundidos pelo imaginário popular com um só. O primeiro, João Maria de Agostinho, surgiu no final da década de 1840, supostamente originário de Piemonte, Itália. O segundo apareceu no final do século XIX, ficou conhecido pelo nome de João Maria de Jesus e era simpatizante da causa maragata, pois, conviveu com federalistas. O terceiro monge, considerado reencarnação dos outros dois, foi o líder messiânico do Contestado. José Maria de Jesus acabou combatendo, junto de seu séquito, em 1912, uma investida da polícia paranaense e morreu na primeira batalha da guerra. Para explicar a popularidade dos monges entre os sertanejos, ressalta o pesquisador que,

a igreja mantinha paróquias no conforto das cidades e poucos padres atendiam os fiéis em demoradas viagens pelos sertões, nas capelas e sedes das fazendas. Neste quadro despontaram na região pessoas “diferentes”, peregrinas e eremitas, algumas consideradas monges pela população regional, por se exercitarem como pregadoras e curandeiras, outras consideradas profetas, visionárias⁴.

O autor supracitado enfatiza ainda que, além da escassez de padres, havia também distanciamento entre a hierarquia católica e os modos de agir e pensar, em relação às coisas do sagrado e do profano dos caboclos. Fatos que motivaram tanto o desenvolvimento de um

⁴ Nilson Thomé, *Os Iluminados: personagens e manifestações místicas e messiânicas no Contestado*. (Florianópolis: Insular, 1999), 10-11.

catolicismo rústico quanto a sua recusa pelos frades franciscanos de origem alemã, que tinham o maior contato com fiéis sertanejos, os quais, por sua vez, preferiam as orientações de monges andarilhos que se popularizaram na região. Os monges desempenhavam semelhantes funções as dos padres, com a diferença de estarem muitos mais voltados às necessidades da população rural e representarem a autonomia religiosa rústica, evidenciada pelas práticas mágico-religiosas ativadas para autodefesa, proteção e tratamento de doenças, assinalando uma concepção de mundo que não dissociava fenômenos naturais, sociais e sobrenaturais⁵.

Contribuíram para o prestígio de Miguel Lucena Boaventura, vulgo José Maria, o fato de ser letrado, possuir conhecimento acerca do poder medicinal das plantas e prescrever receitas e orações para os mais diferentes males e aflições. Em Campos Novos, o monge criou a “farmácia do povo”, a qual era muito requisitada, devido à imagem de curandeiro e milagreiro que obteve rapidamente. Em julho de 1912, José Maria chegou a ser convidado para evento religioso: a Festa do Bom Jesus, em Taquaruçu, lugarejo pertencente a Curitibaanos. Convite aceito, apareceu na localidade acompanhado de cerca de 300 pessoas. Tal número não seria fruto apenas da suposta capacidade curativa do monge. O enorme grupo sertanejo que seguiu o monge não teria se formado sem as transformações socioeconômicas que desapropriaram os mesmos de suas terras e modernizaram a região.

ERVATEIROS SEM ERVA MATE E A AMÉRICA PARA OS AMERICANOS: O GRUPO FARQUHAR

Os caboclos sempre viveram do trabalho prestado nas grandes fazendas e/ou de atividades comunitárias, praticando uma agricultura

⁵ Douglas Teixeira Monteiro, *Os Errantes do Novo Século: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado*. (São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011), 91-92

de subsistência, com poucos excedentes comercializados localmente. O trabalho na roça, a caça, a coleta do pinhão e mel, o plantio de ervais e a criação do pouco gado bovino e porcos do mato, que viviam soltos, eram tarefas coletivas que ultrapassavam a esfera familiar, assim como os mutirões para construção das humildes moradias e picadas na mata. As regras de convívio eram mediadas por valores religiosos com noções de solidariedade e baseavam-se em uma visão da terra a partir das possibilidades de uso e não como mercadoria, até porque não possuíam documentação legal sobre as mesmas⁶.

Durante o auge da economia ervateira, nas últimas décadas do século XIX, muitos fazendeiros começaram a proibir a poda livre dos ervais nativos em suas terras. Os interesses da Companhia Industrial do Mate, fundada por catarinenses, foram atendidos pelo governo federal, que autorizou, por vinte anos, a exploração de ervais em terras devolutas. Os peões ervateiros passaram a ser explorados pelos latifundiários e bodegas pertencentes a companhia. A crise do mate, iniciada em 1905, prejudicou ainda mais esses trabalhadores, que posteriormente iriam se somar ao grande contingente formado por desempregados, após o término da estrada de ferro, e pelos milhares de desapropriados, isto é, a massa errante do Contestado.

Por ocasião do controle da construção da estrada de ferro, ligando São Paulo ao Rio Grande do Sul, obtido pela *Southern Brazil Railway Company*, o governo republicano, como forma de pagamento, concedeu

terras equivalentes a uma superfície de quinze quilômetros para cada lado do eixo, ou igual ao produto da extensão quilométrica da estrada multiplicada por 18. A área total assim obtida deveria ser escolhida e demarcada, sem levar em conta sesmarias nem posses, dentro de uma zona de

6 Ivone Cecília D'Ávila Gallo. *O Contestado: o sonho do milênio igualitário*. (Campinas: Unicamp, 1992) 201. http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/281853/1/Gallo_IvoneCeciliad%27Avila_M.pdf.

trinta quilômetros, ou seja, quinze para cada lado. Não só por isso, mas também pela sublevação quilométrica, o traçado se desdobrava em exagerada sinuosidade⁷.

Com intento de colonizar as terras recebidas, a *Brazil Railway* começou a expulsar todos que não portavam documentos de propriedade. A crescente valorização da região levou grandes fazendeiros e o próprio grupo estrangeiro a criar mecanismos opressores. Milícias de jagunços a serviço dos coronéis, que falsificavam registros de terras, atuavam violentamente na desapropriação, enquanto surgia a *Brazil Lumber and Colonization*, nova empresa do conglomerado estrangeiro, que montou duas serrarias, uma em Três Barras, a maior da América Latina, e, outra em Calmon. Ambas introduziam a mecanização nas matas, com a mais avançada tecnologia da época, para a exportação de grandes toneladas de madeira, enquanto loteavam terras destinadas aos imigrantes europeus. Sobre os impactos socioambientais,

o processo de beneficiamento da madeira era completamente mecanizado, da extração ao corte de tábuas e dormentes. A Lumber construía ramais ferroviários que adentravam as grandes matas, onde grandes locomotivas com guindastes e correntes gigantesas de mais de 100 metros arrastavam para as composições de trem as toras, que jaziam abatidas por equipes de turmeiros que anteriormente haviam passado pelo local. A exploração industrial da madeira criou sérios prejuízos para a coleta de erva-mate e a subsistência de muitas famílias caboclas. Quando o guindaste arrastava as grandes toras em direção à composição do trem, os ervais nativos e devolutos do interior das matas eram ‘talados’ por este deslocamento⁸.

7 Maurício Vinhas de Queiroz. *Messianismo e Conflito Social: a Guerra sertaneja do Contestado: 1912-1916*. (2. ed. São Paulo: Ática, 1977), 70-71.

8 Paulo Pinheiro Machado, *Lideranças do Contestado: a formação e atuação das chefias caboclas (1912-1916)*. (Campinas: Editora da Unicamp, 2004), 151.

A “institucionalização da propriedade privada, em detrimento da simples ocupação ou posse não apenas desalojava, mas impedia que os sertanejos continuassem a produzir seus meios de subsistência”. As maiores arbitrariedades eram cometidas pelo “corpo de segurança” da Lumber, quando os moradores resistiam em abandonar suas moradias e terras. Tal “força paramilitar era composta de duzentos homens que agiam sem a menor complacência contra os caboclos, incendiando-lhe as casas e roças, e, às vezes, até massacrando suas famílias”¹⁰. Aliadas ao uso da força e a presença da ferrovia, a chegada de novos atores desencadeou velozes e irreversíveis alterações socioeconômicas, ou seja, desenvolveu-se uma verdadeira especulação fundiária, acompanhada do desenvolvimento de uma agricultura em escala comercial. Tais transformações chocavam-se com tradicionais elementos do mundo caboclo, sobrepondo-se aos antigos valores e hábitos adquiridos pela gente dos sertões.

DA FESTA EM TAQUARUÇU AO COMBATE NO BANHADO GRANDE

Voltando ao monge e aos seus fiéis errantes desapropriados, terminado o festejo em Taquaruçu o grupo não se dispersou. Ficou mais de um mês na lugarejo, tempo suficiente para atemorizar as autoridades locais. Além de religioso, o festejo pode ter assumido um caráter político, hipótese levantada por Cabral¹¹. Rivalizavam pelo controle da região dois coronéis: Francisco Ferreira de Albuquerque, superintendente de Curitiba, ligado à oligarquia mais poderosa de Santa Catarina, e, seu opositor, Henrique de Almeida, que autodenominava-se “pai dos pobres”. O evento, realizado com o consentimento paternalista de Henriquinho, pode ter sido visto

9 Marli Auras, *Guerra do Contestado: a organização da Irmandade Cabocla*. (Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 1995), 41.

10 Romário José Borelli, *O Contestado*. (Curitiba: Orion Editora, 2006), 42.

11 Oswaldo Rodrigues Cabral, *A Campanha do Contestado*. (2. Ed, Florianópolis: Lunardelli, 1979), 82.

por Albuquerque como uma provocação política de seu adversário. Temendo a concentração e, supostamente, o crescimento da influência de seu inimigo político, o superintendente optou por telegrafar ao governador de Santa Catarina informando que um bando de fanáticos havia proclamado a monarquia em Taquaruçu. “Importante ressaltar que a dita proclamação da monarquia, é fato cercado de muitas controvérsias¹²”. Nas festas religiosas de tradição cabocla ocorriam desafios de repentistas. E durante a Festa do Bom Jesus, o vencedor havia concluído sua intervenção com uma frase que afirmava ser a monarquia a “lei de Deus¹³”.

O equívoco fez com que a polícia catarinense invadisse Taquaruçu. Avisados a tempo, os sertanejos conseguiram fugir para o povoado de São João do Irani, onde José Maria já tinha vivido e possuía muitos conhecidos. Quando chegaram em Irani, os cerca de 40 sertanejos jamais podiam imaginar que sofreriam um ataque do Regimento de Segurança do Paraná. Fugindo da perseguição da polícia catarinense, os sertanejos somente desejavam encontrar terras nas quais pudessem tirar seu sustento e viver em paz. Mas, paz é que não teriam. Estando Irani sob jurisdição paranaense, a imprensa curitibana e o governador viram a chegada do bando como uma tática catarinense a fim de apressar a execução da sentença. Em nome dos interesses do Paraná, da ordem e da segurança, o governador Carlos Cavalcanti ordenou o pernambucano, João Gualberto Gomes de Sá Filho, comandante da força, que partisse com uma tropa para o Irani a fim de dispersar o acampamento. Travado no dia 22 de outubro de 1912¹⁴, no Banhado Grande, o combate foi um massacre. Nele lutaram cerca de sessenta

12 Delmir José Valentini. *Da Cidade Santa à Corte Celeste: memórias de sertanejos e a Guerra do Contestado*. (Caçador: Universidade do Contestado, 2003),70.

13 Machado, op. cit.,181.

14 Frank Maccann, *Soldados da Pátria: história do Exército Brasileiro: 1889-1937*. (São Paulo: Companhia das Letras, 2007),175

soldados, munidos de armas de fogo e até de metralhadora que não funcionou¹⁵, contra aproximadamente 200 sertanejos armados de facões, espadas de pau e poucas pistolas, número ampliado com aliados de José Maria que viviam na localidade. Ainda que tenha custado a vida do monge, a vitória cabocla foi esmagadora. Os militares sobreviventes foram os que conseguiram furar o cerco, abandonando armas no local e o corpo de João Gualberto, picado a facão sertanejo¹⁶.

A PRESENÇA DA RELIGIOSIDADE NA MOBILIZAÇÃO E LUTA

A partir dessa experiência bélica, os sertanejos podem ter tomado consciência da própria força. Entretanto, a formação da primeira “cidade santa” teve que esperar pouco menos de um ano, quando os fiéis voltaram a se aglutinar em torno de uma menina, cuja família espalhou na região a notícia de que ela conversava com o monge. Teodora, a primeira “virgem” do Contestado a ter visões, e, depois o menino-Deus Manoel, afirmaram que José Maria ordenava o retorno dos fiéis a Taquaruçu para aguardar sua volta junto ao Exército Encantado de São Sebastião¹⁷. Cabe ressaltar que no imaginário caboclo, São Sebastião é confundido com D. Sebastião, rei de Portugal desaparecido em 1578, em uma batalha ao norte da África contra os mouros. O sebastianismo, presente na região do Contestado, alimentou a esperança de que o exército encantado fosse a personificação do “bem” contra o “mal”. Nele, o monge voltaria comandando guerreiros celestes, em uma guerra contra os ímpios (opressores) rumo à redenção.

Na segunda experiência em Taquaruçu, nascia o movimento social com a mobilização sertaneja em torno de uma proposta comunitária messiânica. A crença na ressurreição do monge, disseminada

15 João Alves da Rosa Filho, *Combate do Irani: episódios da História da Polícia Militar do Paraná*, (vol. 01. Curitiba: Associação da Vila Militar (AVM), 1998), 16.

16 *Ibid.*, 27

17 Revista Nossa História, *Fé e luta: movimentos messiânicos que incendiaram o Brasil*. Rio de Janeiro, Ano 3, n.30, abr.2006.

imediatamente após o desfecho no Irani, fez com que finda a batalha nem o corpo de José Maria fosse tapado com terra. Cavaram-lhe apenas uma cova que foi coberta com tábuas, a fim de facilitar a ressurreição¹⁸. Nos futuros redutos seria corrente a afirmação de que o monge não havia morrido, mas apenas “passado”. Assim como o monge, todos os devotos que tombassem em combate não morriam, apenas “passavam” a integrar o exército sagrado, que um dia retornaria para fazer a “Guerra Santa”: a guerra de São Sebastião, do monge e mais de São Miguel e São Jorge, também santos guerreiros, contra as injustiças cometidas pelo governo republicano, pelos estrangeiros e pelos coronéis. Uma verdadeira guerra da Luz (Monarquia) contra a Treva (República), uma vez que os caboclos entendiam a monarquia como a “lei de Deus”, em contraposição a “lei do Diabo”, personificada pelo regime republicano e pelas ações dos “peludos”. “Peludos” era o termo usado pelos sertanejos para denominar os inimigos. Em contrapartida, chamavam a si próprios de “peludos”.

Monteiro entende que após o episódio do Banhado Grande houve um processo de “reencantamento do mundo”, ou seja, uma reelaboração mística capaz de acomodar no cotidiano sertanejo a trágica morte e conferir sentido a novas instituições e práticas sociais¹⁹. Já Gallo, aponta que

uma confiança inabalável na vitória era uma das características mais admiradas pelos militares que combatiam os rebeldes. (...) Os prognósticos dessa natureza converteram-se num apoio importante para os ‘homens de briga’, pois, acreditando na ressurreição dos companheiros mortos em combate, que apenas ‘se passavam’, engrossando as fileiras do exército encantado, dedicavam-se à luta com empenho redobrado²⁰.

18 Queiroz, op. cit., 104.

19 Monteiro, op. cit., 23.

20 Gallo, op. cit., 56.

A crença no poder de proteção dos patuás também era expressiva entre os caboclos. Relatos militares mencionam os amuletos encontrados juntos aos corpos de sertanejos caídos em batalhas. Os patuás continham orações que os caboclos julgavam adequadas para fechar o corpo e consagrar armas. Se o sebastianismo orientou a obstinada resistência dos sertanejos na guerra, bem como suas representações e imagens diante da possibilidade da própria morte, também esteve por trás do tratamento dado aos corpos dos inimigos. Queiroz aborda o que denomina de atividade mágico-guerreira:

Diz uma testemunha: 'As forças enterravam; eles, os jagunços, desenterravam e deixavam de bruço' (depoimento ROSÁLIA). Os fanáticos tinham o costume, assim, de deixarem deitados de bruços os cadáveres dos inimigos e, além disso, talhavam a facão, na parte posterior do crânio, um corte no formato de uma grande cruz.(...) Segundo alguns, qualquer peludo, para os fanáticos, não merecia sepultura porque 'era considerado como cachorro'. (documento LEMOS). Segundo outros, os corpos ficavam 'insepultos em desagravo da santa religião'.²¹

A prática de desenterrar os corpos dos peludos, mortos em combate, existiu ao longo de todo o conflito. Depoimentos de militares são reveladores do pânico gerado entre os soldados. Contudo, a eficiência bélica dos rebeldes, evidenciada por sucessivas vitórias, não decorreu somente da fé que depositavam em forças imaginárias. A mobilização e a resistência sertaneja exigiram muito dos agentes de repressão. Segundo lista feita por um oficial que lutou no Contestado, foram enviadas mais de dez expedições militares (federais e estaduais) para combater e dar fim aos agrupamentos sertanejos²². Os ignorantes,

21 Queiroz, op. cit.,187

22 Rogério Rosa Rodrigues, *Veredas de um grande sertão: a Guerra do Contestado e a modernização do exército brasileiro*. (430 p. Tese Doutorado em História. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de

atrasados e fanáticos dos sertões – conforme os termos desqualificadores usados pela imprensa, por autoridades políticas e militares da época - surpreenderam seus inimigos com estratégias e táticas de guerrilha altamente elaboradas.

A VIDA COMUNITÁRIA NA FASE DE FARTURA E FESTAS

De 1913 a 1915, existiram inúmeros redutos ou “cidades santas” espalhados pela região contestada. Erguidos em localidades distantes das vilas e distritos, para dificultar os ataques militares, as “cidades santas” variavam em tamanho e número de habitantes. Localizadas em áreas estratégicas próximas aos redutos, ficavam as “guardas”, constituídas por acampamentos de homens armados. Quando não podiam combater os adversários, procuravam atrasar ao máximo a invasão sobre o reduto. Eram desenvolvidas outras atividades nas “guardas”, como cultivo de roças e criação de gado trazido por novos membros e/ou arrebanhado nos saques das fazendas próximas.

Os sertanejos também desenvolveram, ao longo do conflito, um eficiente serviço de espionagem na figura dos bombeiros, isto é, homens e mulheres, simpatizantes da causa rebelde, que tinham acesso às tropas, fingendo-se de humildes perseguidos pelos fanáticos ou simples vendedores. Tais indivíduos, eram encarregados de observar o comportamento das tropas, ouvir conversas e avaliar os efetivos. Os bombeiros repassavam aos chefes dos redutos tudo que haviam visto e escutado²³.

O tratamento que um redutário dispensava ao outro era o de irmão e irmã e, a escolha dos comandantes, no início, passava pela aprovação do grupo. Tais aspectos, associados à ideia de eliminar qualquer indício de propriedade privada, levaram alguns estudiosos, como Auras, a utilizar

Janeiro, 2008), 52.

23 Queiroz, op. cit.,186

o conceito de Irmandade, no título de sua obra, para caracterizar a experiência nas “cidades santas”²⁴. Dentro das comunidades, ninguém podia comprar e ninguém podia vender, interditava-se o comércio entre “irmãos” e todas as condutas que implicassem em acumulação de riquezas²⁵. Fora os animais de montaria, as roupas, os armamentos e outros objetos de uso pessoal, tudo podia ser usufruído por todos, desde a terra aos alimentos produzidos. As tarefas diárias, em torno das roças, criação de animais, fabricação de armas, preparo da comida, etc., também podiam ser realizadas coletivamente.

Pequenos e médios proprietários, que aderiram à vida comunitária, consumiram suas economias no sustento dos primeiros redutos, cedendo à coletividade animais para abate e outros mantimentos provenientes de suas terras, que de tempos em tempos eram visitadas e trabalhadas por caboclos da irmandade com o objetivo de suprirem as “cidades santas”²⁶. Porém, conforme a população dos redutos aumentava, a produção ia tornando-se insuficiente, gerando a necessidade de se obter víveres por outros meios. Depoimentos oficiais afirmaram que os caboclos eram pouco afeitos ao trabalho, preferindo o saque nas fazendas alheias como forma de subsistência. A opção pelo saque ocorreu somente na fase mais radical do movimento: a dos “piquetes chucros”, montados tanto para prover os redutos de alimentos, obtidos por meio de pilhagem em terras de médios e grandes fazendeiros, quanto para “convidar” pessoas para viver nas cidadelas.

O sustento dos redutos, por meio de uma economia produtora mais duradoura, foi impossibilitado pela transitoriedade das comunidades, decorrente de incessantes investidas inimigas. “Cidades santas” eram criadas, abandonadas e recriadas em um curto período de tempo,

24 Auras, op. cit.

25 Queiroz, op. cit., 142

26 Machado, op. cit., 206

como estratégia de sobrevivência às investidas militares. A experiência comunitária não era contrária ao trabalho ou ao uso externo do dinheiro. Os caboclos trocavam erva-mate e couro, por mantimentos, armas e munições, em bodegas e outros estabelecimentos comerciais situados nas vilas e cidades próximas, bem como estabeleciam transações regulares com comerciantes das capitais dos dois estados. O próprio general Setembrino de Carvalho até cogitou envolver a Marinha brasileira na sua expedição, desconfiado de que suprimentos e armas chegavam aos sertanejos através do rio Iguaçu. A função seria de fiscalizar a navegação, mas tal tentativa acabou frustrada²⁷.

Nos primeiros tempos, o cotidiano nos redutos era favorável a um clima de festa, alegria e diversão. Havia fartura nas refeições. Realizavam cerimônias de rebatismo, casamento e comemorações pelas vitórias em combate, sempre animadas por músicas, churrasco e bebidas fermentadas. Durante meses, os redutos conseguiram reproduzir elementos da sociedade idealizada pelos caboclos, pois, na fase áurea, em que havia o que ser repartido, a população vivenciou na prática a máxima atribuída a José Maria: “Quem tem mói, quem não tem mói também e no fim todos ficarão iguais”. Tais práticas comunitárias, juntamente com a rígida disciplina nos redutos, eram vistas como necessárias para a ruptura com a ordem instituída e para o preparo dos redutários rumo à construção de uma nova ordem, baseada nas profecias e preceitos dos monges, a ser consolidada com a monarquia e o advento do milênio. Relacionada à nova ordem, Machado atenta para a importância, entre os sertanejos, da Parúsia, isto é, a espera pelo retorno do messias que inauguraria um tempo de felicidade, fartura e justiça. Durante tal período, os sertanejos deveriam proceder de acordo com a “santa religião”, adotando práticas do igualitarismo cristão como a de dividir recursos entre a coletividade, cabendo aos

27 Rodrigues, op. cit., 62

que mais possuíam, anteriormente, abastecer os mais necessitados²⁸.

Rezas, cantos e ladainhas aconteciam duas a três vezes ao dia durante as formas, ou seja, a disposição da população em fileiras na praça central, mais especificamente no interior do “Quadro Santo”, um quadrado demarcado com quatro cruzeiros no pátio em frente à Igreja. Todos eram obrigados a participar das formas, uma vez que, nelas os líderes transmitiam: as “mensagens” do monge, as tarefas diárias, as estratégias de luta, todos os regulamentos que formavam o código de disciplina interno e externo, bem como aplicavam as punições para os infratores. As punições podiam ser brandas ou severas, dependendo da indisciplina praticada ou do grau de infração às normas internas. No início, resumiam-se a reprimendas e surras com varas. Com intensificação das investidas militares, excesso de população nos redutos, epidemias e dificuldades de abastecimento, as execuções em público tornaram-se frequentes. A morte era a única sentença aos traidores que levavam informações aos adversários.

Para finalizar as formas, eram realizadas procissões ao redor dos quadros, nas quais os crentes, carregando bandeiras brancas com cruzeiros verdes, entoavam vivas à Monarquia, a São Sebastião, a São João Maria, a José Maria e a outros santos de devoção²⁹.

A CONSCIÊNCIA SERTANEJA, A OFENSIVA REBELDE E A CONCEPÇÃO DE MONARQUIA

Ao irem para o Irani, os sertanejos ainda não possuíam um programa de reivindicações, as mesmas

foram ganhando forma na própria luta dos sertanejos e na adesão de novos personagens. Antonio Tavares, homem ilustrado que aderiu ao movimento, afirmou em

28 Machado, op. cit., 204.

29 Auras, op. cit., 158.

correspondência a um oficial do Exército: ‘Temos a dizer que não abandonamos a civilização e nem repudiamos o trabalho, estamos nos debatendo e continuamos a nos debater até o dia em que o Presidente da Nação quiser fazer justiça’. Antes dele foi encontrado no bolso de um fiel assassinado pelas forças repressoras o seguinte bilhete: ‘Nós não temos direito a terra, tudo é pra gente das Oropa (*apud* ASSUNÇÃO, 1917, p. 245). A consciência de exploração dos fiéis os fez elevarem suas reivindicações para além dos limites do Contestado. Em resposta à proclamação de Setembrino de Carvalho, que os incitou a se entregarem ao Exército, eles solicitaram propriedades, o afastamento da empresa norte-americana que explorava terras e madeiras na região, deposição de líderes políticos locais e do presidente Hermes da Fonseca³⁰.

Foi a partir da segunda investida contra Taquaruçu que o movimento passou a dar seus primeiros passos rumo à ofensiva e militarização, bem como teve início a formulação do projeto rebelde³¹. O massacre de Taquaruçu vitimou na maioria crianças, mulheres e idosos. Sua repercussão gerou indignação dos sertanejos dentro e fora dos redutos, aumentando as doações de gêneros realizadas por moradores da região aos sobreviventes, bem como maior adesão ao movimento e preparo para futuros contra-ataques. Na ocasião do combate, muitos rebeldes homens já viviam no reduto de Caraguatá, sob o duplo comando de Elias de Moraes e da Virgem Maria Rosa, de apenas quinze anos, que dizia receber orientações do monge e chefiava diretamente a população da “cidade santa”. Foi a partir de Maria Rosa, que teve início uma transição dos “comandantes místicos” para os “comandantes de briga”, alguns veteranos da Guerra Federalista³².

30 Rodrigues, *op. cit.*, 36

31 Paulo Pinheiro Machado e Gunter Axt (orgs.). *O processo de Adeodato, último chefe rebelde do Contestado*. (Florianópolis: CEJUR, 2017), 28

32 *Ibid.*

Em Caraguatá, os sertanejos venceram um grande ataque das forças de repressão, o que contribuiu para a fama disseminada pelos sertões de que eram invencíveis. Antes mesmo do corpo a corpo, as baixas do lado militar já tinham sido expressivas. Vaqueanos aliados direcionaram soldados para emboscadas na mata, onde, em função do relevo e da vegetação fechada, a artilharia pesada não podia entrar. Franco atiradores nos topos das árvores conseguiram abater muitos soldados e no solo, os sertanejos com facões de aço e madeira deram conta dos que não conseguiram fugir. Mais tarde, o reduto assolado por uma epidemia de tifo teve que ser evacuado. A população foi transposta para Bom Sossego e outros redutos menores, cada qual com seu comandante.

Quando as tropas comandadas pelo experiente General Mesquita invadiram definitivamente Caraguatá, encontraram poucos sertanejos e incendiaram os barracos. Mesquita deu por encerrada sua expedição, comunicando que seus homens estavam exaustos. Chegou a pedir exoneração do exército, e, indignado com a politicagem regional, ainda afirmou que era função das forças estaduais resolverem conflitos locais³³.

A queda da comandante Maria Rosa, e sua substituição por Francisco Alonso de Souza, teve relação com o oficial Matos Costa deixado pelo exército para proteger algumas vilas ameaçadas pelos sertanejos. O capitão na ânsia de investigar as causas do conflito, acabou descobrindo o envolvimento do coronel Fabrício Vieira na circulação de dinheiro falso na região. Consciente da exploração dos sertanejos pelos coronéis, Matos Costa tentou um acordo com rebeldes. Não obtendo êxito, entrou no reduto disfarçado de comerciante e conferenciou com a virgem, que também facilitou sua fuga assim que sua presença começou a despertar suspeitas. Maria Rosa foi punida por receber

33 Queiroz, op. cit.,159

o militar, perdendo sua posição. O novo comandante, Chiquinho Alonso, transferiu o reduto para Caçador e ordenou que os habitantes próximos viessem rapidamente para a nova “cidade santa” ou seriam considerados “peludos”. Nessa fase, também chegaram indivíduos com experiência em combates, que atuaram como comandantes gerais e lideranças de briga.

Os novos integrantes, trazendo seus próprios homens armados, deram início a radicalização do projeto rebelde, por meio das ações dos “piquetes chucros”. Os piquetes promoveram: o cerco a Canoinhas, iniciado em 14 de julho de 1914; a tomada das vilas de Itaiópolis e Papanduva, em 27 de agosto; o violento ataque às estações de trem de Calmon e São João dos Pobres, cujo impacto suspendeu as linhas da Estrada de Ferro SP – RS, seguido de incêndio das duas vilas e serraria da Lumber em Calmon; a ocupação de Curitiba, em 26 de setembro, com a interrupção do telégrafo e queima dos papéis do cartório; e, invasão de Lages, desafiando o poder da família Ramos, a mesma oligarquia do governador Vidal Ramos³⁴. Nessa fase de radicalização e expansionismo, também ocorreu uma transformação na postura dos líderes sertanejos, pois “a monarquia cabocla deixa de ser um projeto isolado, relacionado apenas aos devotos, e converte-se, na prática, em meta revolucionária de modificação de toda a sociedade”³⁵. Os rebeldes, que desejavam aplicar o próprio projeto em todo Brasil, tinham o objetivo de disseminá-lo pelo planalto serrano, ao norte em direção ao Paraná e ao sul, em direção ao planalto gaúcho³⁶.

34 Valentini, op. cit., 98

35 Machado, op. cit., 246

36 Machado, op. cit., 247

DOR, MORTE E FOME NA GUERRA

O fracasso das colunas do General Mesquita e a morte de Matos Costa, em uma emboscada sertaneja, tiveram enorme repercussão na região, na imprensa e dentro do exército. Muitos soldados atemorizados, desertaram acreditando ser impossível vencer os caboclos protegidos pelas forças sobrenaturais. Poucos dias antes do assassinato, Marechal Hermes havia nomeado Setembrino de Carvalho para uma nova campanha contra os rebeldes, pois, o descrédito que recaía contra o governo e os militares era enorme. A grande expedição contou com o que havia de mais moderno em termos bélicos e estratégicos. O general aspirava ser visto como símbolo da modernidade e para tanto queria mobilizar uma força de combate a altura das usadas na Europa, que vivenciava a Primeira Guerra, incluindo o que de mais atual existisse em termos tecnológicos, inclusive o Serviço de Aviação.

A experiência aérea no Contestado foi precocemente sepultada, pois no primeiro voo de ataque o avião bateu contra um serra e o piloto morreu³⁷. Setembrino assumiu o comando em 12 de setembro de 1914, procurando cercar a região conflagrada a partir de quatro frentes: ao Norte, em Canoinhas; ao Leste, em Rio Negro; ao Oeste, em Porto União da Vitória, e ao Sul, em Curitiba. O objetivo era o de confinar em um só local os rebeldes, impossibilitando que tivessem acesso a mantimentos, roupas, remédios, armas e munição. Dispondo de aproximadamente oito mil homens, ordenou forte vigilância junto aos comerciantes locais, assim como impôs severa fiscalização sob os fretes transportados pela Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande do Sul³⁸.

37 Claudio Passos Calaza. *Aviões no Contestado: descortinando um emprego militar inédito*. In: Delmir José Valentini, Márcia Janete Espig, Paulo Pinheiro Machado. (Orgs). *Nem fanáticos, nem jagunços: reflexões sobre o Contestado (1912-2012)*. (Pelotas: Editora da Universidade de Pelotas, 2012), 282.

38 Rodrigues, op. cit., 60

Enquanto as tropas oficiais recuperavam vilas, libertando-as do domínio caboclo, o povo dos redutos assistia a uma sucessão que em muito marcaria suas vidas. Com a morte de Francisco Alonso, em combate no dia 2 de novembro de 1914, assumia o comando geral do movimento Adeodato Manoel Ramos, homem de briga, cantador e ex-peão de tropa em Lages. O novo líder ainda conduziria os caboclos a mais três redutos, respectivamente, Santa Maria, São Miguel e São Pedro. Deodato, como era conhecido, comandaria por cerca de treze meses, de modo despótico, os piores momentos da guerra.

Na verdade Santa Maria era um vale, cujo reduto-mor chegou a contar com 5.000 habitantes, uma vez que recebia integrantes das guardas e de outros redutos menores que iam sendo invadidos pelas frentes de Setembrino³⁹. Antes da destruição total, no dia 5 de abril de 1915, empreendida pelo encontro das colunas norte e sul, os habitantes de Santa Maria passaram por muitas privações. Chegaram a comer carne de cavalo e cachorro, miolo de xaxim, cangalhas, bruacas e chapéus de couro cru. Também foram assolados por uma nova epidemia de tifo, disseminada entre a população durante os meses de janeiro e fevereiro de 1915⁴⁰. Muitos famintos desertaram e após rendição, foram brutalmente executados. Contrariando as perspectivas do Exército, que supunha derradeira a batalha e a destruição de Santa Maria, sobreviventes dirigiram-se ao reduto de São Miguel. No penúltimo reduto, os caboclos também sofreriam com os excessos cometidos por Adeodato. O líder matou muitas pessoas, em uma espécie de regime de terror. Pressionado pelo avanço das forças de repressão, durante as formas, costumava executar supostos ou reais traidores e desertores capturados.

39 Valentini, op. cit.,101

40 Nilson Thomé. *Breve História da guerra do Contestado*. (Santa Catarina: Unc Campos Caçador; Museu do Contestado, 2005),33

A aniquilação de São Miguel e de São Pedro, últimos focos da resistência sertaneja, ficou a cargo das forças policiais de Santa Catarina, do Paraná e dos vaqueanos. Do último ataque, em dezembro de 1915, muitos ainda fugiram para as matas, inclusive Adeodato. O ex-tropeiro foi uma das últimas lideranças a sucumbir. Sua prisão, em agosto de 1916, é considerada para muitos o marco de finalização da guerra. Outros afirmam que a história da Guerra do Contestado terminaria somente em 03 de fevereiro de 1923, ano da morte de Adeodato, considerado o último jagunço⁴¹, termo pejorativo usado para detratar todos aqueles que, durante quatro anos, oraram, lutaram, mataram e morreram pela construção da “monarquia dos sertões”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Contestado foi um evento singular em termos de mobilização, evidenciando o choque de interesses antagônicos entre os dois lados beligerantes. Enquanto confronto de grandes proporções, a guerra evidenciou de modo muito intenso, questões como: a luta pela terra, a religiosidade popular, a força do coronelismo, os interesses estrangeiros e a modernização capitalista excludente, isto é, questões fundamentais que impossibilitaram acordos entre os que combateram em nome da construção da “Monarquia Celeste” e as forças legais, que viram na experiência rebelde uma grande ameaça interna.

Em relação aos sertanejos, a religiosidade foi a grande arma para combater e morrer em defesa da terra e de um modo de vida cada vez mais dificultado pelo projeto republicano. Ao questionarem as injustiças de seu tempo, os rebeldes souberam romper com os agentes de sua própria marginalização, elaborando, no decorrer do processo de luta e resistência, um projeto novo e autônomo de sociedade. Sem

41 Euclides Felipe. *O Último Jagunço: folclore na História do Contestado*. (Curitiba: Universidade do Contestado, 1995).

concessões à velha ordem, o movimento gestado na cultura dos sertões, encontrou na mística religiosa mecanismos de mobilização e também instrumentos reais e imaginários para a construção de uma irmandade milenarista, cuja manutenção e, posterior expansão, dependia da eliminação dos seus adversários. Elementos do catolicismo rústico sedimentaram o movimento rebelde do início ao fim: da formação da primeira “cidade santa” até o aniquilamento do último foco de resistência, em dezembro de 1915, com a destruição do reduto de São Pedro pelas forças estaduais de repressão.

Para as instituições militares, a Guerra do Contestado foi a grande oportunidade de dar uma resposta às cobranças feitas pelo governo republicano e pelas elites rurais e urbanas, todos entusiastas da lógica de mercado e da modernidade, que ansiavam pelo sumiço dos “bárbaros, “fanáticos” e “monarquistas atrasados” do sul do país, substituindo-os por indivíduos “mais civilizados” e “menos supersticiosos”: os colonos brancos europeus.

Como uma verdadeira guerra civil, uma guerra entre grupos de um mesmo país, o conflito também dividiu a população que vivia na região. Comerciantes locais colaboraram com os rebeldes, comprando e abastecendo as “cidades santas” de remédios, mantimentos, munições e armamentos. Caboclos, que viviam fora da irmandade, também fizeram parte da rede de espionagem, “bombeando” informações sobre futuras investidas militares, facilitando fugas, conduzindo tropas para emboscadas nas matas, e, assim, auxiliando a estratégia rebelde que gerou inúmeras baixas nas forças de repressão e atrasou a vitória militar, aumentando a sobrevida da experiência comunitária.

Simpatizantes e fiéis do culto aos monges, que moravam nas proximidades, fizeram doações para os sobreviventes construírem novos redutos. Certamente a Irmandade dos sertões não teria resistido, ao longo de quatro anos, sem a conivência de parte da população da

região. Porém, a guerra também dividiu famílias, destruiu laços de compadrio e amizades, uma vez que centenas de sertanejos apoiaram o lado inimigo: atuando a mando de coronéis, como vaqueanos fiéis às tropas militares ou ainda fazendo parte da milícia da Lumber.

Além do apoio local aos sertanejos, como explicar a determinação e a persistência desses homens sem as representações elaboradas acerca do Exército Encantado? Exército sagrado que voltaria, com todos aqueles que haviam perecido e “passado”, para vingar os abusos cometidos pelas forças que defendiam a República do Diabo e consolidar a Monarquia Celeste.

Durante a Parúsia, os rebeldes, guiados pelas “lideranças místicas” e/ou pelas “chefias de briga”, optaram por um caminho sem volta: reuniram-se, para partilhar terra e alimentos; protegeram o corpo e prepararam a mente para a dura peleja; usaram seus conhecimentos de guerrilha, sua experiência nas matas para emboscar e destruir inimigos; desenterraram corpos de adversários, difundindo pânico; cooptaram e forçaram indivíduos a entrar para os redutos; confiscaram gado de fazendas, invadiram vilas e cidades, incendiaram estações e destruíram cartórios, atingindo, em termos materiais e simbólicos, os poderes dos coronéis, membros da Igreja, diretores do conglomerado estrangeiro, governadores e oficiais militares.

MOBILIZAÇÃO DE MASSA E CONFLITO MUNDIAL: A EXPERIÊNCIA HISTÓRICA BRASILEIRA NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1942-1945)

DENNISON DE OLIVEIRA

INTRODUÇÃO: OS GRANDE CONFLITOS DA ERA INDUSTRIAL E MOBILIZAÇÃO DE MASSA

A característica distintiva do século XX é o conflito armado. O assim chamado Século da Guerra se distingue dos demais não só pela ocorrência dos dois grandes conflitos mundiais. Ocorreram também duas grandes guerras civis, na Espanha e na China. Também se verificaram uma série de guerras interimperialistas, de libertação nacional, híbridas, não declaradas, revolucionárias, etc. somando mais de uma centena de milhão de mortos. A estas vítimas deve-se acrescentar outras centenas de milhões de feridos, mutilados, baixas psiquiátricas, etc. Além das vítimas diretas as grandes guerras do século XX também produziram uma quantidade enorme de refugiados, desabrigados, desalojados, exilados, etc. isto é, vítimas indiretas dos conflitos.

A extensão, intensidade e duração dos conflitos armados está na proporção direta da mobilização de recursos nacionais para travar a guerra. Desde o final do século XIX, a partir da Guerra Franco-Prussiana (1871) se generalizou o serviço militar obrigatório, permitindo às maiores potências militares da época manterem em serviço ativo enormes efetivos de convocados e, subsequentemente,

contar com um número muito maior de reservistas mobilizáveis em caso de conflito.

Ao mesmo tempo, a universalização dos métodos de produção em massa, já aplicáveis à diversos ramos da economia civil, passaram a ser postos a serviço das indústrias de material bélico. A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) foi um marco importante neste processo. Ao final da guerra a produção de armas, veículos, aeronaves e munições havia alcançado, em diferentes países em luta, uma escala maciça da ordem de muitos milhares ou milhões de unidades/ano, conforme cada caso. Tal esforço exigiu intensa mobilização da população civil a fim de fornecer a mão-de-obra adicional para a expansão da produção de bens de interesse militar e, simultaneamente, manter a economia civil funcionando.

A mobilização de homens para a guerra sucedeu, pois, a mobilização de todos demais membros da sociedade, mulheres, velhos, menores, estrangeiros, etc. para a produção civil e de material para a guerra. Em todos países envolvidos na Primeira Guerra Mundial se assistiu ao fenômeno não apenas da mobilização dos homens válidos para a luta,¹ mas também do conjunto dos integrantes de cada sociedade para trabalhar e produzir para o esforço de guerra.

Tal iniciativa implicava numa série de problemas de ordem prática e de evidente importância política. De um ponto de vista prático tratava-se de desenvolver ou expandir as instituições estatais, civis e militares, a serem dedicadas a mobilização de homens e mulheres. O uso inteligente e racional da mão-de-obra e a imposição do serviço militar obrigatório, por exemplo, implicavam tanto na criação e manutenção de registros e cadastros atualizados, quanto dos aparelhos repressivos

¹ A coalizão dos Aliados (Império Britânico, França, Rússia, EUA, etc.) mobilizou 40,7 milhões de homens para suas forças armadas enquanto as Potências Centrais (Alemanha, Austria-Hungria, Bulgária, Turquia) 25,1 milhões segundo Paul Kennedy, *Ascensão e queda das grandes potências transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000* (Rio de Janeiro: Campus, 1989), 265.

de Estado para impor obrigações aos cidadãos ou convence-los a participar através da propaganda.

De um ponto de vista político a questão decisiva era a legitimação da guerra. Convencer a população de que a guerra então travada tinha legitimidade era indispensável para se justificar a imposição de restrições às liberdades individuais e aos direitos civis, bem como tornar aceitável a redução geral do padrão de consumo, além da convocação para lutar na linha de frente com a correspondente aceitação dos riscos da morte ou ferimento em combate.

Tais questões reapareceram com força ainda maior no grande conflito seguinte, a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). A escala da mobilização de civis e militares foi alçada a um nível ainda mais alto, o empenho de energias e recursos nacionais levado a um novo auge e, correspondentemente, o número de vítimas foi o maior até então verificado. A destruição de vidas e propriedades civis também não tinha precedentes, marcando esta guerra como a partir da qual sempre haveriam mais vítimas entre não-combatentes do que entre os militares.

A Segunda Guerra Mundial decorreu num contexto em que a Revolução Industrial estava prestes a entrar em sua terceira fase. Consequentemente, a economia, a sociedade e as forças armadas haviam se tornado muito mais sofisticadas e complexas do que no grande conflito anterior. Os processos produtivos, de pesquisa e desenvolvimento de novas e mais avançadas armas demandava uma integração muito maior entre instituições de desenvolvimento científico e tecnológico e as forças armadas, além de atualização permanente de seus respectivos quadros técnicos, gestores e profissionais.

Outra peculiaridade do segundo grande conflito mundial foi a componente ideológica. Na Primeira Guerra Mundial se verificou basicamente uma luta inter-imperialista, na qual diferentes impérios

rivais disputavam recursos e áreas de influência em escala global. Tais questões também se verificaram na Segunda Guerra Mundial, mas ocorrendo em paralelo com grandes lutas de caráter anti-imperialista, anti-bolchevique e de defesa das liberdades individuais. Todas estas componentes se constituíam em desafios a amplitude e alcance da mobilização militar e industrial que se impunha alcançar.

O maior exemplo de luta anti-imperialista foi o da China (1931-1945) que lutava simultaneamente uma guerra civil e uma guerra para repelir a invasão nipônica e evitar seu destino de se tornar a nova colônia japonesa. Com a invasão nazista da URSS (1941-1945) teve início a cruzada anti-bolchevique, prevista por Adolf Hitler desde a publicação da primeira edição de seu livro *Mein Kampf* (1925). Já as democracias capitalistas ocidentais em guerra contra a Alemanha descreviam a si mesmas como defensoras da democracia e das liberdades civis contra a tirania e as violações dos direitos humanos sofridos por todos países então sob ocupação nazista. O que se percebe é que, ao lado de motivações de ordem prática e objetiva, a forma pela qual diferentes nações apelavam a valores e símbolos no processo de mobilização de massas, continha uma considerável dose de ideologia, entendida enquanto crenças socialmente compartilhadas e que tinham intensa repercussão cultural.

Desta forma se constata que o esforço de mobilização desencadeado em diferentes países sob o impacto da Segunda Guerra Mundial tinha que dar conta de tarefas que eram ao mesmo tempo organizacionais, culturais e políticas. Do sucesso em dar conta desta multiplicidade de tarefas dependia o sucesso da mobilização de civis e militares,² bem como da manutenção do entusiasmo pela guerra à medida que o

2 O percentual da população trabalhadora empregada em atividades relacionadas ao esforço de guerra (indústrias bélicas e forças armadas) foi de 54% na URSS, 45,3% na Grã-Bretanha, 37,6% na Alemanha e 35,4% nos EUA. Mark Harisson, *Resource mobilization for World War II: the U.S.A., U.K., U.S.S.R., and Germany, 1938-1945*, *Economic History Review*, 41 (1988), 171-192.

conflito ia se estendendo no tempo e englobando cada vez mais povos e nações por todo mundo.

Cabe colocar então a questão sobre como se deu no Brasil a mobilização para a Segunda Guerra Mundial, que forma assumiu, que resultados obteve e como influenciou o esforço de guerra.

ANTECEDENTES DA ENTRADA DO BRASIL NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

O contexto que antecede a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial é marcado pela diplomacia do equilíbrio pragmático³ então praticada pelo governo de Getúlio Vargas. Desde 1937 o país vivia sob a ditadura varguista, imposta à nação graças as alianças que Vargas estabeleceu com os militares e diferentes elites oligárquicas regionais. A imposição do regime ditatorial foi alegadamente uma defesa contra a ameaça comunista internacional, visando preservar a unidade e a cultura nacional contra as ideologias e a subversão estrangeira promovida pela URSS,⁴ entendida como ateuísta, apátrida, moralmente condenável e dedicada ao nivelamento das classes sociais.

São vários os pontos de contato da ditadura varguista com os regimes totalitários de Hitler e Mussolini, sendo o autoritarismo, conservadorismo, corporativismo, culto a personalidade, ênfase na unidade nacional, celebração das virtudes cívicas e patrióticas, preservação da moral e dos costumes vigentes e o anticomunismo as mais destacadas.

Do ponto de vista econômico o contexto pré-guerra é marcado pela proximidade cada vez maior entre Brasil e Alemanha. De fato,

3 Gerson Moura. *Relações exteriores do Brasil: 1939-1915 - mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial*. (Brasília: FUNAG, 2012).

4 José Murilo de Carvalho. *Vargas e os Militares - aprendiz de feiticeiro*. In : Maria Celina D'Araújo (org.) *As instituições brasileiras da Era Vargas*. (Rio de Janeiro: Ed. UERJ; Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999), p. 64. Rodrigo Patto Sá Motta. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. (Tese Doutorado História USP, 2000).

até então os EUA haviam sido nosso maior parceiro comercial, situação que muda em favor da Alemanha em 1938. A prática alemã de promover o comércio externo na base de trocas, ao invés de exigir pagamento em moeda conversível ou ouro como os estadunidenses, foi a grande responsável pela intensificação dos negócios entre os dois países.⁵ Não obstante, os EUA seguiam sendo um importante parceiro comercial e o principal comprador de nosso mais importante produto de exportação, o café.

Se interesses comerciais aproximavam Alemanha Nazista e o Brasil Varguista, questões políticas e diplomáticas serviam como ponto constante de atritos e tensões. A implementação do Estado Novo levou ao fechamento de todos partidos políticos no Brasil, o que incluía a representação do Partido Nazista então em operação aqui. A interdição do Partido Nazista no Brasil foi contestada pela embaixada alemã. As representações diplomáticas da Alemanha eram empregadas para fazer propaganda e arregimentar novos membros para a agremiação partidária, bem como exercer influência sobre a opinião pública entre os integrantes da comunidade de origem alemã no Brasil.⁶ As suspeitas de envolvimento de autoridades nazistas e fascistas no malgrado golpe de Estado desencadeado pelos ex-membros da proscrita Aliança Integralista Brasileira em 1938 estremeceu ainda mais as relações do governo de Vargas com a Alemanha.

O início da Segunda Guerra Mundial levou a uma declaração formal de neutralidade por parte do governo brasileiro, enquanto que se intensificava a já em curso “Campanha da Nacionalização” que, desde 1935, visava assimilar à sociedade brasileira os “quistos”

5 Arthur Assumpção de Assunção, *Os regimes cambiais alemães e os acordos bilaterais entre 1934- 1939*. http://www.econ.puc-rio.br/uploads/adm/trabalhos/files/Arthur_Assumpcao_de_Oliveira.pdf

6 Andrea Helena Petry Rahmeier, *Relações diplomáticas e militares entre a Alemanha e o Brasil: da proximidade ao rompimento (1937-1942)*. (Tese Doutorado História PUCRS, 2009). Ver especialmente item “Propaganda”, na página 218.

tidos como inassimiláveis de colônias de imigrantes estrangeiros.⁷ Embora formalmente dedicada à assimilação de todos imigrantes e descendentes de estrangeiros através da imposição do uso da língua portuguesa no ensino, nas igrejas, na imprensa e em todos espaços públicos, tal campanha visava de forma particular a comunidade de origem germânica, tida como a mais suscetível de vir a fomentar movimentos de separatismo ou alinhamento com o estrangeiro. Tal preocupação também era cultivada pelas autoridades responsáveis pela política externa para a América Latina em Washington que tinham o combate à subversão e espionagem nazista como uma prioridade.

Não era apenas a disputa pelo mercado brasileiro que àquela época opunha alemães e estadunidenses. Também os corações e mentes dos brasileiros estavam sendo disputados pela guerra de propaganda movida por ambas potências mundiais. Os estadunidenses promoveram a Política da Boa Vizinhança, a qual visava eliminar a influência dos países do Eixo no continente e promover o alinhamento político, econômico e militar da região aos interesses dos EUA. Tal política ganhou forma a partir de agosto de 1940, através da criação de uma coordenação dos negócios interamericanos, sob a chefia de Nelson Rockefeller, oficialmente o *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (OCIAA).

A margem de manobra de Vargas para obter concessões de estadunidenses e alemães se estreitou consideravelmente com a eclosão da Segunda Guerra Mundial. A partir de 1939 passou a vigorar o bloqueio do comércio alemão de além mar por parte da Marinha Real britânica, levando a uma brusca queda das transações entre os dois países. A manutenção da neutralidade da Itália no conflito até meados de 1940 permitiu em algum grau a continuidade do comércio entre Alemanha e Brasil, intermediado através dos portos italianos usado por navios brasileiros empregados naquelas transações. Mas até

⁷ Dennison de Oliveira, *Os soldados alemães de Vargas*. (Curitiba: Juruá, 2008). Sobre a Campanha da Nacionalização ver o capítulo 1 “Os alemães e a guerra”, 5-42

mesmo essa possibilidade foi extinta quando a Itália também entrou na guerra ao lado da Alemanha após a queda da França em junho de 1940.⁸ A partir deste momento a aproximação do governo brasileiro com o dos EUA se acelerou consideravelmente, até atingir o estágio de aliança militar formal.

A SITUAÇÃO INTERNA BRASILEIRA E A ECLOSÃO DA GUERRA

O início da guerra provocou consideráveis mudanças na situação interna brasileira, tornadas ainda mais intensas quando da entrada do Brasil no conflito. Desde a crise de 1929 e a derrubada da assim chamada República Velha (1889-1930) o regime de Vargas vinha se empenhando em atuar para retomar a atividade econômica e sanar os efeitos negativos da recessão econômica que se seguiu. Isso implicou na criação de uma série de novas agências e instituições dedicadas a intervir na economia e na sociedade.

Tal tendência não era exclusiva da situação brasileira, mas sim era geral no mundo capitalista. A intensidade e violência da crise desencadeada em 1929 rapidamente demonstrou seu caráter original e sem precedentes. Ao contrário das crises anteriores que mais ou menos rapidamente eram sucedidas por períodos de crescimento, a crise de 1929 assumia a forma de uma queda geral da atividade produtiva, aumento do desemprego e redução das atividades econômicas internas e externas às diferentes nações que não aparentava que seria revertida apenas com o tempo.

O comércio mundial caiu a metade do nível que vinha mantendo antes da crise. Para diversos países de perfil primário-exportador, como o Brasil, a situação assumiu contornos dramáticos. Desde meados da década de 1920 que os preços de bens primários como algodão,

⁸ Salomão L. Q. da Silva, *A Era Vargas e a Economia*. In : Maria Celina D'Araújo (org.) *As instituições brasileiras da Era Vargas*. (Rio de Janeiro: Ed. UERJ: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999), op. cit., 137-154

borracha e café – todos produtos de exportação do Brasil – vinham acumulando sistemáticas quedas de preços. Com a crise de 1929 se tornam praticamente invendáveis.

O déficit comercial obrigou o governo a instituir o controle do câmbio, estabelecendo limites para compra e venda de moeda estrangeira e monopolizando essas transações. Também o governo interveio para adquirir e retirar do mercado os estoques excedentes de café, na tentativa de conter a queda do preço do produto. O déficit comercial, contudo, seguiu se ampliando, obrigando o governo Vargas a decretar uma moratória da dívida externa em 1937.⁹ A dificuldade em obter saldos comerciais que permitissem pagar pelos bens industrializados adquiridos no estrangeiro, que então compunham a maior parte da pauta de importação, teve um efeito positivo sobre a industrialização do Brasil. A conjuntura acelerou o processo de substituição de importações que, excessivamente caras ou mesmo indisponíveis, passaram a ser produzidas aqui.

A eclosão da guerra constrangeu ainda mais as trocas comerciais brasileiras, aumentou a carestia de bens de consumo e fez aumentar a inflação. Naquele contexto tanto EUA quanto Grã-Bretanha aumentaram suas encomendas de alimentos e matérias primas essenciais ao rearmamento, como a Alemanha nazista vinha fazendo desde 1935. Contudo, no esforço de produzirem material bélico, tinham poucos excedentes de bens de consumo industrializados para exportar. Embora o processo de substituição de importações tenha logrado em parte preencher essa lacuna foi impossível evitar a carestia de vários bens o que acelerou a inflação, prejudicou a atualização de máquinas e equipamentos destinados a indústria, impondo uma crescente obsolescência produtiva.

9 Cesar Rodrigues Van Der Lann, André Moreira Cunha, Pedro Cezar Dutra Fonseca . Os pilares institucionais da política cambial e a industrialização nos anos 1930. *Rev. Econ. Polit.*, São Paulo , 32, (2012).

Apesar destas dificuldades, o contexto de guerra permitiu ao governo ditatorial fortalecer ainda mais seu poder. A escassez e encarecimento de bens de consumo popular como pão, leite e carne levou a imposição do tabelamento de preços aos comerciantes e de racionamento de compras aos consumidores, ampliando o controle que o Estado Novo já tinha obtido sobre a economia privada com o monopólio do câmbio. Mas a guerra iria ampliar ainda mais as possibilidades de sobrevivência do regime ditatorial.

A declaração de guerra à Alemanha e Itália em 22 de agosto de 1942 acabou se revelando o pretexto ideal para suspender a realização do plebiscito sobre a continuidade da ditadura Vargasista, previsto para o ano seguinte nos termos da constituição imposta por Getúlio Vargas em 1937. Tal eleição foi postergada enquanto durasse a guerra.

A demagógica e populista promulgação da CLT durante as festivas celebrações oficiais do Dia do Trabalho em 01/05/1943 ocultava o fato de que boa parte dos direitos ali reconhecidos também estavam suspensos para os empregados em diversos ramos da economia considerada como de interesse da defesa nacional. O estado de guerra radicalizava ainda mais o alcance da ação repressiva da ditadura Vargas permitindo lançar sobre vastos setores da população a pecha de “traidores”, “sabotadores”, “espiões”, “boateiros”, “subversivos”, “quinta-coluna”, etc.

Não seria neste contexto que se lograria empolgar as massas populares para a causa do engajamento no esforço de guerra nacional e no subsequente serviço militar na linha frente de frente dos campos de batalha do exterior. Era visível que a ação repressiva do Estado Novo se abatia com muito mais frequência e intensidade sobre a classe trabalhadora e seus representantes do que sobre os atravessadores, açambarcadores e especuladores que enriqueciam com as transgressões ao tabelamento de preços e a manipulação da escassez em prejuízo da economia popular.

MOBILIZAÇÃO CIVIL

A declaração de guerra do Brasil ao Eixo em 22 de agosto de 1942 realçou a necessidade de se proceder à mobilização dos recursos nacionais para enfrentar o conflito. Tal missão foi confiada à Coordenação da Mobilização Econômica, criada em 30 de novembro de 1942. Tal coordenação, subordinada diretamente à Presidência da República, realizava estudos e projetos destinados à coordenação dos diferentes órgãos estatais e para-estatais, além de organizar, planejar, coordenar e executar as medidas necessárias a mobilização dos recursos naturais e humanos indispensáveis ao esforço de guerra.

Suas principais preocupações estavam voltadas aos setores industrial, agrícola e dos transportes, tidos como os mais afetados pela crise desencadeada a partir da deflagração da guerra.¹⁰ Além deste órgão, também foram criadas comissões de abastecimento estaduais, encarregadas de regular o racionamento, controlar os preços e garantir o fornecimento dos gêneros de primeira necessidade.

A escassez de gêneros alimentícios de grande consumo popular, como a carne e o pão, e o racionamento de combustíveis, obrigando a adoção de sucedâneos de baixo rendimento e alto custo como gasogênio, são os elementos da conjuntura de mobilização que mais marcaram a memória popular sobre a guerra.¹¹

No que se refere a participação feminina na mobilização, cabe destacar o esforço de arregimentação de enfermeiras e de voluntárias para o serviço social. Com a declaração de guerra surgiu um plano para criar um corpo de enfermeiras auxiliares, visando arregimentar cem mil mulheres. Na prática, a formação de enfermeiras seguiu dependendo das quatro escolas de enfermagem existentes no país, uma das quais,

10 Manoel Thomaz Castelo Branco. *O Brasil na II Grande Guerra*. (Rio de Janeiro: Bibliex, 1960), 72.

11 Roney Cytrynowicz, *Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. (São Paulo: Edusp, 2000), 53.

a mantida pela Cruz Vermelha Brasileira, oferecia o assim chamado “curso de guerra” que formou cerca de 2.500 voluntárias.¹² O envio de 73 enfermeiras para acompanhar a Força Expedicionária Brasileira e o 1º Grupo de Caça da Força Aérea Brasileira em operações de guerra na Itália marcaria o auge – e o encerramento – da participação direta das mulheres na mobilização militar do Brasil durante o conflito.

Esforço muito maior foi o realizado pela Legião Brasileira de Assistência (LBA), fundada em 1942 para prover assistência social às famílias dos convocados para a guerra e aos próprios combatentes. Contando com apoio dos governos estaduais e federal, mobilizou grande número de voluntárias, arrecadou fundos e doações, ofereceu cursos de capacitação profissional, promoveu campanhas de mobilização, etc. Suas representações abrangeram praticamente todos municípios brasileiros e chegou a ter um milhão de voluntárias inscritas.¹³

Outras iniciativas voltadas para a mobilização da população e arrecadação de dinheiro e materiais de interesse estratégico foram levadas a cabo pela Liga de Defesa Nacional, criada em 1916¹⁴; a Sociedade Amigos da América, fundada em 1943¹⁵; e os diferentes comitês de solidariedade dedicados a auxiliar países aliados na luta contra o Eixo.

Também em diferentes estados da federação foram criadas as várias Comissões de Defesa Passiva, destinadas a organização de meios e atividades visando preparar a população para enfrentar eventuais ataques aéreos inimigos. Dentre suas responsabilidades se incluem a promoção da construção de abrigos anti-aéreos, distribuição de instruções sobre como atuar em caso de bombardeio, imposição do

12 Idem p. 106

13 Francisco César Alves Ferraz, *A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945-2000)* (Londrina: Eduel, 2012), 163.

14 Roseli Boschilia. O cotidiano de Curitiba durante a Segunda Guerra Mundial. *Boletim Informativo da Casa Romário Martins*, 22 (1995), 22.

15 Sociedade Amigos da America. Verbetes. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/sociedade-amigos-da-america> Acessado em 8/05/2019.

apagamento completo das fontes de iluminação pública e privadas (“black-out”) durante os exercícios, etc.

O esforço mais extenso de mobilização civil para produção de interesse militar certamente foi a “batalha da borracha”. Tal termo designa o esforço de mobilização de cerca de sessenta mil pessoas, principalmente homens de origem nordestina, os assim chamados “soldados da borracha”, que foram deslocados para os seringais da Amazônia. O objetivo de tão amplo recrutamento era incrementar a produção de borracha, de acordo com as metas de abastecimento de matérias primas essenciais ao esforço de guerra dos EUA que o Brasil havia se comprometido a atingir. Os resultados obtidos foram extremamente modestos em comparação com o extraordinário custo humano de tal iniciativa, uma vez que se estima que metade dos “soldados da borracha” tenha morrido durante a guerra, resultado de doenças, privações e maus-tratos a eles dispensados pelos latifundiários donos dos seringais.¹⁶

Nenhuma destas iniciativas, seja tomadas em conjunto seja isoladamente, tiveram a capacidade de promover um verdadeiro clima de mobilização geral em tempo de guerra total. Pelo contrário, autores de diferentes partes do país que pesquisam o período, são unânimes em constatar a fraca adesão da população a todas estas iniciativas, além de uma descrença geral na necessidade delas. Veja-se, por exemplo, as constatações de uma pesquisadora do Piauí durante a guerra:

Provavelmente existiam muitas pessoas que acreditavam e colaboravam com o estado de guerra na cidade de Teresina, obedecendo como podiam a instruções vindas das autoridades, mas é importante ressaltar que isso não ocorria com a totalidade da população. Havia aqueles que percebiam os esforços para o exercício do serviço como uma diversão, uma “teatralidade”. A “festinha do alarme”, como recorda o memorialista, servia para

16 José Carlos Meireles da Silva. *Soldados da Borracha: o acordo político entre Brasil e Estados Unidos da América para extração do látex – esquecimentos e a luta por direitos no pós guerra*. (Dissertação Mestrado História, Universidade Salgado de Oliveira, 2017).

alguns sujeitos, como um espetáculo produzido pelo chefe de polícia para “demonstrar que o Piauí também estava na guerra”. Desta forma, a mobilização para a defesa diante de um ataque aéreo em Teresina transitava do medo e nervosismo a momentos de gozação.¹⁷

Ainda menos entusiástica ou sincera foi a participação das populações da região Sul do Brasil. Tal região, ao contrário do Nordeste, era desprovida de bases militares mantidas pelas forças armadas estadunidenses e, geograficamente, era ainda mais distante dos teatros de guerra onde realmente aconteciam os combates. Provavelmente ali a guerra era levada ainda menos a sério. Para tornar ainda menos crível os esforços de mobilização nacional e geral, cabe destacar o ambiente de desconfiança, suspeição e vigilância que foi ali instaurado a partir da campanha da nacionalização.

No tempo da guerra, o palco das batalhas foi no além-mar. Na Europa e nos países da Ásia, o pânico e a morte provocaram um cotidiano de horror e medo, dizimando cerca de 50 milhões de pessoas. No Brasil, especificamente em Santa Catarina, não houve bombardeios, mas o imaginário de conspiração gerou o medo, mexeu com o cotidiano das pessoas, colocou uns contra os outros. Essas coisas e sentidos aparecem nas memórias, nos corpos já alquebrados, nos sinais e gestos, como o enrugar dos olhos. Veremos como as ações governamentais insistiram na construção de “brasileiros” e as suas estratégias para homogeneizar sentidos e abraçar adultos, crianças, estrangeiros e descendentes.¹⁸

17 Clarice Helena Santiago Lira. A Teresina “escura e triste” nos tempos de mobilização (1942-1945). In: Flávia de Sá Pedreira. *Nordeste do Brasil na II Guerra Mundial*. (São Paulo: LCTE Editora, 2019), 119.

18 Marlene de Fáveri. *Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra Mundial em Santa Catarina*. (Florianópolis: Editora da UFSC, 2005), 57.

Perpassando a tudo e a todos envolvidos com a mobilização para a luta contra as ditaduras nazi-fascistas, estava a própria natureza do regime varguista, desde sempre identificado com diversas práticas de Hitler e Mussolini. O paradoxo de uma ditadura autoritária de inspiração nazi-fascista organizar um esforço de guerra contra estas mesmas ditaduras não escapou aos analistas políticos do período e, com toda probabilidade, também foi percebido e identificado pela maioria da população. O resultado foi uma geral descrença, alienação e ceticismo com relação a tudo que dissesse respeito a mobilização:

A inexistência de combates militares dentro do país, a ida dos soldados para combates reais na distante Europa e a mobilização desmobilizante do governo, que recusava um alinhamento total para não por em risco seu regime, mas ao mesmo tempo investia em campanhas que criavam um efeito de mobilização – esse fatores criaram, com sua junção, uma certa sensação de irrealidade da guerra. O humor, a sátira, o deboche, como tom monocórdico para se falar da guerra, parecem responder a esse desajuste estrutural da mobilização que não era para guerra. A música popular, o samba, respondiam identificando a ditadura local com os inimigos do Eixo e fazendo troça de uma guerra que não engajava o povo. Neste caso, era o humor uma bem articulada estratégia de desmobilização, mas também expressão de certa recusa à mobilização do Estado.¹⁹

MOBILIZAÇÃO MILITAR

A mobilização de diferentes nações para a Segunda Guerra Mundial provavelmente teve seu auge no ano em que o Brasil enviou tropas para dela participar (1944). Naquele ano a Alemanha Nazista mantinha na linha de frente 3.370.000 soldados e seu principal adversário a URSS 6.800.000.²⁰ Os EUA mobilizaram apenas para a Campanha das

¹⁹ Roney Cytrynowicz op. cit., 348-349.

²⁰ Dennison de Oliveira . Antes de Hollywood, a URSS. *Revista História Viva*, (São Paulo: Duetto Editorial, 2013), 26-29.

Filipinas aproximadamente 250.000 homens para enfrentar os cerca de 450.000 soldados que o Japão mantinha naquelas ilhas.²¹ O Brasil, por sua vez, foi capaz de manter efetivos no exército da ordem de cerca de 180.000 militares e recrutou aproximadamente outros 25.000 para serviço numa força expedicionária a ser enviada para serviço ativo na linha de frente além-mar.²²

As origens históricas da Força Expedicionária Brasileira (FEB) são bem conhecidas. A partir da ruptura das relações diplomáticas entre Brasil e os países do Eixo em 28 de janeiro de 1942 se intensificaram as negociações entre autoridades militares do Brasil e dos EUA com vistas a organizar a defesa conjunta de pontos estratégicos do território brasileiro.

De todas regiões consideradas como potencialmente expostas a ataques do Eixo a do Nordeste era considerada a mais importante. Desde 1939 a liderança militar estadunidense considerava desencadear a ocupação “preventiva” da região, em antecipação a uma possível invasão das tropas do Eixo que poderiam provir do Norte da África. O início da Campanha do Norte da África opondo o exército britânico ao italiano a partir de junho de 1940 e, também aos alemães desde janeiro de 1941, levou tais temores a um novo auge. Temiam os estadunidenses que a vitória dos países do Eixo no Norte da África se seguisse uma invasão da parte mais próxima do Brasil daquele continente, no caso, o Nordeste brasileiro.²³

O foco do planejamento conjunto de militares brasileiros e estadunidenses, iniciado já antes da entrada do Brasil na guerra era a defesa da região Nordeste. Após extensas discussões entre altas autoridades militares de ambos países se definiu que a região seria

21 Stanley Falk. *Libertação das Filipinas*. (Rio de Janeiro: Rennes, 1971).

22 José Murilo de Carvalho. *Forças Armadas e Política no Brasil*. (Rio de Janeiro: Zahar, 2005), 30-56.

23 Stetson Conn, Byron Fairchild, *The framework of Hemisphere Defense*. [https:// history.army.mil/html/books/004/4-1/CMH_Pub_4-1.pdf](https://history.army.mil/html/books/004/4-1/CMH_Pub_4-1.pdf) , 12-13

defendida pelo Exército Brasileiro que mobilizaria ali três divisões de infantaria e elementos de apoio, somando cerca de sessenta mil homens. Tais efetivos seriam equipados e dotados de armas pesadas pelos EUA.²⁴

A importância da região Nordeste do Brasil para as operações militares dos EUA aumentou cada vez mais a partir de meados de 1941 quando Vargas autorizou a companhia aérea Pan Am a ampliar e modernizar diferentes aeroportos nas cidades de Natal, Fortaleza e Recife. Tais obras formalmente atendiam aos interesses comerciais da empresa mas, na prática, se destinavam a fornecer pontos de escala para o envio de aeronaves e suprimentos militares para as tropas britânicas em luta contra o Eixo no Norte da África.²⁵ Começava assim o Brasil a partir de junho de 1941 se afastar da neutralidade que apregoava seguir para apoiar o abastecimento dos Aliados em luta contra alemães e italianos.

Tais providências de defesa do Nordeste se tornaram ociosas quando do desembarque de tropas estadunidenses no Norte da África em 08/11/1942, no caso, nas colônias francesas da Argélia e do Marrocos. Essa operação conduziu ao rápido fim da luta na região, derrotando as tropas alemãs e italianas que até então resistiam ao avanço dos britânicos vindos do Egito, cujos remanescentes finalmente se renderam em 13/05/1943. Desta forma, foi eliminada definitivamente a possibilidade das tropas do Eixo invadirem a América do Sul, de onde os estadunidenses temiam que fossem capazes de desfechar ataques contra o território dos EUA ou regiões de importância estratégica para eles, como o Canal do Panamá.

Embora várias autoridades militares brasileiras estivessem cogitando da participação efetiva das forças armadas em operações

24 Dennison de Oliveira . *Aliança Brasil-EUA: nova história do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. (Curitiba: Juruá, 2015), 58.

25 Dennison de Oliveira . “A pior deficiência do Brasil”: Aliança militar Brasil-EUA, políticas de transporte e as negociações sobre uso de bases militares no pós-guerra (1943-1945). *Revista Nordeste de História do Brasil*. 1: 2 (2019),p. 60.

de guerra além-mar, coube à Comissão Conjunta de Defesa Brasil-EUA em Washington propor aos governos dos respectivos países a conversão do projeto de constituição de tropas de defesa do Nordeste em um Corpo Expedicionário Brasileiro, a ser enviado para lutar ao lado de tropas do Exército dos EUA em operações ofensivas além-mar.

O governo Vargas abraçou com entusiasmo o projeto de criação de um corpo expedicionário. Através da participação ativa na luta contra o nazi-fascismo o Varguismo poderia se dissociar da sua imagem autoritária e simpatizante do Eixo. Lutar na linha de frente da Segunda Guerra Mundial faria do Estado Novo um combatente dos regimes totalitários e aliado das democracias ocidentais, reformulando a imagem de Vargas para o contexto de pós-guerra, numa época em que já se podia antecipar a derrota da Alemanha nazista e da Itália fascista no conflito.

Já os estadunidenses não tinham tanto interesse assim pelo engajamento do Brasil no conflito. Temiam os problemas de abastecimento, treinamento, coordenação e comando em campo de batalha de um efetivo brasileiro que desde a Guerra do Paraguai (1864-1870) não se envolvia num conflito externo e cujos meios de combate e doutrinas militares se encontravam gravemente defasados. Contudo, o Brasil era um aliado extremamente valioso cujas demandas tinham que ser levadas em conta. Além disso, o envolvimento do Brasil com o combate na linha de frente ao lado de tropas estadunidenses serviria para realçar e promover a liderança dos EUA na América latina e o alinhamento de todos países da região com o esforço de guerra contra os países do Eixo. Desta forma, os EUA foram forçados a consentir e apoiar a participação militar direta do Brasil no conflito.

O projeto foi formalizado em agosto de 1943 quando do encontro do Ministro da Guerra brasileiro, General Eurico Gaspar Dutra, com o Chefe do Estado Maior do Exército dos Estados Unidos, General

George Marshall em Washington. Foi combinado que além de três divisões de infantaria o Brasil também enviaria para lutar na guerra, entre outras unidades, uma esquadrilha de aviões de caça-bombardeio e um corpo de enfermeiras. As duas mais altas autoridades do Estado Novo, Vargas e Dutra, pretendiam que o Corpo Expedicionário Brasileiro de cerca de sessenta mil homens fosse um efetivo apenas inicial. A este deveriam suceder vários outros, somando centenas de milhares de homens.

Atender a tantas ambições implicava no recrutamento, seleção e treinamento de um exército de massa. O efetivo do exército brasileiro crescia continuamente desde o início da guerra. Em 1939 o efetivo total do Exército era de 60.000 homens; em 1942 atingiu 95.000 e em dezembro de 1943 já totalizava 165.000 soldados. Na convocação para preencher os claros resultantes da elevação desses efetivos que o estado de guerra e a organização da FEB impuseram, ao invés de serem chamadas os reservistas das classes (ano de nascimento) sucessivamente começando pela de 1921 (os reservistas com 21 anos de idade), os reservistas foram divididos em cotas iguais entre as classes de 1912 a 1921, ou seja entre os homens de 21 a 30 anos. Aparentemente não se desejava sobrecarregar uma única classe ou então antecipavam-se os problemas políticos que deveriam surgir fazendo recair o ônus do serviço militar apenas sobre uma determinada faixa etária.

Ao mesmo tempo podia se contar com estoques de armas e munições suficientes para dotar cerca de duzentos mil homens. Também o complexo industrial-militar se ampliava substancialmente, sendo capaz ao final da guerra não só de prover de forma auto-suficiente o Exército Brasileiro da maioria das munições de armas portáteis como também estava na iminência de se tornar exportador de munições e explosivos. Também o país estava prestes a produzir armas modernas como metralhadoras. Enfim, o Brasil não carecia de

recursos para treinar e capacitar os futuros componentes da FEB, cujas armas e munições a serem empregadas em combate seriam fornecidas pelos EUA no seu local de atuação além-mar.

A questão central era o recrutamento de indivíduos especificamente para irem a guerra. Outra estava determinado a reter o máximo de efetivos possíveis para defesa da soberania brasileira contra prováveis adversários externos, como a Argentina. Mas ele também considerava como perigosas as ameaças internas como as representadas pelos comunistas, integralistas e potenciais levantes separatistas nas colônias de imigrantes no sul, para não mencionar a necessidade de manter um grande efetivo de tropas na região Nordeste, onde os estadunidenses haviam construído extensas e estratégicas bases aéreas e navais. Outra temia que os EUA adiassem ou recusassem abandonar o controle de tais instalações no pós-guerra e, por isso, recomendava manter substanciais efetivos militares na área.

Originalmente proposta para ser constituída por três divisões de infantaria, a FEB acabou sendo formada apenas pela primeira (e única) Divisão de Infantaria Expedicionária. E mesmo o recrutamento desta única divisão, a qual acrescida de elementos de apoio e retaguarda viria a somar cerca de vinte e cinco mil homens, requereu o apelo ao recrutamento de efetivos de quase todo país. A FEB foi formada a partir de uma coleção de distintas unidades militares de diferentes regiões do Brasil que, quando destinadas a tomarem parte no projeto expedicionário, encontravam-se com seus efetivos gravemente desfalcados.²⁶

Seu núcleo eram os três regimentos de infantaria, localizados em três diferentes estados da federação que, àquela altura, somavam cerca de metade do efetivo que deveriam oficialmente dispor. O enquadramento organizacional da divisão segundo normas do Exército dos EUA implicava numa importante ampliação não só da

26 Dennison de Oliveira, *op. cit.* p. 60.

quantidade de indivíduos a serem lotados em cada unidade, bem como na elevação dos padrões técnicos e profissionais de grande número de funções e ocupações especializadas que deveriam exercer.²⁷ A moderna divisão de infantaria de padrão estadunidense requeria engenheiros, radio-operadores, mecânicos de veículos e armamentos, motoristas de caminhões, jipes e veículos blindados, técnicos de telefonia, etc. dentre tantas outras ocupações de nível técnico, tudo isso para não mencionar os elementos combatentes destinados a usar armas modernas como lançadores portáteis de foguetes (“bazucas”), canhões anti-tanques, submetralhadoras, etc. dentre tantas outras armas até então desconhecidas no Brasil.

Existe vasta bibliografia detalhando as circunstâncias em que se deu tal mobilização de homens, seus problemas, conflitos e impasses.²⁸ Cabe aqui citar apenas suas características mais salientes pelo que podem servir como aspectos a se levar em conta na análise de processos históricos semelhantes ou em se tratando de antecipar questões sobre futuras mobilizações.

A primeira característica destacada da mobilização da FEB era a geral recusa dos convocados não apenas a irem a guerra, mas mesmo de prestar o serviço militar. Desde 1916 o Exército lutava contra uma série de empecilhos de ordem prática e objeções de natureza legal à tão almejada universalização do serviço militar obrigatório, aprovado naquele ano pelo Congresso Nacional. Com a imposição do recrutamento universal a todos jovens válidos e a seleção dos melhores

27 Dennison de Oliveira . *Extermine o Inimigo: blindados brasileiros na Segunda Guerra Mundial*. (Curitiba: Juruá, 2015), 46-47.

28 As menções às precárias condições de saúde e grau de instrução dos convocados, bem como as diferentes modalidades de fuga ao engajamento ou de transferência para unidades não-expedicionárias constam de forma abundante dos testemunhos de militares de diferentes patentes como, dentre outros, Carlos Paiva Gonçalves. *Seleção médica do pessoal da FEB*. (Rio de Janeiro: Bibliex, 1951); Massaki Udihara . *Um médico brasileiro no front: diário de Massaki Udihara na II Guerra Mundial*. (São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002), 42-43. Manoel Thomaz Castelo Branco. *O Brasil na II Grande Guerra*. (Rio de Janeiro: Bibliex, 1960), 139-140.

e mais qualificados indivíduos para prestar o serviço militar, contavam as autoridades do exército não só em melhorar de forma substancial a qualidade do material humano disponível para operações militares, quanto exercer influência sobre a sociedade através da inculcação de seus princípios entre os ex-recrutas que, uma vez dispensados de volta a vida civil, se manteriam como identificados com os valores da instituição militar e atuariam no sentido da sua disseminação entre a sociedade.

A recusa geral da juventude em prestar o serviço militar se devia às más condições de vida e trabalho nos quartéis, soldo insuficiente, rebaixamento do seu status social, impossibilidade de seguir carreiras mais atrativas no serviço público e na iniciativa privada e a repulsa que causava o retorno à condição de submissão à autoridade numa fase da vida adulta que deveria ser de afirmação da própria autonomia pessoal. Valores ligados ao pacifismo, anarquismo, socialismo, etc. também contribuíam para a repulsa pelo serviço militar obrigatório, se constituindo em obstáculos as várias tentativas de impo-lo a toda população. Ainda em 1943 Dutra se queixava a respeito em relatório a Vargas, exigindo medidas cada vez mais severas para punir os que se evadissem a prestação do serviço militar obrigatório de um ano de duração.

A criação da FEB em agosto daquele ano deu ensejo a abertura de voluntariado para compor a tropa. Os resultados foram decepcionantes. Dos 2.400.000 jovens potencialmente recrutáveis apresentaram-se apenas 2.750 indivíduos dos quais apenas 1.357 foram aproveitados.²⁹ As motivações para as exclusões eram as usuais: analfabetismo, precária condição de saúde, constituição física abaixo do normal, numero insuficiente de dentes na boca, etc.

²⁹ Mauro Renault Leite, *Marechal Eurico Gaspar Dutra - O dever da verdade*. (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983), 558.

Importa destacar que o baixo número de voluntários é indicativo da indiferença, senão hostilidade, devotada à participação na guerra. Exceto pelo torpedeamento de navios de navegação costeira ao largo do Nordeste brasileiro em agosto de 1942, a guerra se apresentava como evento distante e de pequeno impacto no cotidiano da maioria do povo brasileiro. A guerra chegava à população através de notícias nos meios de comunicação da época, como eram o rádio, jornais e cine-jornais. O segundo grande conflito mundial impactava a vida das pessoas na forma de racionamento de bens de consumo, restrições à vida noturna expressa na forma de obscurecimento total das cidades para evitar atrair hipotéticos ataques aéreos inimigos (“blackout”), escassez de meios de transporte, etc. Os combates e demais eventos militares relacionados à guerra seguiam distantes e desligados das vicissitudes da vida cotidiana brasileira.

Desta forma, inexistia qualquer sentido de urgência e mesmo de necessidade de se engajar nas forças armadas. O Brasil parecia a salvo e sem risco de ser envolvido por qualquer ameaça de caráter militar por parte dos países do Eixo. Não haviam motivos para entusiasmar ou atemorizar os brasileiros a se engajar nas forças armadas em defesa do Brasil ou em operações militares além-mar. A já conhecida recusa a prestar o serviço militar em tempo de paz ganhou força ainda maior quando se tratou de mobilizar efetivos para compor a FEB em tempo de guerra.

Segundo fontes legadas pela psiquiatria militar brasileira³⁰ os recrutados para servir na FEB se dividiam em três grupos: os “satisfeitos” em servir a pátria; os que estavam em “conflito íntimo”; e os dominados pelo “medo e repulsa pela guerra”. O segundo grupo abrangia a maioria dos convocados que citavam diferentes razões para seu estado de espírito como: problemas econômico-financeiros, má

30 Mirandolino Caldas. *Oposto avançado de neuro-psiquiatria da FEB*. (Rio de Janeiro, 1950), 14-18.

alimentação nos quartéis, ser arrimo de família, apreensão quanto ao futuro da família, sentimento de inferioridade em face do inimigo, ignorância sobre o motivo do Brasil estar em guerra, havendo ainda os que seguiam ideologias contrárias ao interesse do Brasil (fascismo, nazismo, integralismo) e os acusados de hedonismo e comodismo.

Os psiquiatras do exército notaram que especialmente os convocados no interior do Brasil, onde predominava o analfabetismo, não sabiam os motivos do país estar em guerra. Contudo, uma vez informados do torpedeamento dos navios brasileiros e da perda de vidas decorrente mudavam de ideia e passavam a se dispor a defender o país e vingar a morte dos compatriotas. Já entre os cidadãos mais bem informados e que residiam nas grandes cidades, especialmente naquelas nas quais existiam grandes bases aéreas e navais mantidas pelo exército e marinha de guerra dos EUA (Belém, São Luiz, Fortaleza, Natal, Recife, Maceió e Salvador) ou mesmo entre os residentes na capital federal então no Rio de Janeiro, intensamente frequentada por militares dos EUA, predominava entre os convocados atitudes associadas ao assim chamado hedonismo e comodismo.

Os indivíduos assim rotulados não se comoviam com os relatos brutais de perdas de vidas humanas provocadas pelos torpedeamentos de navios brasileiros pelos submarinos alemães. Justificavam seu alheamento argumentando que tais ataques derivavam da autorização para o funcionamento das bases estadunidenses, a qual teriam motivado a agressão nazista, eventos com os quais nada teriam a ver. Desta forma, os indivíduos mais bem informados e com maior grau de consciência das implicações da política externa adotada por Vargas acabavam por ser rotulados de hedonistas e comodistas que apresentavam desculpas para sua falta de entusiasmo com o engajamento no serviço militar em tempo de guerra.

Para se chegar aos efetivos iniciais da primeira divisão de cerca de vinte e cinco mil homens a ser enviada para além-mar mais de cem mil

convocados foram examinados por juntas médicas organizadas pelo exército. A tentativa de se impor os elevados padrões adotados pelos estadunidenses para seleção de pessoal fracassou. As exigências de peso, altura, condição física e grau de instrução tiveram de ser rebaixadas a fim de se preencher as vagas disponíveis.

O processo foi ainda mais tumultuado pela evasão, assumida ou disfarçada, de muitos dos convocados considerados aptos. Havia a possibilidade de se escapar da convocação casando-se, adquirindo deliberadamente alguma doença infecto-contagiosa ou, no caso dos que tivessem concluído a educação básica ou já estivessem cursando alguma faculdade, cursar os Centros de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) que, curiosamente, isentava seus oficiais recém-formados de irem a guerra. Finalmente, havia o recurso de pura e simplesmente não se apresentar ao quartel para incorporação ao serviço ativo, confiando que ao fim da guerra algum tipo de anistia viesse a ser concedida.

As isenções oficiais para o serviço na FEB foram numerosas. Até então os únicos isentos do serviço militar eram os fisicamente inaptos e os religiosos como padres ou pastores. Contudo, justamente quando se iniciava a mobilização de massa, começaram a surgir novas categorias de isenções. Na maioria dos casos tais dispensas de servir a FEB eram resultado de apadrinhamento e favoritismo.³¹ Alguns exemplos de licenciamento de soldados pelo apadrinhamento foram os dos operadores-repetidores da Companhia Telefônica Brasileira, de dez telegrafistas do Departamento de Correios e Telégrafos; de um motorista que era empregado do Lloyd Brasileiro; de todos os ferroviários da Estrada de Ferro Central do Brasil que contassem um ano de serviço; de um empregado da Sociedade Brasileira de Mineração Limitada; de dois soldados que cursavam o 6º ano de Medicina na

31 Francisco César Ferraz . *Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial*. (Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor) , 48-49.

Universidade do Brasil; dos convocados para o CPOR; dos soldados e sargentos de mais tempo de carreira, etc.³²

Entre os militares profissionais, isto é, oficiais de carreira que haviam cursado a academia militar ingressando no exército como tenentes e tendo condições de chegar ao generalato, a fuga ao serviço na FEB não foi menor. Relatos e memórias de convocados citam o intenso rodizio de oficiais comandantes designados para diferentes unidades da FEB. Ao constatarem que haviam sido incorporados à alguma das unidades febianas imediatamente tratavam de pedir transferência, designação para outra unidade, pedido de licença médica ou para casar, etc. havendo unidades da FEB que trocaram cinco vezes de comando antes de finalmente zarpar para além-mar.³³

Mesmo no momento do primeiro embarque em 30/06/1944 seguiam existindo vários claros nos efetivos, obrigando a transferir para o primeiro escalão prestes a zarpar os convocados para seguirem no segundo e terceiro escalão de embarque, programados para setembro, já em processo de concentração na cidade do Rio de Janeiro. Foi neste momento que Vargas e Dutra decidiram encerrar a mobilização da FEB.

Naquele momento já se achava em processo de mobilização no nordeste a segunda divisão de infantaria, das três que deveriam compor o Corpo Expedicionário Brasileiro, a qual já contava com a maioria dos seus efetivos. Contudo, os empecilhos, conflitos e dificuldades enfrentadas para compor uma única divisão de infantaria no padrão estadunidense haviam se revelado acima das expectativas. Mais importante ainda, as autoridades brasileiras haviam chegado a conclusão de que a FEB havia perdido importância como instrumento de barganha com os EUA.

32 Alcemar Ferreira Júnior, *Isenções e clientelismo no recrutamento da Força Expedicionária Brasileira (1943-1944)*. (Dissertação Mestrado História Social, Universidade Severino Sombra. Niterói, 2007).

33 Demócrito C. de Arruda, Nossa participação na Primeira e Segunda Guerras Mundiais. In: Demócrito C. de Arruda. et. al. *Depoimentos de Oficiais da Reserva sobre a FEB*, (São Paulo: Editora do Autor), 47.

Uma outra razão era a constatação de que os estadunidenses não haviam cumprido integralmente com sua promessa de enviar a metade do acervo de armas e equipamentos para as propostas três divisões de infantaria, em regime de revezamento, treinarem no padrão operacional então adotado pelo EUA. De fato, foi enviado apenas a terça parte das armas e equipamentos prometidos.

Dutra seguia insistindo junto aos estadunidenses que deveria ser enviado a metade do acervo de armas e equipamentos para cada uma das futuras três divisões, e não para apenas para uma. Por outro lado, as armas mais pesadas, como tanques, artilharia, etc. das quais realmente carecia o Exército Brasileiro para dissuadir adversários regionais como a Argentina, começaram a chegar em grande número ao Brasil em fevereiro de 1944.

Dutra sempre insistiu que o Brasil deveria ter uma divisão de tanques ou blindada, mas seus pedidos sempre foram recusados ou adiados pelos estadunidenses. Mas a partir do início de 1944, justamente quando a FEB estava se concentrando para treinamento e posterior embarque no Rio de Janeiro, centenas de tanques leves e médios, além de artilharia e metralhadoras, começaram a serem despachados para o Brasil. Tais remessas de material bélico eram resultado do esforço dos EUA em usar do maciço armamento do Brasil para dissuadir a Argentina da sua insistência em seguir neutra no conflito e mantendo relações diplomáticas com os países do Eixo.

O projeto do envio da primeira divisão da FEB, contudo, seguiu adiante. Vargas dependia do envio da FEB para o front porque havia se comprometido publicamente com o projeto do corpo expedicionário, com o qual contava para repaginar sua imagem vigente no período anterior a guerra como admirador dos regime totalitários. A criação da FEB seria a prova do alinhamento de Vargas as nações democráticas combatentes dos regimes totalitários que, até os primeiros anos da

guerra, publicamente admirava. Contava desta forma se adaptar aos tempos do pós-guerra num contexto em que a derrota do nazi-fascismo já se afigurava como certa.

Tal contradição foi vivida de forma intensa pelo menos entre os indivíduos de maior instrução que compunham a FEB. Formalmente foram enviados para lutar contra o nazi-fascismo além mar em defesa da democracia, da liberdade e dos direitos humanos, enquanto na prática seguia vigorando no Brasil uma ditadura inspirada nos regimes totalitários de extrema-direita que negava aos seus cidadãos direitos fundamentais como liberdade de expressão e reunião, de organização partidária, eleições livres e periódicas, etc.

CONCLUSÃO

A mobilização brasileira durante a Segunda Guerra Mundial padeceu de vários problemas e contradições. No que se refere aos problemas cabe destacar os de ordem prática, relativos aos insuficientes meios para convocar, mobilizar, alojar e preparar para a guerra os efetivos que dela deveriam participar, além da inexperiência das forças armadas brasileiras com processos de mobilização de massa. As precárias condições de vida e trabalho da maior parte da população, manifesta na predominância maciça do analfabetismo, subnutrição, incidência de doenças infectocontagiosas, dentadura insuficiente, etc. também foram obstáculos não só à almejada constituição do proposto Corpo Expedicionário Brasileiro, mas ao próprio engajamento no esforço de guerra.

Já as contradições se referem a escassa legitimidade da ditadura do Estado Novo para mobilizar a população para a causa da luta contra as potências totalitárias. Aos convocados para lutarem na linha de frente da Segunda Guerra Mundial era exigido que se sacrificassem

para defender no exterior valores desprezados ou mesmo proscritos no Brasil pela ditadura do Estado Novo.

Pior ainda, os ônus derivados da privação do acesso a vários serviços e bens de consumo incidia de forma desproporcional sobre a população mais pobre, sujeita ao racionamento de alimentos, restrições e encarecimento dos meios de transporte, suspensão dos direitos trabalhistas, imposição da censura e de restrições ao exercício das liberdades individuais, etc. No pior cenário, o engajamento no esforço de guerra implicou na perda da própria vida, como ocorreu com milhares dos assim chamados “soldados da borracha”.

No que se referia aos imigrantes e descendentes de indivíduos oriundos dos países do Eixo a situação era ainda pior. Tratados como eternos suspeitos ou traidores em potencial, tiveram negados na vigência do conflito a maior parte dos seus direitos civis, ao mesmo tempo em que eram coagidos a abandonar sua cultura e língua ancestrais e, simultaneamente, obrigados a demonstrar seu patriotismo na forma de contribuições financeiras para o esforço de guerra e até mesmo enviando seus filhos para lutarem na FEB.

O que se percebe é que a distribuição dos ônus e obrigações relativas ao esforço de guerra foi feita de forma profundamente injusta e desigual. Esse fato, somado ao caráter distante e desligado da realidade cotidiana da maior parte das operações militares na qual o país se envolveu ajuda a entender o caráter que assumiu a memória coletiva sobre Segunda Guerra Mundial. A experiência coletiva da guerra tem sido marcada ora pela ausência pura e simples da memória social brasileira, ou pela sua lembrança como fato destituído de importância ou indigno de ser levado a sério.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL E DA REQUISIÇÃO NO BRASIL

CARLOS EDUARDO DE FRANCISCIS RAMOS

INTRODUÇÃO

A Mobilização Nacional é conceituada no Brasil como um conjunto de atividades planejadas, orientadas e empreendidas pelo Estado, com a finalidade de complementar a logística nacional, com vistas a capacitar o País a realizar ações estratégicas no campo da defesa nacional, seja em caso de agressão estrangeira ou perigo iminente. Vale ressaltar que seu funcionamento ocorre desde o tempo de paz, quando, por meio de políticas públicas, programas e ações governamentais são realizadas atividades de preparo da mobilização. Durante um conflito, funciona por meio de um sistema entre órgãos do governo, o Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB), de modo a canalizar os recursos do País, sejam humanos, financeiros e materiais, para atender aos esforços contra agressão estrangeira¹.

Presente na Constituição Federal de 1988², a Mobilização Nacional é regulada pela Lei de Mobilização Nacional - Lei Complementar Nº 11.631 de 2007, que dispõe sobre a mesma e cria o SINAMOB³. Tal

1 Brasil, *Lei Nº. 11.631, de 27 de dezembro de 2007*. Dispõe sobre a Mobilização Nacional e cria o Sistema Nacional de Mobilização - SINAMOB. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11631.htm

2 Art. 22, inciso XXXVIII da Constituição Federal de 1988

3 Brasil, *op. cit.*

iniciativa encontra respaldo na primeira Política de Defesa Nacional, Decreto nº 5.484 de 2005, que estabelecia dentre suas diretrizes, a implantação do Sistema Nacional de Mobilização e o aprimoramento da logística militar. A referida lei de Mobilização Nacional estabelece as medidas necessárias ao esforço de mobilização durante a fase de execução, elencando para isso, a requisição de bens e serviços⁴.

Não foi com a primeira edição da Estratégia Nacional de Defesa (END)⁵, publicada no ano de 2008, que a estratégia da dissuasão (convencional), combinada com eficiente capacidade de Mobilização Nacional e tendo por premissa o princípio da elasticidade, se estabelecem como pilares de sustentação da Defesa Nacional⁶.

Nesse contexto, cresce de importância o estudo sobre o instituto da requisição e sua relação com a mobilização. Conforme já apresentado, a requisição é o instituto jurídico que possui estreita ligação com o tema mobilização e se reveste de suma importância para o funcionamento do SINAMOB. Também presente na Constituição Federal de 1988, o instituto da requisição figura no artigo 5º, inciso XXV e artigo 22, inciso III, que regulam tanto o fundamento geral do instituto como também a competência para tratar do tema, respectivamente. Se caracteriza por ser uma das formas de intervenção do poder estatal na propriedade, inter-relacionando-se com a mobilização na medida em que o instituto da requisição está presente no artigo 4º, inciso IV do Parágrafo único da já citada Lei de Mobilização Nacional.

Doutrinariamente existem dois tipos de requisição, a requisição civil e a requisição militar, ambas com conceituação jurídica idêntica e com os mesmos fundamentos, mas com objetivos diversos. A primeira tem

4 Estabelecido no Art.4º, Parágrafo único, Inciso IV da Lei Nº 11.631, de 27 de dezembro de 2007.

5 A primeira edição da END foi publicada por meio do Decreto Nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008, sendo revisada e apreciada pelo Congresso Nacional no ano de 2012.

6 Brasil, *Decreto 6.703 de 18 de dezembro de 2008*. Estratégia Nacional de Defesa. Brasília. DF. https://www2.gwu.edu/~clai/recent_events/2010/Brazil_Defense/Estrat%9gia_Nacional_de_Defesa.pdf

por finalidade evitar danos à vida, à saúde e aos bens da coletividade. Por outro lado, a segunda objetiva o resguardo da segurança interna e a manutenção da soberania nacional. Ambas são cabíveis tanto em tempo de paz como em tempo de guerra, necessitando para isso, legislação específica.

Assim, observa-se que os institutos da mobilização e da requisição são instrumentos distintos que se completam na sua finalidade em seu sentido mais amplo, ou seja, ambos visam à proteção do Estado em caso de perigo iminente ou grave ameaça.

Por isso, com o objetivo de compreender essa relação, este artigo realiza uma revisão histórica da evolução destes institutos no ordenamento jurídico nacional, bem como os casos de aplicação deles no Brasil. Ademais tem como finalidade a consolidação de conceitos e a capacitação na articulação do conhecimento em prol da construção de um SINAMOB que atenda às necessidades nacionais e assegure a capacidade dissuasória e operacional das Forças Armadas brasileiras.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL E DA REQUISIÇÃO NO BRASIL

Ao estudar a os institutos da mobilização e requisição, sob uma perspectiva histórica, observa-se que esta última já era praticada desde os primórdios da organização do espaço brasileiro para defesa de seu território, enquanto o conceito de mobilização é mais recente e contemporâneo. Nesse sentido, será estudado como foi a evolução da utilização desses institutos nas ações de preservação deste espaço, enquanto colônia até os dias atuais.

PERÍODO COLONIAL

Desde os primórdios da formação do estado nacional português, se reconheceram às suas Forças Armadas o direito de exigirem dos

habitantes os bens particulares, prestações de serviços pessoais, munições, mantimentos e dinheiro, além da ocupação de território necessária ao acampamento das tropas, sem a indenização dos prejuízos por isso causados. Tudo isso para a satisfação das necessidades da guerra e das lutas intestinas. Aos súditos da nação, assistiam o dever de contribuir com os recursos indispensáveis à defesa da pátria. O Rei, proprietário de todas as terras de seu reino, compensava a todos quantos cooperassem para a vitória. Em país estrangeiro, a pilhagem era um ato legítimo, a nação derrotada tinha suas riquezas divididas entre militares e nobres.

Todos os princípios acima apresentados estavam consagrados na legislação portuguesa à época do descobrimento do Brasil e perduraram durante todo o período colonial. Nesse sentido, o Foral da Bahia, de 26 de agosto de 1534, impunha aos moradores, povoadores e povo a obrigação de prestar serviços militares quando o Capitão precisasse do seu auxílio. Entre os deveres que o regimento dado a Tomé de Souza, 15 de dezembro de 1548, cabia aos colonos o dever de possuir armas e munições para defesa dos fortes e povoados ⁷.

As primeiras tentativas de mobilização no Brasil ocorreram ainda no Período Colonial. Nessa época, Portugal contava com o Conselho de Guerra encarregado do recrutamento e municionamento das tropas. No entanto, na Colônia, a primeira organização militar surge simultaneamente com as Capitânicas Hereditárias, onde o Capitão Donatário era o responsável em prover a defesa do território, providenciando toda a logística e armamento a sua própria custa e de seus subordinados, como visto acima. Vale ressaltar que a carência de habitantes não permitia exclusão de nenhum homem válido, sendo assim, todos podiam ser convocados em caso de necessidade ⁸.

⁷ Solidônio Leite Filho, *Requisições Militares e Civis*. (1ª ed. Rio de Janeiro: J Leite e Cia., 1931), 7.

⁸ *Ibid*, 9.

Por conseguinte, em consequência da situação de beligerância com espanhóis, franceses e holandeses no século XVI e devido à dificuldade de se manter um fluxo adequado de importações de armas e munições da metrópole, essa mobilização dos meios manufatureiros locais restringiu-se aos artesãos radicados nas vilas e fazendas da colônia e nos arsenais e estaleiros existentes no Brasil. Esse quadro perdurou até o fim do período colonial.

Sob a ótica legal, as leis promulgadas por D. Manuel, rei de Portugal, concediam ao monarca o direito de lançar pedidos e imposições em tempo de guerra ou em qualquer outra situação de semelhantes necessidades. Podia tomar os carros, bestas e navios de seus súditos sempre que se fizesse mister ao serviço do Reino. Essas leis foram mantidas pelas ordenações Filipinas e vigoraram por mais 200 anos⁹.

A Revolução Francesa, em 1789, trouxe em seu bojo os direitos dos homens, como direito de propriedade. Era a garantia ao proprietário de que o estado fosse impedido de lançar mão de sua propriedade mesmo em caso de interesse público, salvo se efetuasse pagamento prévio e justo da indenização.

Já no século XIX, no período que antecedeu a vinda da família real para o Brasil, Portugal adotou e estendeu à sua colônia as novas conquistas alcançadas pela Revolução Francesa. Por exemplo, a fim de impedir que as autoridades da colônia, sob o pretexto de atender aos interesses do rei continuassem a atentar contra propriedade individual, expediu o Decreto de 21 de maio de 1821, pelo qual o Príncipe Regente, considerando ser uma das principais bases do pacto social entre os homens, a segurança de seus bens, determinou que:

... ninguém mais tomasse contra sua vontade e coisa alguma de que fosse possuidor ou proprietário fossem quais fossem as necessidades do estado, sem que primeiramente de comum acordo se ajustasse o preço

9 Ibid, 8.

que pela Real Fazenda deveria ser pago no momento da entrega. Porém, na hipótese de faltarem meios proporcionados ponto pagamento, receberia o vendedor título aparelhado, para em tempo competente haver sua indenização¹⁰.

Verifica-se, portanto, que, na iminência de tornar-se independente da Coroa Portuguesa, o Brasil passou a contar com dispositivos legais que regulassem as atividades de requisição, e que seriam os embriões de dispositivos legais futuros.

PERÍODO IMPERIAL

Tão logo proclamada a Independência notáveis foram os esforços de D. Pedro I para dotar a recente nação emancipada, da organização de elementos indispensáveis à sua soberania. Dentre tantos, foram criados o Comissariado Geral do Exército, o Depósito Geral de Recrutas, fábricas de material bélico, munições e arsenais. Além disso, alguns estabelecimentos criados no período colonial foram também reformados tais como o Trem Real e a Fábrica da Casa de Armas da Conceição. Tudo isso representou um esforço de mobilização em pessoal e material a fim de dar ao Exército Brasileiro, ainda em formação, as mínimas capacidades para cumprir com as suas responsabilidades na defesa da nação, cujo reconhecimento de Portugal só ocorreu no em agosto de 1825.

Quanto à mobilização de pessoal, o serviço era obrigatório, o recruta ao ingressar no quartel para prestação do serviço militar recebia uma esteira para dormir e comprava com seu próprio soldo uma tigela, um prato de barro, uma colher e uma faca¹¹. Nesse sentido, D. Pedro I, após as ações acima mencionadas, disse:

¹⁰ Ibid, 9.

¹¹ Guilherme de Almeida Frota, *Quinhentos anos de História do Brasil*. (1ª ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2000), 247.

O exército não tinha nem armamento capaz, nem gente, nem disciplina; de armamentos está pronto perfeitamente; de gente vai-se completando conforme o permite a população, e de disciplina em breve chegará ao auge, já sendo o mais exemplar do mundo. Nos arsenais do exército tem se trabalhado com toda atividade (...) todos os reparos de Artilharia das Fortalezas desta corte estavam totalmente alagados; hoje acham-se e prontos(...) ¹².

Isto posto, pode-se verificar o esforço do poder central do Império em dotar seu Exército dos meios de material e pessoal necessários para cumprir a sua missão na defesa nacional, mobilizando meios, instalações e recursos humanos existentes, configurando, pois, a fase de preparo da mobilização nacional.

Durante o Segundo Reinado, ainda em guerra contra o Estado Oriental do Uruguai e na iminência declarar a guerra contra o Paraguai, o imperador D. Pedro II viu a necessidade de mobilizar o restante do Exército nacional para fazer frente a esta nova empreitada. No entanto, o Exército nacional com boa parte já empregado no sul do país não tinha condições de empreender uma guerra contra o Paraguai, que há muito vinha se mobilizando em pessoal e material para a guerra. Sendo assim, o Imperador constatando que não possuía os recursos humanos em número suficiente para fazer face a esse estado de beligerância convoca através do Decreto N.º. 3371 de 1865, os Corpos de Voluntários da Pátria, compostos de todos os cidadãos maiores de 18 e menores de 50 anos, voluntariamente quisessem se alistar de acordo com o estabelecido no documento legal.

Assim sendo, o sucesso do chamamento do Imperador aos cidadãos brasileiros para guerra foi tamanho que representou 75% dos batalhões do exército de linha ¹³. Se do ponto de vista da mobilização de pessoal,

¹² Ibid, 249.

¹³ Paulo de Queiroz Duarte, *Os Voluntários da pátria na guerra do Paraguai*, (vol 1, 1ªed, Rio de

mesmo com uma medida extrema foi alcançado o sucesso, no tocante à mobilização de material essa foi bastante deficiente. A ausência de um órgão central que coordenasse a mobilização se fez notar no fardamento do soldado, que, por ausência de orientação central, ficou a cargo dos presidentes das províncias que confeccionaram de acordo com a imaginação e gosto destes.

Quanto à Marinha, a maior parte da frota naval tinha origem em estaleiros estrangeiros. No entanto, vários navios também saíram dos arsenais de marinha nacionais tais como: as corvetas Baianas, e Imperial Marinheiro, construídas nos arsenais do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Pará. No estaleiro da Ponta de Areia, em Niterói, foram construídos os vapores Recife, D. Pedro II e Paraná, além da canhoneira Taquari. Mesmo assim, o despreparo da marinha para uma guerra ainda era uma realidade, a ausência de uma indústria metalúrgica no país impedia a construção de encouraçados, sendo ainda encomendado, na França, o Encouraçado Brasil.

Dessa forma, após esta breve e conturbada mobilização nacional ainda permanecia a certeza de que o Brasil ainda não encontrava-se preparado para se contrapor sozinho ao poderio militar do Paraguai.

Durante o Império, o direito de propriedade era mantido em toda sua plenitude. A Constituição de 1824 protegia os bens do indivíduo contra as arbitrariedades do poder executivo. Se o interesse público, legalmente verificado, exigir o uso e emprego da propriedade privada seria o cidadão previamente indenizado do valor dela, conforme prescrevia a lei:

Art. 179. A inviolabilidade dos Direitos Civis, e Políticos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, é garantida pela Constituição do Império, pela maneira seguinte.

Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1981), 199.

(...)

XXII. É garantido o Direito de Propriedade em toda a sua plenitude. Se o bem publico legalmente verificado exigir o uso, e emprego da Propriedade do Cidadão, será elle préviamente indemnizado do valor della. A Lei marcará os casos, em que terá logar esta única excepção, e dará as regras para se determinar a indemnização.¹⁴

(...)

No entanto, quando o governo estivesse em guerra ou comoção intestina e precisasse recorrer aos meios extraordinários para afastar o perigo e resguardar a soberania do Império, todas as formalidades legais colocavam-se em segundo plano. Desse modo, ficava o poder executivo legitimado a tomar para si e utilizar da propriedade privada, devendo, no entanto, pagar a necessária indenização em tempo oportuno conforme prescreve o artigo 8º da Lei de 9 de setembro 1826.

Desta forma, as autoridades militares, para satisfazer a sua mobilização de material e sustento, apropriavam-se de bens privados sem, contudo, fornecer documentos comprobatórios para devida indenização. Desta feita, com o desrespeito ao direito de propriedade decorrente da suspensão das garantias constitucionais - em caso de agressão estrangeira ou comoção intestina - o proprietário ficava na contingência de reclamar a posteriori do Estado, a devida indenização¹⁵. Esta prática resultava em prejuízos não só para os proprietários como também para a Fazenda Nacional. As dificuldades geradas pela falta de documentos comprobatórios do esbulho de que eram vítimas, fazia que recorressem aos tribunais, que, via de regra, decidiam majoritariamente pela importância da indenização, em detrimento da fazenda pública. Este procedimento perdurou por todo o período monárquico e no início do período republicano.

14 Brasil, *Constituição Política do Império do Brasil (de 25 de março de 1824)*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm

15 Leite, op.cit, 12.

PERÍODO REPUBLICANO

Durante o período da República Velha, ainda no governo de Floriano Peixoto, por ocasião da Revolta da Armada, carecia o estado brasileiro de disposições legais que pusessem fim aos abusos e violências praticadas por agentes do governo investidos da autoridade de requisitar. Inúmeros foram os casos de proprietários lesados em seu direito que recorreram aos tribunais a fim de satisfazer a indenização devida, o que implicou para a União pagamento pelos danos praticados por seus agentes, como consequência da ausência de um dispositivo legal.

Nesse sentido, já durante o governo de Campos Salles, o Marechal Mallet, Ministro da Guerra, introduziu no projeto que reorganizava o Exército um capítulo sobre as requisições militares.

Transcorrida mais uma década, em 1911, tendo como Ministro da Guerra, o Marechal Dantas Barreto, iniciou-se um projeto de lei que regulasse as requisições militares em caso de mobilização ou de manobras do exército. Desta feita, na Câmara dos Deputados, foi pronunciada a sua exposição de motivos que justificava projeto de lei:

Entre as tropas e as populações estabeleceram-se em toda parte e em todos tempos relações em virtude das quais autoridade militar tem a faculdade de requisitar dos particulares a cessão de sua propriedade, o uso de seus bens ou a prestação de serviços pessoais exigidos pelas necessidades do Exército e Armada em operações com manobras.

Tais as requisições podem ocorrer no território nacional ou estrangeiro.

No primeiro caso são do domínio do direito público e decorrem do princípio jurídico em virtude do qual pode cidadão, por motivo de utilidade pública e mediante retribuição ou indenização, ser constrangido a ceder sua propriedade e a prestar serviços.

No segundo caso revestem a forma de contribuição que as leis da guerra têm permitido o invasor impo ao país invadido, mesmo a viva força, em virtude da regra de que a guerra deve manter a guerra ¹⁶.

O referido projeto de lei foi submetido à consideração da Câmara dos Deputados e foi duramente combatido, como se observa nas palavras do deputado José Araújo, que, sustentava desnecessária a aplicação do projeto:

Em manobras cabe à Intendência prover as tropas com todo o necessário, fossem para onde fossem, com víveres e gêneros de todas as qualidades; e, em tempo de guerra, o Exército não precisará de lei para tomar conta da propriedade e para exigir serviços de qualquer cidadão, por não haver indivíduo capaz de negar auxílio as tropas de seu país¹⁷.

O debate prosseguiu com réplicas de ambos os lados e teve por consequência a estagnação do referido projeto na Câmara dos Deputados, sendo somente retomado por ocasião da 1ª Guerra Mundial. O afundamento de navios brasileiros na costa brasileira, bem como a carência de meios de sustento para a população provocaram a decretação por parte do Congresso, da Lei Nº 3.266 de 11 de junho de 1917, a qual requisitava os navios alemães ancorados em portos brasileiros; e à Lei Nº 3.533, de 3 de setembro de 1918, com a finalidade de minimizar a crise alimentícia e facilitar ao governo o desempenho dos compromissos de abastecimento assumidos perante os aliados, regulando as requisições civis enquanto durasse o estado de guerra. Finalmente, em 21 de junho de 1927, o congresso edita o Decreto Nº 17.859, que aprovou o regulamento para as requisições militares, Lei Nº 4.263 de 14 de janeiro de 1921.

¹⁶ Ibid,11.

¹⁷ Ibid,12.

AS INSURREIÇÕES SERTANEJAS

As campanhas de Canudos, no sertão nordestino e do Contestado, no sul do País, criaram o embrião de uma estrutura de abastecimento às forças em operação, trazendo a convicção de que as fontes normais de produção não eram suficientes para suprir a contento as exigências das situações excepcionais.

Tal ensinamento foi colhido após os inúmeros insucessos das forças republicanas em debelar a revolta de Canudos. Na expedição do Coronel Moreira César, os insucessos anteriores não foram devidamente apreciados nem pelo governo federal nem pelo próprio comandante da operação. O governo, apesar de reconhecer a importância da campanha, ainda negligenciava o fornecimento dos recursos adequados, tal como o armamento utilizado em mau estado de conservação e sem uma cadeia de suprimentos estabelecida.

No entanto, foi observado o desenvolvimento de uma mentalidade logística para atender às especificidades destes dois casos históricos, do qual surgiu a figura do Marechal Carlos Machado Bitencourt, como Ministro da Guerra e atual Patrono do serviço de Intendência, que planejou a resolução do grande problema do Exército em Canudos - a fome. Não obstante, a verdade é que não foram entabulados esforços possíveis de serem enfocados como Mobilização Nacional.

A REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA DE 1932

No tocante à evolução histórica da mobilização no Brasil, merece especial destaque o sucesso da mobilização realizada pelo estado de São Paulo durante a Revolução Constitucionalista de 1932. Alguns autores afirmam que esse esforço constitui, realmente, a única experiência brasileira em termos de mobilização total dos recursos disponíveis no Poder Nacional.

Nos poucos meses de conflito, São Paulo viveu um verdadeiro esforço de guerra. Não apenas as indústrias se mobilizaram para atender às necessidades de armamentos, mas também a população se mobilizou, seja com voluntários para incorporar nas forças constitucionistas, seja com trabalhadores no apoio logístico e até mesmo financeiro ao ideal da Revolução¹⁸.

Quanto à mobilização política, desenvolveu-se antes de deflagrada a revolução, pois evidenciadas as posições antagônicas entre o Partido Democrata, por um lado, e os “tenentes” e Getúlio Vargas por outro, em maio de 1931 os democráticos deram início em São Paulo a um processo de mobilização política que visava organizar forças para a luta pela convocação de uma constituinte¹⁹.

Destarte, logo em seguida, o movimento constitucionalista ganhou corpo por meio de manifestações efetivas de apoio por parte de diversos setores das classes médias e da oligarquia. O Instituto de Engenharia de São Paulo, a Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo e o Instituto da Ordem dos Advogados de São Paulo elaboraram uma circular dirigida às entidades profissionais, solicitando-lhes apoio para que se fizesse a propaganda para a restauração do regime constitucional. Nesse sentido, o apoio da imprensa foi fundamental tal como o jornal O Estado de São Paulo, que publicou o manifesto da Liga de Defesa Paulista, evocando o ideário da tradição bandeirante heroica do estado e a necessidade de preservação de seu patrimônio.

A Mobilização de pessoal foi surpreendente, o alistamento para a guerra ultrapassou os duzentos mil homens. Este sucesso se deve ao órgão articulador da convocação dos paulistas para a guerra. O MMDC, entidade constitucionalista, que foi criada a partir da morte

18 Clóvis de Oliveira, *A Indústria e o Movimento Constitucionalista de 1932*. (São Paulo: Federação e Centro de Indústrias, 1956),158.

19 Frota, op. cit.

de quatro jovens pelas forças do governo, a qual levava as iniciais dos nomes das vítimas.

No campo psicossocial, a população foi incentivada a colaborar no esforço da mobilização de material e pessoal por meio de campanhas realizadas pelos meios de comunicação da época. As forças paulistas foram constituídas em grande parte por voluntários que aderiram a campanha constitucionalista. Dentre as campanhas que visavam a participação do povo, pode-se destacar solicitação de doações em valores para o esforço de guerra e a propaganda psicológica que usava como símbolo os primeiros mortos no conflito. Assim, relata o Sr. José de Carvalho, de 81 anos em entrevista pelos 70 anos de aniversário da Revolução:

“Eu organizava os garotos que captavam metais e ferros nas ruas, para serem transformados em armamentos”²⁰. Com carrinhos improvisados, os meninos recolhiam desde panelas até objetos de ouro, que seriam levados a São Paulo.

A participação ativa de mulheres e homens, velhos ou crianças, provenientes dos mais diversos segmentos sociais, étnicos e econômicos que acreditaram na bandeira constitucionalista, exigiam a imediata democratização do país. Por mais conflituosos e múltiplos que pudessem ser seus objetivos pessoais, naquele determinado momento histórico, é inegável a convergência de esforços para alcançar um mesmo fim.

O sentimento patriótico contido na ideia da configuração geográfica do Brasil pelo bandeirante associado ao orgulho pela independência do País em solo paulista contribuiu favoravelmente para a mobilização popular.

20 Regina da Luz Moreira, *Revolução de 1932*. (CPDOC, FGV) http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/6366_5.asp

Com o objetivo de atingir um público mais abrangente e mobilizá-lo em torno da guerra, os jornais de São Paulo buscavam novas alternativas jornalísticas que rompessem com a monotonia dos relatos distantes do teatro de operações. Os apelos aos voluntários eram lançados em grandes comícios em praças públicas, onde tribunos convocavam a multidão por meio da grande imprensa.

Esse voluntariado não se restringia apenas a um eficiente serviço que recrutava homens para a guerra. Muito mais que isso, tal engajamento popular abrangia os mais variados setores, apenas nas frentes de combate, mas, sobretudo, no apoio logístico da retaguarda. É principalmente nesse aspecto que a mobilização das massas se faz presente.

O apoio da imprensa foi fundamental também para a mobilização de material e recursos financeiros em apoio a causa paulista. A campanha do Tesouro da Guerra criou um lastro econômico para as despesas no confronto, com uma campanha de donativos de ouro e joias. Em menos de uma semana, 5 mil pessoas tinham contribuído. Segundo declarou o escritor Menotti Del Picchia, a campanha foi iniciada na primeira quinzena de agosto, e “as mulheres perderam a mais feminina e resistente das suas vaidades: o amor pelas jóias”²¹.

Por outro lado, líderes militares solicitavam através da imprensa suas necessidades, conforme pode-se observar:

Graças à reputação do jornal e ao seu respaldo entre a população, um dos generais constitucionalistas, o mato-grossense Bertoldo Klinger, chegou a comentar: “Tudo quanto peço aos paulistas para essa guerra recebo em excesso”, disse. Ele tinha pedido, por intermédio do Estado, binóculos de campanha para ajudar os voluntários e os soldados no front. Em quatro dias, tinha recebido 500 binóculos²².

21 Ibid.

22 Ibid, 34.

No campo econômico e da ciência e tecnologia, a Mobilização industrial traduziu a interdependência entre eles. O Laboratório de Ensaio de Materiais (LEM), da Escola Politécnica de Engenharia, foi procurado pelo comando militar da revolução, que sofria com a escassez de munição e armas. No futuro, esforços de guerra impulsionaram para o desenvolvimento do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), transformando-o, anos mais tarde, em referência para a tecnologia industrial no País.

Para suprir a carência de armamentos dos paulistas, foi criado o Departamento Central de Munições (DCM), que contou com o engajamento de 740 engenheiros e 340 técnicos.

Segundo dados não confirmados, eram fabricados 190 mil cartuchos por dia e, no final da guerra, 10 mil granadas de mão por dia. No saldo final, foram contados quatro carros de combate, seis trens blindados, morteiros, canhões e outros armamentos.

No entanto, um objeto em especial criado neste período se destacou pela criatividade, a matraca, mecanismo que imitava o som de uma metralhadora a fim de iludir as tropas governistas.

Quanto à mobilização industrial, houve a adequação do parque industrial paulista à demanda determinada pelo conflito. As indústrias transformaram sua cadeia de produção e imediatamente passaram a produzir armas, munições, granadas, morteiros, obuses, uniformes, capacetes de aço, blindagem de trens e de veículos automotores, além de rações de combate e material de saúde.

Vale ressaltar que a adequação da Indústria Paulista se beneficiou de o fato de São Paulo possuir na época um estoque de todas as matérias primas necessárias, com exceção do trigo, para a população. Na ocasião, surge como órgão de coordenação civil da mobilização industrial, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), na pessoa do Sr. Dr. Roberto Simonsen, a qual constituiu comissões setoriais para o seu planejamento e execução.

Assim, conclamou a federação que dirigia para esforço de guerra:

O papel das indústrias no presente momento é a trabalhar, trabalhar com calma e com confiança e neste sentido fazemos caloroso apelo aos nossos associados em particular as indústrias em geral.

[...]

Cada paulista - e paulista são todos que trabalham neste estado - tem que elaborar na grande causa que levou SP a quebrar a sua tradição de paz e trabalho fecundo em benefício da coletividade²³

Isto posto, em que pese tratar-se de uma mobilização de um estado da federação contra o governo federal, tem-se um bom exemplo de dispositivo legal emanado pelo poder estadual com vistas a regular os atos de mobilização industrial no estado de São Paulo. O Decreto Estadual N.º 5.595, de 18 de julho de 1932, que criou o Serviço de Cadastramento e de Mobilização Industrial - SCMI, como medida preliminar para mobilização do Parque Industrial do Estado de São Paulo, visando o aparelhamento e equipamento das forças constitucionistas. Coube a FIESP a direção deste serviço, ficando legitimada para poder requisitar e obter toda informação, bem como tomar as medidas necessárias para cumprir o disposto na lei.

Desta forma, o Sistema de Mobilização Paulista organizava-se tendo como órgão central a FIESP, que estabelecia as ligações com as autoridades públicas civis e militares; com a Comissão de Abastecimento; com a Associação Comercial; com a Escola Politécnica Paulista e com o Instituto de Engenharia. Por outro lado, gerenciava os trabalhos do Conselho Consultivo Técnico de várias comissões especializadas, tais como combustíveis, metais, explosivos, alimentação, viaturas e transporte. Somados a isso, gerenciava a defesa e segurança dos locais

23 Oliveira, op.cit., 158.

de produção, depósitos e estabelecimentos comerciais²⁴. Possuía ainda um gabinete de estudos, um laboratório de experiência e um importante serviço de arrematamento do pessoal técnico, o que nada mais era do que a requisição de pessoal. No organograma abaixo, é possível verificar o referido sistema de mobilização utilizado por São Paulo:

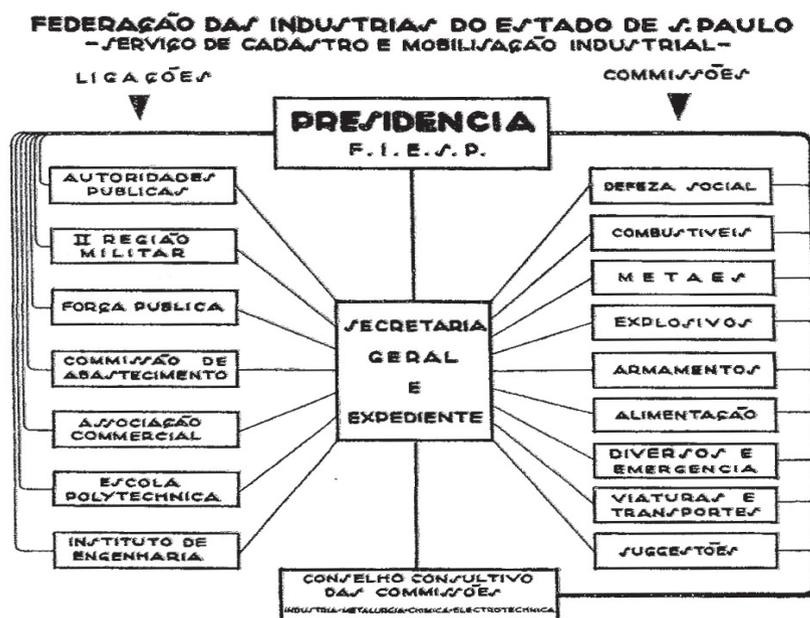


Figura 1 - Organograma do Serviço de Cadastro e Mobilização Industrial-S.C.M.I. – a cargo da FIESP²⁵

O isolamento imposto pelo Governo Federal impossibilitando a entrada de materiais de emprego militar e matérias primas necessárias à indústria e alimentação, levou os paulistas a promover um enorme esforço de guerra, centrado principalmente na utilização de suas indústrias para improvisar armamentos. Os técnicos e engenheiros da Escola Politécnica começaram a dirigir as metalurgias, oficinas

²⁴ Oliveira, op.cit.

²⁵ Ibid, 34

mecânicas e fundições, que passaram a produzir aproximadamente 190 a 200 mil tiros por dia, granadas de mão, bombardas, capacetes, lança-chamas, etc. Entre as armas fabricadas pelos paulistas, ficou famoso o Morteiro Major Marcelino (MMM), construído pelo oficial da Força Pública deste nome e pelo engenheiro Jorge de Resende. No entanto, a produção de guerra não chegou a atender as necessidades reais das tropas, persistindo até o fim da luta a sua grande inferioridade em armamentos.

Embora não tenha sido uma Mobilização Nacional, a Mobilização realizada no Estado de São Paulo, quando da eclosão da Revolução Constitucionalista em 1932, considerando o isolamento daquele estado e ao bloqueio de seus tradicionais recursos naturais, constituiu-se em um exemplo rico em ensinamentos para o planejamento e execução da mobilização do País.

O esforço desenvolvido por São Paulo resultou em uma das mais belas afirmações de vontade coletiva e teve como um dos foros de irradiação a mobilização industrial, desenvolvida de forma admirável, através da ação dinâmica e inteligente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

No entanto, o imprevisto na execução da mobilização por conta da ausência de uma fase de preparo, foi o responsável por uma série de incidentes, conflitos de autonomia e de hierarquia, ausência de dispositivos legais e deficiências logísticas. Óbices que prejudicaram no conjunto o resultado do esforço empreendido. Portanto, esta improvisação ficou além dos resultados desejáveis, não por falta de colaboração, mas sim, pelo fato da inexistência de planejamento e alocação prévia de recursos diante da falta de uma cultura de mobilização de adquirir meios de emprego militar no exterior. Nesse sentido, também foi extraordinária a mobilização dos governistas, pois em menos de duas semanas o governo conduziu de forma ordenada a

convocação de pessoal e a mobilização de material, ainda que parcial, realizando também com firmeza e decisão o isolamento revolucionário.

A PARTICIPAÇÃO NA 2ª GUERRA MUNDIAL

O Brasil declarou situação de Beligerância à Alemanha e à Itália em 21 de agosto de 1942, e já em 27 do mesmo mês reuniu-se pela primeira vez a Comissão Militar Mista de Defesa Brasil - Estados Unidos, em Washington, deliberando sobre como seria a participação militar do Brasil na guerra. Destacam-se dentre outros aspectos, o fornecimento de material bélico e artigos de subsistência pelo “*Lend Lease*”²⁶, com 50% do material de uma Divisão de Infantaria entregues no Brasil para treinamento e a outra metade no Teatro de Operações da Europa.

Sendo assim, sob a ótica da mobilização de material de emprego militar, verifica-se que esta não existiu decorrente do acordo acima firmado. No entanto, o esforço de guerra depreendido pelos países aliados e do eixo diminuíram a oferta de produtos no mercado mundial, ocasionando algumas consequências internas para o Brasil. Dentre elas, pode-se citar a edição de alguns dispositivos legais visando ao abastecimento e atendimento das necessidades da população e das tropas nacionais, como por exemplo, o Decreto Lei N.º 4812 de 1942, que tratava das Requisições Cíveis e Militares, além da criação de um órgão destinado a orientar o desenvolvimento das atividades relacionadas com o esforço de guerra e com a manutenção do ritmo econômico da Nação. Surge assim, a Coordenação da Mobilização Econômica (CME), com as atribuições necessárias para manter a economia funcionando em apoio ao esforço de guerra e as demais necessidades internas do país.

26 Essa lei foi aprovada pelo Congresso americano, em 11 de março de 1941, e deu margem ao Acordo de Empréstimo e Arrendamento entre o Brasil e os Estados Unidos, de 1º de outubro de 1941, que veio a ser modificado, para vantagem mútua, em 3 de março de 1942, acordos esses conhecidos como *Lend-Lease*.

A mobilização de pessoal para atender a FEB esbarrou em problemas de difícil solução, alguns dos quais acabaram se tornando ensinamentos para reformas no sistema de mobilização após a Segunda Guerra Mundial ²⁷. Dentre esses, destacam-se: a falta de capacitação técnica da reserva mobilizável capaz de operar com novos armamentos e equipamentos de transporte, guerra química, comunicações, engenharia, etc.; elevado índice de incapacidade para o serviço decorrentes de problemas dentários e psicológicos, implicando em muitos casos no relaxamento dos critérios de seleção e suas consequências; baixo índice de capacitação intelectual, retratado no elevado número de recrutas analfabetos incorporados; sistema de gestão recursos humanos deficiente, implicando em rodízios e substituições excessivas dos elementos incorporados, sobrecarregando a administração e retardando a instrução; ausência de ações para mobilização psicológica da sociedade, implicando na falta de compreensão das causas que levaram os brasileiros a participarem de uma campanha externa.

Do acima exposto, pode-se inferir que não houve uma mobilização geral do Brasil para o seu ingresso na 2ª Guerra Mundial, pois não se colocaram todos os meios de material e pessoal do país à disposição da guerra, nem houve a conversão para uma economia da guerra. Entretanto, algumas ações de mobilização setoriais podem ser exploradas positivamente. Ao verificar os relatórios referentes ao “*Lend Lease*”, bem com os relatórios do Chefe do Estado-Maior do Exército (EME) nos períodos de 1941 a 1944, observa-se que parcela significativa do parque industrial civil brasileiro esteve envolvido na fabricação, montagem e manutenção de materiais de emprego militar, bem como a existência de um levantamento e controle de matérias primas necessárias para atender às demandas da Força Expedicionária

27 Moraes, op.cit.

Brasileira - FEB e das tropas aliadas. Destacam-se nesse sentido, a produção de munição, explosivos e materiais de emprego óptico.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA LEGISLAÇÃO SOBRE REQUISIÇÃO MOBILIZAÇÃO NO BRASIL

O histórico legislativo que se refere o instituto da requisição apresenta-se um tanto conturbado no ordenamento jurídico brasileiro. Uma questão a ser destacada no tema de requisições é o pagamento de indenização ao proprietário do bem requisitado. Em regra, as requisições pressupõem o pagamento de indenização ulterior ao ato do Poder Público, ao contrário das desapropriações, que são feitas mediante indenização prévia. Segue abaixo um breve histórico constitucional acerca do instituto de requisições (paralelamente às desapropriações) no ordenamento jurídico brasileiro.

Na Constituição do Império de 1824, Art. 179, inciso XXII, admitia-se o direito de propriedade, porém condicionado em razão do interesse público, legalmente verificado nas hipóteses em que fosse exigido o uso e o emprego da propriedade do cidadão, mediante prévia indenização. Este inciso ainda dispunha que os casos que se enquadrassem nessa hipótese, bem como a forma de indenização, deveriam ser definidos por lei²⁸.

A Constituição Federal de 1891, da mesma forma que a Carta de 1824, tratava apenas do instituto da desapropriação, sem falar das requisições constitucionais. É o que dispunha o Art. 72, § 17, *in verbis*: “o direito de propriedade mantém-se em toda a sua plenitude, salvo a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, mediante indenização prévia”.

A requisição passou a receber tratamento específico somente após a Constituição de 1934, que versava em seu Art. 5º, inciso XIX

28 Brasil, *op.cit.*

a competência privativa da União legislar sobre desapropriações, requisições civis e militares em tempo de guerra. Pode-se também citar, o Art. 113, inciso 17 que delimitou o direito de propriedade em razão do interesse coletivo, inclusive em casos de guerra:

Art. 113 - A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à subsistência, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

17) É garantido o direito de propriedade, que não poderá ser exercido contra o interesse social ou coletivo, na forma que a lei determinar. A desapropriação por necessidade ou utilidade pública far-se-á nos termos da lei, mediante prévia e justa indenização. Em caso de perigo iminente, como guerra ou comoção intestina, poderão as autoridades competentes usar da propriedade particular até onde o bem público o exija, ressalvado o direito à indenização ulterior²⁹.

Importante frisar que nesse dispositivo legal, o direito de indenização por requisição de bens em hipótese de guerra foi assegurado de forma ulterior, ou seja, de forma diversa (prévia) que a indenização prevista nos casos de desapropriação de bens por necessidade ou utilidade pública.

A Constituição de 1937 volta a tratar apenas do instituto da desapropriação, Art. 122, inciso 14, tendo garantido o direito de propriedade salvo a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, mediante indenização prévia.

No que se refere ao instituto da requisição, a Constituição de 1946 aproximou-se da Constituição de 1934, tendo assegurado o direito à propriedade, assim como sua relativização em casos de perigo

29 Brasil, Constituição da República Federativa do Brasil de 1934. Brasília. DF http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm

iminente, quais sejam: a guerra e a comoção intestina, assim disposto no parágrafo 16 do Art. 141:

§ 16 - É garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro. Em caso de perigo iminente, como guerra ou comoção intestina, as autoridades competentes poderão usar da propriedade particular, se assim o exigir o bem público, ficando, todavia, assegurado o direito a indenização ulterior.³⁰

A Constituição de 1967 não tratou expressamente o instituto da requisição, mas no parágrafo 22 do Art. 150 era previsto o uso da propriedade particular em caso de perigo público iminente, mediante o pagamento de indenização ulterior ao proprietário. O pagamento ulterior pode ser contrastado em relação à prévia e justa indenização em dinheiro, garantida nas hipóteses de desapropriação por necessidade ou utilidade pública. O tratamento constitucional da Carta de 1969 acerca das requisições em nada acrescentou ao que já havia sido disposto na Carta de 1967. Houve apenas uma única mudança quanto à desapropriação, facultando-se ao expropriado aceitar o pagamento em título de dívida pública.

A atual Constituição Federal, promulgada em 1988, em seu Art. 22, inciso III atribui competência privativa à União para legislar sobre requisições civis e militares, em caso de iminente perigo e em tempo de guerra. A requisição em qualquer de suas modalidades, seja civil ou militar, configura um procedimento unilateral e auto executório, sendo prescindível qualquer autorização do Poder Judiciário³¹.

O art. 5º, XXV da Constituição Federal (ao contrário das Cartas Constitucionais anteriores) estabelece que: “No caso de iminente

30 Ibid.

31 Maria Sylvia Zanella Di Pietro. *Direito Administrativo*. (17ª ed. São Paulo: Atlas, 2004), 131.

perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano”³²(BRASIL, 1988). Sendo assim, a indenização pelo uso dos bens alcançados pela requisição é condicionada, isto é, o proprietário só fará jus à indenização se houver dano, e ao inexistir danos não haverá indenização.

No tocante ao instituto da mobilização, em que pese seus fundamentos figurarem ao longo a história brasileira, somente na atual Constituição Federal foi disposto expressamente nos Art. 22, inciso XXVIII e Art. 84, inciso XIX, tratando da competência da União para legislar e do Presidente da República para decretar, respectivamente.

CONCLUSÃO

A publicação da primeira edição da Estratégia Nacional de Defesa no ano de 2008, dentre outros fatores, colocou a temática de defesa na agenda nacional, procurando envolver a participação de demais setores da sociedade na discussão e na busca de soluções para o setor de Defesa. Nesse sentido, observa-se a relevância atribuída à Mobilização Nacional que, juntamente com a estratégia de dissuasão e capacidade de elasticidade das Forças Armadas, formam os pilares de sustentação da Defesa Nacional.

Do estudo da evolução histórica da mobilização e requisição no Brasil, conclui-se, que do período compreendido entre o Brasil Colônia até a República Velha, as necessidades de mobilização em material e pessoal foram preenchidas basicamente, por duas vias: importação ou produção em unidades fabris próprias; e a utilização indiscriminada da requisição para satisfazer as necessidades da coroa portuguesa e do Império. Adicionalmente, a improvisação para as soluções as

32 Brasil, *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília. DF. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

necessidades que se apresentaram foram uma constante, denotando a inexistência de um sistema de mobilização, apoiado em sólido aparato legal, capaz de planejar e executar a mobilização nacional.

O estudo da evolução dos institutos da mobilização e da requisição no sistema jurídico nacional, bem como de suas aplicações ao longo da história, indica a real necessidade de se estabelecer um sistema nacional de mobilização capaz de articular, ainda em tempo de paz e durante a fase de preparo, as ações junto à sociedade e aos meios de produção para atender as demandas em caso de necessidade. Para isso, considerando a limitada capacidade de transformar o potencial existente no país em poder, cresce de importância a utilização ordenada e judiciosa do instituto da requisição de bens e serviços, complementando-se em sua finalidade com a mobilização, ou seja, a defesa da nação.

PROBLEMAS ATUAIS

IMPACTOS DA INTELIGÊNCIA CIBERNÉTICA NAS AÇÕES E ATIVIDADES RELACIONADAS À MOBILIZAÇÃO NACIONAL NO BRASIL

GILLS VILAR-LOPES

PEDRO HENRIQUE GONÇALVES SILVA

Segurança está relacionada à percepção da existência de **ameaças** que, eventualmente, **podem se transformar em agressões**. (BRASIL, 2011, p. 17, grifo nosso).

Mobilização Nacional [é] o conjunto de atividades planejadas, orientadas e empreendidas pelo Estado, complementando a Logística Nacional, destinadas a capacitar o País a realizar ações estratégicas, no campo da Defesa Nacional, diante de **agressão estrangeira**. (BRASIL, 2007, art. 2º, grifo nosso).

Cumpre à **Inteligência** acompanhar e avaliar as conjunturas interna e externa, buscando **identificar fatos ou situações que possam resultar em ameaças** ou riscos aos interesses da sociedade e do Estado. O trabalho da Inteligência deve permitir que **o Estado**, de forma antecipada, **mobilize os esforços necessários** para fazer frente às adversidades futuras e para identificar oportunidades à ação governamental. (BRASIL, 2016, grifo nosso).

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como variáveis de estudo duas componentes imprescindíveis para se conjeturar hodiernamente sobre a Segurança Nacional, quais sejam: Mobilização Nacional e Inteligência Cibernética.

Por se pautar em uma análise social e, portanto, objetiva e relacional, o presente capítulo busca tangenciar essas duas variáveis, no sentido de responder ao seguinte problema de pesquisa: de que forma a Inteligência Cibernética pode impactar as ações e atividades relacionadas à Mobilização Nacional no Brasil?

Como se vê, de pronto, um dos métodos utilizado nesta análise diz respeito ao estudo de caso, especificamente, o *case* brasileiro. Tal escolha se deve, dentre outros, pelo fato de poder explorar as potencialidades e os entraves – em sua maioria, de ordem interna – de um país envolto, há tempos, em um contexto não belicoso com outras nações¹.

Mais do que isso, busca-se, aqui, defender a tese de que a Mobilização Nacional e a Inteligência Cibernética – e, em termos mais amplos, a Segurança Nacional e a Segurança Cibernética – são temas, sim, concernentes à Academia, especialmente sua parte civil, uma vez que os rumos da nação tocam, necessariamente, aos diversos setores do Estado brasileiro, o que inclui, *per se*, o militar², braço armado do poder político. Logo, é de extrema importância que, em um Estado Democrático de Direito, os tomadores de decisão militar também levem em conta o que civis e acadêmicos têm a dizer sobre temas, aparentemente, legados exclusivamente à caserna. O presente texto é uma tentativa de materialização desta máxima democrática.

Nesse contexto, o objetivo geral deste capítulo é analisar estrategicamente a *relação* entre, de um lado, uma área em recente reformulação doutrinária e institucional no seio das forças armadas brasileiras e, do outro, um campo de inferências estratégicas que é novo nos Estudos de Defesa e áreas afins³ e que encontra eco nas diretrizes

1 Brasil, *Política Nacional de Defesa / Estratégia Nacional de Defesa*. Brasília: Ministério da Defesa, 2012. https://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf.

2 Joanisval Gonçalves, *Atividade de Inteligência e legislação correlata*. (6. ed. Niterói: Impetus, 2018).

3 Tais como Geopolítica, Estudos de Inteligência, Segurança Internacional e Estudos Estratégicos.

políticas e estratégicas do Ministério da Defesa, a saber: Mobilização Nacional e Inteligência Cibernética, respectivamente.

Diante de um intento tão abrangente como o supramencionado, ofertam-se os seguintes objetivos específicos:

1. dotar de significância os conceitos de Mobilização Nacional e Inteligência Cibernética; e
2. identificar processos e atores brasileiros relacionados à Inteligência Cibernética e que possam exercer um efeito positivo nas duas fases da Mobilização Nacional.

Em termos metodológicos, o estilo de pesquisa qualitativo se mostra predominante, tendo em vista os dois principais métodos utilizados aqui: estudo de caso e revisão bibliográfica. Ademais, prima-se por contextualizar os temas ora em tela, a partir de fontes primárias, que, neste caso, são oriundas de documentos oficiais e públicos – “ostensivos”, no jargão militar e administrativista – emanados, exclusivamente, do Poder Público Federal.

Finalmente, no que concerne ao escopo deste capítulo, busca-se uma lógica a mais didática possível, no sentido de que cada uma das duas seções especiais, *infra*, abarca um dos dois objetivos específicos, *supra*, sendo que a primeira delas aborda aspectos mais conceituais e a segunda, outros mais analíticos.

ASPECTOS CONCEITUAIS E METODOLÓGICOS SOBRE MOBILIZAÇÃO NACIONAL E INTELIGÊNCIA CIBERNÉTICA

Como já adiantado, o presente capítulo se pauta na pesquisa bibliográfica. Porém, não se esmiúça o amplo leque de documentos norteadores que dizem respeito tanto à Mobilização Nacional quanto à Atividade de Inteligência no Brasil. Como forma de resumir a ampla pesquisa feita, apresenta-se o Quadro 1, contendo um rol não-taxativo

dos principais documentos emanados por órgãos públicos civis e militares do Brasil que lidam diretamente com os temas aqui abordados e que foram objeto do estudo que aqui se empreende.

Quadro 1 - Principais documentos sobre Mobilização Nacional e Inteligência Cibernética (Brasil)

ID	Documento ^{a)}	Ano ^{b)}	Dimensão
1	Política Nacional de Defesa (PND)	2012	política e estratégia
2	Estratégia Nacional de Defesa (END)	2012	
3	Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN)	2012	
4	Política Cibernética de Defesa (PCD)	2012	doutrina
5	Glossário das Forças Armadas	2015	
6	Doutrina de Operações Conjuntas ^{c)}	2011	
7	Doutrina Militar de Defesa Cibernética (DMDC) ^{d)}	2014	
8	Conceito de Operações do Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC ²)	2015	comando e controle
9	Sistema de Inteligência de Defesa	2002	inteligência
10	Política de Guerra Eletrônica de Defesa	2004	
11	Política de Sensoriamento Remoto de Defesa	2006	
12	Política Nacional de Inteligência (PNI)	2016	
13	Estratégia Nacional de Inteligência (ENINT)	2017	
14	Manual de Operações Interagências	2012	operações
15	Lei de Mobilização Nacional e Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB)	2007	logística e mobilização
16	Regulamento da Lei de Mobilização Nacional e o SINAMOB	2008	
17	Política de Mobilização Nacional	2010	
18	Doutrina Básica de Mobilização Nacional	1987	

Legenda:

- a) Devido a seu caráter sigiloso, muitos documentos têm seu acesso restringido, como é o caso das Normas de Funcionamento do Sistema de Inteligência de Defesa (NOSINDE) e da Doutrina de Inteligência de Defesa.
- b) A variável “Ano” se refere ao ano em que o documento foi revisado pela última vez.
- c) Refere-se aos três volumes que compõem a Doutrina de Operações Conjuntas.
- d) O Ministério da Defesa aloca a DMDC tanto na dimensão de Doutrina quanto na de Comando e Controle. Opta-se, aqui, pela

primeira devido (i) à sua natureza ser mais genérica e (ii) aos objetivos deste trabalho.

Diante do que se apresenta no Quadro 1, certamente um dos fatos mais importantes para a criação de uma cultura de Segurança e Defesa Cibernéticas⁴, bem como o impulso do ciberespaço como um objeto dos Estudos de Defesa, é a consagração do Setor Estratégico Cibernético (St Ciber), já na primeira versão da Estratégia Nacional de Defesa (END), de 2008. Outros dois setores estratégicos – nuclear e espacial – somam-se a ele, amalgamando a ideia indissociável de que Defesa e desenvolvimento nacional têm de andar juntos para a própria autonomia da sociedade brasileira⁵. No que tange à Mobilização Nacional, pode-se dizer que, em termos comparativos, o St Ciber encontra vasta literatura nacional, motivo pelo qual se opta aqui por dar mais ênfase àquela.

Ao considerar o pressuposto legal de que a Constituição é a norma fundamental que valida uma determinada ordem jurídica⁶, então não se pode compreender as leis políticas e as diretrizes militares que balizam a Mobilização Nacional sem citar o fato imperioso de que tal tema encontra expressa previsão constitucional.

De acordo com a Carta Maior brasileira, configura-se, de um lado, que a União é o ente federado ao qual compete privativamente legislar, sobre Mobilização Nacional⁷ e, de outro, que somente o Presidente da República tem, como uma de suas atribuições, a competência privativa

4 Segurança Cibernética e Defesa Cibernética herdam os mesmos desafios terminológicos, ontológicos e epistemológicos que Segurança e Defesa. Enquanto aquela é uma percepção de um estado de ameaça, portanto de algo materialmente inexistente, esta é a condição de ação que torna essa percepção propícia à pacificação social, inclusive por meio da força contra agentes externos que atentem ou ameacem essa percepção (SAINT-PIERRE, 2013, p. 24, 28). Tal ideia será retomada na última parte da segunda seção principal, em relação à região amazônica.

5 Brasil, *Política Nacional de Defesa / Estratégia Nacional de Defesa*. Brasília: Ministério da Defesa, 2012. https://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf.

6 Hans Kelsen, *Teoria Geral do Direito e do Estado*. 3. ed. 2. tir. Tradução: Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 168-169.

7 Brasil, *Constituição da República* (Brasília: Presidência da República, 1988) http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm, art. 22, XXVIII.

de “[...]decretar, total ou parcialmente, a mobilização nacional”⁸. Vejamos a seguir dois desdobramentos doutrinários e estratégicos de cada um desses dispositivos constitucionais.

Primeiro, apenas o ente federado da União é que tem legitimidade para criar leis sobre Mobilização Nacional. Em observância a essa emanção normativa, publicam-se a Lei nº 11.631, de 27 de dezembro de 2007, e seu regulamento, o Decreto nº 6.592, de 2 de outubro de 2008, que tratam desse tema, bem como do Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB).

Segundo, a decretação presidencial de que fala a Constituição Federal é de caráter excepcional – certamente a mais extremada que se pode ter em um cenário de ruptura da paz. Isto quer dizer que ela só pode ocorrer “[...]no caso de agressão estrangeira, [após] autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas[...]”⁹.

A Mobilização Nacional¹⁰ é, portanto, o conjunto de atividades planejadas, orientadas e empreendidas pelo Estado brasileiro, resultante de medida decretada pelo Presidente da República e com autorização ou referendo do Congresso Nacional, com vistas a capacitar o País a realizar ações estratégicas, no campo da Defesa Nacional, diante de agressão estrangeira¹¹.

Grosso modo, quando de seu acionamento, engendram-se duas fases interdependentes, quais sejam: *preparo*, que é contínua e metódica na

8 Ibid, art. 84, XIX.

9 Ibid, art. 84, XIX, grifo nosso

10 A Mobilização Nacional contém a Mobilização Militar, e, por isso, esta não foi levada em detalhes nas análises aqui empreendidas. Provavelmente, sua abordagem pode ser tema de futuros trabalhos. Em todo o caso, elencam-se documentos vitais para tal intento: Política de Mobilização Militar; Doutrina de Mobilização Militar; Diretriz Setorial de Mobilização Militar; e Manual de Mobilização Militar, todos no âmbito do Ministério da Defesa.

11 Brasil, *Lei nº 11.631*. Dispõe sobre a Mobilização Nacional e cria o Sistema Nacional de Mobilização - SINAMOB. (Brasília: Presidência da República, 2007), art. 2º.

qual ações estratégicas são executadas para viabilizar a fase seguinte, *execução*, caracterizada, por sua vez, pela celeridade e compulsoriedade das ações¹²⁻¹³.

Ao final da agressão estrangeira – ou da redução dos danos por ela causados –, o Estado deve passar para o estágio de Desmobilização Nacional, com o intuito de retornar gradativamente à normalidade¹⁴.

Eis aqui um dos vários dilemas a que esta análise está exposta e que, ao mesmo tempo, busca levantar na presente discussão: se tal excepcionalidade *nunca* foi acionada na República brasileira – e, no médio prazo, seu acionamento parece igualmente não ser vislumbrado, *ceteris paribus* –, então esta vem se configurando como uma discussão secundária da política interna, haja vista que outros problemas nacionais são tomados como bem mais urgentes, a exemplo do combate à fome, melhoria da saúde, ampliação da moradia e da segurança pública.

Adiantando-se a tais críticas, pode-se dizer que, logicamente, os problemas estruturais do País merecem, de fato, grande atenção, mas não *toda* ela, justamente porque, a qualquer momento e sem aviso prévio, como é próprio da definição de crise, uma situação que aparentemente se apresenta como secundária pode torna-se do mais alto interesse nacional – não apenas em termos políticos, mas também sociais. Os seguintes exemplos na história recente do Brasil dão à tona de tal dimensão: a crise do “apagão” no início dos anos 2000, as manifestações de junho de 2013, a intervenção federal no estado do Rio de Janeiro, a greve dos caminhoneiros por todo o território nacional, ambas no ano de 2018 e a crise desencadeada pelo combate à pandemia do COVID-19 em 2020. Todos esses casos direcionaram a discussões mais profundas acerca de

12 Ibid., art. 2º, §§ 3-4º.

13 Brasil, *Decreto nº 6.592*. Regulamenta o disposto na Lei nº 11.631, de 27 de dezembro de 2007, que dispõe sobre a Mobilização Nacional e cria o Sistema Nacional de Mobilização - SINAMOB. (Brasília: Presidência da República, 2008), art. 2º, § 2º c/c art. 24.

14 Brasil, op. cit., art. 2º, II.

problemas estruturais a que eles estavam atrelados, tais como segurança energética, sistema partidário, corrupção, sistema de transporte e saúde pública, respectivamente. Portanto, versar sobre Mobilização Nacional, em tempos de paz, denota, de um lado, o acompanhamento de temas multivariados e, do outro, uma antecipação de possíveis gargalos e falhas em processos e ações que envolvam uma etapa imprescindível não só para a sobrevivência da democracia brasileira, como também do seu Estado, estimulando, assim, estudos e pesquisas sobre a eficácia e a efetividade desse instrumento constitucional.

Na contramão disso, a Inteligência¹⁵ não tem, ainda, respaldo explícito da Carta Magna brasileira. O que se faz, em verdade, é uma interpretação contextualizada à ressalva contida na última parte do inciso XXXIII do Art. 5º da Constituição, conjugado com dispositivos da Lei nº 9.883/1999, que cria o Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN) e seu órgão central, a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN)¹⁶. Agindo dessa forma, e controlado externamente pelo Legislativo Nacional, tem-se que o serviço secreto brasileiro realiza suas atividades também na estrita excepcionalidade garantida pela emanção constitucional, qual seja: no sigilo imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Em todo o caso, Inteligência é a atividade¹⁷ por meio da qual se obtêm, analisam e disseminam “[...]conhecimentos dentro e fora do território nacional sobre fatos e situações de imediata ou *potencial influência sobre o processo decisório* e a ação governamental e sobre a salvaguarda e a segurança da sociedade e do Estado”¹⁸. O destaque na citação acima se refere à necessária previsibilidade que informações

15 Também conhecida por Inteligência de Estado, Atividade de Inteligência ou Espionagem.

16 Brasil, *Lei nº 9.883*. Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN. (Brasília: Presidência da República, 1999).

17 Em sentido, portanto, similar ao de processo (Barreto e Wendt, 2017, p. 2-3; Gonçalves, 2018, p. 21).

18 *Ibid*, art. 1º, § 2º, grifo nosso.

referentes a fatos e situações devam ter para os tomadores de decisão, o que não é novidade, especialmente para a vertente militar da Inteligência^{19,20,21} conhecida, por seu turno, por Inteligência Militar ou de Defesa.

No século XXI, a Atividade de Inteligência, seja civil, seja militar, encontra no ciberespaço um ambiente propício à disseminação de informação e desinformação, à disponibilização de ferramentas para anonimato e ataques virtuais, bem como, a partir da última década especialmente, à atuação estratégica por parte de grupos terroristas e, até mesmo, de governos nacionais^{22, 23, 24, 25}.

É neste contexto de “novas ameaças” do período conhecido por pós-Guerra Fria que o ciberespaço e a componente cibernética são securitizados²⁶, ou seja, as chamadas ameaças cibernéticas²⁷ tornam-se não apenas meras distrações das madrugadas de administradores de redes de computadores, como também passam a fazer parte da agenda

19 Jorge Bessa, *O escândalo da espionagem no Brasil: o caso Snowden*. (Brasília: Thesaurus, 2014).

20 Carl Von Clausewitz, *Da guerra*. (Tradução: Teresa B. P. Barroso. Brasília: Editora UnB, 1979).

21 Gonçalves, op. cit.

22 Bessa, op. cit.

23 Matthew Bodner, Russian military launches cybertraining program for youth. *The Moscow Times*, 1 set. 2015 <http://www.themoscowtimes.com/news/article/russian-military-launches-cyber-training-program-for-youth/529210.html>.

24 China cria ramo das Forças Armadas sem análogos no mundo. *Sputnik*, 18 jan. 2016. Mundo. <https://br.sputniknews.com/mundo/201601183325675-China-tropas-unicas-reforma-militar>.

25 Joseph Nye, The future of force. *Project Syndicate*, 5 fev. 2015. <http://www.project-syndicate.org/commentary/modern-warfare-defense-planning-by-joseph-s-nye-2015-02>.

26 A teoria da securitização advém originalmente de críticas ao processo de excepcionalidade atribuído às matérias ditas “de segurança” (Buzan, Wæver e Wilde, 1998). Todavia, a *opus magnum* da Escola de Copenhague das Relações Internacionais não considera as ameaças cibernéticas passíveis de configurar um setor específico da securitização – ao lado dos societal, político, econômico, ambiental e militar. Porém, anos depois, com a massificação e os impactos das tecnologias de informação e comunicação – a exemplo, especialmente, da Internet e das redes de telefonia móvel – na vida das sociedades e do Estado, o setor cibernético exsurge como uma possibilidade bastante factível para caracterizar os diversos processos de securitização (Hansen e Nissenbaum, 2009).

27 Consoante o Ministério da Defesa brasileiro, ameaça cibernética é a “[c]ausa potencial de um incidente indesejado, que pode resultar em dano ao Espaço Cibernético de interesse” (Brasil, 2015b, p. 27).

oficial de segurança pública e, em casos mais recentes, de segurança nacional^{28, 29} e internacional.

Como se observa, a utilização do termo genérico “cibernética” vai ao encontro do que o próprio Ministério da Defesa brasileiro entende:

Termo que se refere à comunicação e controle, atualmente relacionado ao uso de computadores, sistemas computacionais, redes de computadores e de comunicações e sua interação. No campo da Defesa Nacional, inclui os recursos de tecnologia da informação e comunicações de cunho estratégico, tais como aqueles que compõem o Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC2), os sistemas de armas e vigilância, e os sistemas administrativos que possam afetar as atividades operacionais³⁰.

Quando se versa aqui sobre Inteligência Cibernética – ou, em jargão mais popular, Espionagem Cibernética –, remete-se, por conseguinte, muito a essa lógica de Defesa Nacional. Em sentido estrito, a Estratégia Nacional de Inteligência (ENINT) busca alocar a Inteligência Cibernética como uma das Oportunidades do Ambiente Estratégico, a qual se caracteriza como uma variedade de cenários prospectivos a ser levada em consideração para dar subsídio aos tomadores de decisão político-estratégicas³¹. Assim, pode-se definir tal conceito como o domínio, por parte de órgãos de Inteligência, de soluções tecnológicas avançadas para lidar com o ciberespaço³².

Se, por um lado, faz mais sentido falar, por exemplo, em Defesa Cibernética para o âmbito militar e Segurança Cibernética para o civil;

28 Richard Laker e Robert Kanake . *Guerra cibernética: a próxima ameaça à segurança e o que fazer a respeito*. (Tradução: Bruno S. Guimarães et al. Rio de Janeiro: Brasport, 2015).

29 Derek Reveror (Ed). *Cyberspace and national security: threats, opportunities, and power in a virtual world*. (Washington, DC: Georgetown University Press, 2012).

30 Brasil, *Glossário das Forças Armadas*. (5. ed. Brasília: Ministério da Defesa, 2015b), 62.

31 Brasil, *Estratégia Nacional de Inteligência*. (Brasília: Presidência da República, 2017). <http://www.abin.gov.br/conteudo/uploads/2015/05/ENINT.pdf>

32 Ibid, p. 20.

por outro, existe uma zona cinzenta entre esses dois escopos de atuação, a qual fica ainda mais evidente com a cooperação interagências que visa lograr êxito na proteção da soberania nacional, especialmente no ciberespaço. Assim, órgãos civis que já têm seus departamentos de Inteligência Cibernética ou que empreendem ações nessa seara – como são os casos, respectivos, do Ministério da Justiça e Segurança Pública e da ABIN – não só são passíveis de atuar sob a lógica da Defesa Nacional, como também são encorajados pelos inúmeros documentos que respaldam a Mobilização Nacional e a Atividade de Inteligência.

Como se configura esse estado de coisas no Brasil? E, já prevendo a segunda fase da Mobilização Nacional, de que forma isso pode ser potencializado? Como evidenciar entraves na relação entre Segurança e Defesa Cibernéticas, tendo como interface a Atividade de Inteligência e a Mobilização Nacional? Essas e outras indagações buscarão ser respondidas na próxima seção, uma vez que esta seção buscou atingir o primeiro objetivo específico, qual seja: dotar de significância os conceitos de Inteligência Cibernética e Mobilização Nacional para consubstanciar as análises seguintes.

IMPACTOS DA INTELIGÊNCIA CIBERNÉTICA NO CONTEXTO DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL NO BRASIL

Como visto na seção anterior, o gatilho para a decretação da Mobilização Nacional é haver uma agressão estrangeira. Porém, não se deve pensar nessa agressão apenas em termos de entrada não autorizada de terceiros no território brasileiro, mas também de “[...] *ameaças* ou atos lesivos à soberania nacional, à integridade territorial, ao povo brasileiro ou às instituições nacionais[...]”³³.

A Pasta da Defesa compreende, então, as *ameaças* em seu sentido lato, isto é, em uma miríade de atentados à segurança do Estado e da

33 Brasil, op.cit., art. 2º, § 1º, grifo nosso

sociedade brasileira, no que se incluem, *e.g.*, as iminentes³⁴, potenciais³⁵, fluidas, difusas e imprevisíveis³⁶.

Nesse diapasão, e como já dito, a identificação de ameaças estrangeiras não é uma tarefa incumbida exclusivamente às Forças Armadas, mas também – e conjuntamente – a outros órgãos que, aparentemente, não teriam a ver com políticas públicas de Defesa, a exemplo do Itamaraty e especialmente da ABIN. Nesse sentido, as Inteligências de Estado e de Defesa devem propiciar informações tratadas que possibilitem, aos tomadores de decisão militares e civis, fazer escolhas tempestivas e responder à agressão com a utilização eficiente dos meios dispostos pela nação.

Diante desse contexto, e a título ilustrativo, a Política Nacional de Inteligência (PNI) lista as principais ameaças que podem “[...]pôr em perigo a integridade da sociedade e do Estado e a segurança nacional do Brasil”, a saber: espionagem, sabotagem, interferência externa, ações contrárias à soberania nacional, ataques cibernéticos, terrorismo, atividades ilegais envolvendo bens de uso dual e tecnologias sensíveis, armas de destruição em massa (ADM), criminalidade organizada, corrupção e ações contrárias ao Estado Democrático de Direito. Como se vê, a partir da análise desse amplo rol, as ameaças cibernéticas³⁷ estão representadas pela espécie “ataques cibernéticos”, que são apenas uma dimensão em que interesses contrários aos Objetivos Nacionais podem surgir.

Mais do que uma análise ontológica sobre o que vem a ser ameaça no contexto da Defesa Nacional, busca-se, com esta discussão, apontar para o fato de que ameaça é o que precederá uma agressão, que, por

34 Brasil, *Doutrina Básica de Mobilização Nacional*. (Brasília: Presidência da República, 1987), 6.

35 Brasil, *Doutrina Militar de Defesa Cibernética*. (Brasília: Ministério da Defesa, 2014), 13 - 27.

36 Brasil, *Doutrina de Operações Conjuntas*. (Brasília: Ministério da Defesa, 2011. v. 1).

37 Para uma melhor contextualização das ameaças cibernéticas no âmbito da Defesa Nacional, conferir Brasil (2014a, *passim*).

seu turno, pode originar-se interna ou externamente³⁸. A Mobilização Nacional, frisa-se, está relacionada ao segundo tipo.

Ora, se “[o] *preparo* da Mobilização Nacional consiste na realização de ações estratégicas que viabilizem a sua execução, sendo desenvolvido *desde a situação de normalidade*, de modo contínuo, metódico e permanente”³⁹, então é de se esperar que, hoje, esse preparo esteja sendo não apenas pensado, mas posto em prática, via análises prospectivas e ações concretas, como intercâmbio informacional, capacitação pessoal, adequações institucionais e debates doutrinários. É neste ponto que a Inteligência Cibernética pode agregar valor substancial à discussão sobre Mobilização Nacional.

Embora a espionagem eletrônica seja de conhecimento mundial há décadas⁴⁰, o fato é que “[e]la faz e continuará fazendo parte, inclusive, de políticas governamentais, não importa[ndo] eventuais promessas ou acertos diplomáticos e políticos de lideranças globais”⁴¹. O exemplo desse brocardo foi delatado por Edward Snowden em 2013^{42, 43}. Logo, para que o País possa preparar-se adequadamente para ativar tal medida excepcionalíssima, é sugestivo que (i) o governo federal fomente uma “cultura cibernética de Mobilização Nacional”, tanto nos próprios órgãos de Inteligência de Estado quanto na Academia; e (ii) o Ministério da Defesa realize operações e simulações, mediante cooperação interagências nacionais e internacionais, físicas e/ou virtuais. Não à toa, a cooperação é um dos princípios do SINAMOB⁴⁴.

38 Ibid, 17.

39 Brasil, op. cit. ,art. 3º, grifo nosso

40 Bessa, op. cit., p.49.

41 Brasil está muito exposto à espionagem, aponta relatório. **Senado Notícias**, 9 abr. 2014 <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/04/09/brasil-esta-muito-exposto-a-espionagem-aponta-relatorio>

42 Bessa. Op. cit.

43 AFP. UE e Estados Unidos lançam acordo para proteger a privacidade na internet. *UOL*, 12 jul. 2016. Tecnologia. <http://tecnologia.uol.com.br/noticias/redacao/2016/07/12/ue-e-estados-unidos-lancam-acordo-para-protger-a-privacidade-na-internet.htm>

44 Brasil. Op. cit. art. 5º.

Ora, não se pode pensar atividades e ações de Mobilização Nacional sem o auxílio imprescindível da Inteligência Cibernética. Todavia, como já exposto desde 2013⁴⁵, o SISBIN e a comunidade de Inteligência tupiniquim precisam ser fortalecidos. Isso segue a seguinte lógica diretamente proporcional: quanto mais investimentos bem⁴⁶ aplicados na área de Inteligência – e, por conseguinte, da sua versão cibernética –, mais os preparativos para eventuais Mobilizações Nacionais, ainda que simulados virtualmente, poderão sofrer imprevistos e prolongar, assim, a resiliência das instituições políticas, industriais e sociais.

Em contrapartida, tem-se que a principal interface entre Inteligência Cibernética e Mobilização Nacional, que é o Subsistema Setorial de Mobilização de Inteligência, a cargo do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI) e com o objetivo precípua de “coordenar as atividades de Inteligência voltadas para a Mobilização Nacional”⁴⁷. Previsto há uma década, tal subsistema ainda não se materializou, pelo menos, não até 2015, de acordo com o próprio GSI, ao informar que “[...] não foram implementadas ações no âmbito do Subsistema Setorial de Mobilização de Inteligência”⁴⁸.

Agora, uma crítica relevante deve ser feita, caso alguém pretenda vislumbrar o acionamento da segunda fase de tal medida excepcionalíssima: quando se espera mobilizar uma massa de pessoas (*levée en masse*), deve-se levar em conta fatores idiossincráticos do

45 Quando da conclusão dos trabalhos da comissão parlamentar de inquérito (CPI) sobre a espionagem cibernética depreendida sistematicamente por serviços secretos estrangeiros no Brasil, a “CPI da Espionagem” (BRASIL, 2014b, p. 50-55).

46 Apesar de se evitar termos muito subjetivos aqui, o “bem” remete à ideia de que áreas-chave para impulsionar determinado setor, como é o caso da Inteligência, não necessitam, nalguns casos, das instalações ou dos equipamentos mais caros do mercado, mas, sim, de capacitações e formações específicas, bem como reposição de pessoal e intercâmbios.

47 Brasil, op. cit. art. 9º, IX c/c art.10, X

48 Brasil, Controladoria-Geral da União. Ações do GSI no campo da Mobilização Política em caso de agressão estrangeira. *Portal Acesso à Informação*, 2015 a <http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Item/displayifs.aspx?List=0c839f31-47d7-4485-ab65-ab0cee9cf8fe&ID=435552&Web=88cc5f44-8cfe-4964-8ff4-376b5ebb3bef>.

País, tais como topografia, dimensão, posição geopolítica, principais demandas regionais e resiliência de suas infraestruturas críticas – estruturas estratégicas. Outro fator importante diz respeito a se fazer presente em todo o território nacional; afinal, mobilização pressupõe comunicação e convencimento. Um dos grandes problemas em relação a isso é o fato de que muitas áreas do território nacional ainda estão “descobertas”, seja por limitação da volumosa floresta amazônica em relação a seus sistemas de rastreamento e monitoramento, seja por questões orçamentárias ou falta de políticas públicas efetivas para essas regiões. Há dois exemplos para ilustrar esse ponto de vista.

O primeiro vai em direção ao espaço e toca o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), projetado há anos e a custo de milhões de dólares cuja tecnologia dual prometia levar, de um lado, segurança às redes de comunicação dos órgãos de Segurança e Defesa e, do outro, cobrir *todo* o território nacional – especialmente a região amazônica – com Internet banda larga. Em termos de curto e médio prazos, esse artefato supre uma necessidade imperiosa de dotar o País com as benesses que só um satélite geoestacionário pode prover e, portanto, dar fim à dependência estrangeira nessa área telecomunicacional. Todavia, com as recentes tentativas de privatização da parte civil do SGDC⁴⁹, projeta-se a longo prazo que o que era para se tornar uma ferramenta vital da Mobilização Nacional corre o risco de retornar para as mãos de terceiros. Caso (i) a fase de execução da conscrição em massa se materialize e (ii) um dos acionistas privados tenha relações próximas ao governo – ou de seu aliado – de onde se origina a agressão, tal Estado estrangeiro furtar-se-á de tentar sabotar – via meios cibernéticos ou via Direito Internacional – a parte que lhe toca do satélite? Configurar-se-ia, então, um exemplo *lato sensu* de

49 Agência Senado, Comissões vão discutir privatização de satélite geoestacionário em audiência. *Senado Notícias*, Brasília, Senado Federal, 24 ago. 2017. <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/08/24/comissoes-vaio-discutir-privatizacao-de-satelite-geoestacionario-em-audiencia>.

“agressão estrangeira” ao Brasil, passível, portanto, das medidas que um ato dessa natureza requer? Pode até parecer exagero – ou, como se diz na literatura especializada, um hiperdimensionamento –, mas é certamente nessa linha de pensamento que *decision/policymakers* de grandes potências têm questionado ações cibernéticas que possam ser entendidas como um ato de guerra^{50, 51}.

O segundo exemplo leva em conta a seguinte afirmação:

[...]para uma ciência que pretenda reconhecimento no diálogo científico internacional, não bastará estudar os conceitos, empregar as teorias e repetir as consignas dos cientistas das metrópoles; será preciso reconhecer seus próprios problemas, formular suas perguntas, burilar seus conceitos, ensaiar seus métodos e construir suas teorias com a precisão de quem não teme discutir com autonomia e universalidade seus resultados⁵².

Diante disso, retoma-se o mote explicitado na Política Nacional de Defesa (PND) e na END, de que desenvolvimento anda lado a lado com Defesa. Do ponto de vista de quem mora ou morou na Amazônia Ocidental, acredita-se que uma pergunta de cunho mais antropológico deva ser feita, antes de assimilar que a população em massa irá, racionalmente, aderir à Mobilização Nacional. E os brasileiros abraçariam mesmo a Mobilização Nacional? Provavelmente uma resposta iria na direção de que eles não teriam outra escolha, senão lutar ou morrer. Entretanto, se houver uma terceira via? Se a agressão estrangeira ocorrer em um momento de crises internas

50 Michael Heller, *Senate asks President Obama for a cyber act-of-war definition*. *TechTarget*, 12 maio 2016. <https://searchsecurity.techtarget.com/news/450296272/Senate-asks-President-Obama-for-a-cyber-act-of-war-definition>.

51 David Sanger e Elisabeth Bumiller, Pentagon to consider cyberattacks acts of war. *The New York Times*, New York, 31 maio 2011. Politics. <https://searchsecurity.techtarget.com/news/450296272/Senate-asks-President-Obama-for-a-cyber-act-of-war-definition>.

52 Héctor Luis Saint – Pierre, “Defesa” ou “segurança”? Reflexões em torno de conceitos e ideologias. In: Eduardo Mei e Héctor Luis Saint Pierre (Org.). *Paz e guerra: defesa e segurança entre as nações*. (São Paulo: Unesp, 2013), 37.

e agudas – em sentido econômico, político, social etc. –, e que tal afronta seja acompanhada de forte aparato psicológico ou de guerra de informação que faça a própria população local ver mais incentivos em aderir à causa estrangeira do que a do seu próprio governo?⁵³ Exemplificando por meio de perguntas: quais os incentivos que, teoricamente, uma parte da população brasileira teria em permanecer em uma região em que o poder público encontra desafios hercúleos para garantir direitos básicos? Firmemente, pode-se dizer que a questão da falta de segurança e o espalhamento das organizações criminosas transnacionais que atuam nos estados da região Norte do Brasil fazem parte desses grandes problemas a que se defrontam os órgãos de Segurança Nacional, especialmente na zona de fronteira. Se não houver atuação sistemática da Inteligência Cibernética – especialmente para identificar o *modus operandi* e a localização dos criminosos, via, logicamente, o espaço cibernético –, provavelmente a criminalidade tornar-se-á assaz sedutora nos locais em que o poder público não se fizer presente. Assim, este exemplo se volta tanto para a fase do *preparo*, em que o Estado tem de fazer-se presente e conhecer pormenorizadamente seus futuros conscritos, e para a de *execução*, na qual de nada adianta vultosos investimentos em treinamentos, equipamentos e informação, se o Estado terá, antes, que enfrentar uma força que rivaliza com ele.

Como se objetiva demonstrar, a Inteligência Cibernética pode potencializar praticamente todas as áreas que envolvem a Mobilização Nacional, ainda mais se contextualizada para um mundo em constante interdependências das tecnologias de comunicação e informação. Nesse sentido, cabem mais momentos como este, em que a sociedade – eterna detentora do poder soberano⁵⁴ – também busca,

53 Algo parecido ocorreu com a crise da Crimeia em 2014.

54 Brasil, op. cit. art. 1º, parágrafo único.

conjuntamente com sua expressão militar, materializar as diretrizes governamentais expostas na Política de Mobilização Nacional⁵⁵ (BRASIL, 2010, art. 6º).

Por fim, ainda é possível pintar o panorama da Mobilização Nacional, em que pese o onipresente escopo da atuação da Inteligência Cibernética em suas duas fases, bem como nas searas civil e militar, em tempos de paz e de guerra. É o que mostra a Figura 1, *infra*.

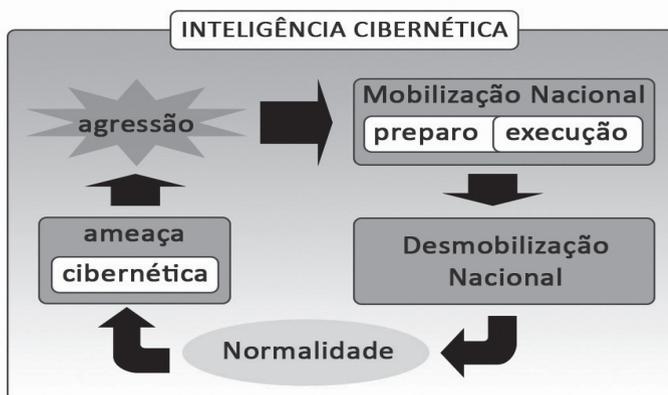


Figura 1- Mobilização Nacional e Inteligência Cibernética⁵⁶

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que já foi mencionado até aqui, é possível realizar algumas sugestões e retomar ideias já postas, tendo como premissa basilar o aperfeiçoamento do SINAMOB em relação a um melhor uso da capacidade cibernética da Inteligência brasileira. Portanto, o rol exemplificativo que se segue tem em vista a potencialização das duas fases da Mobilização Nacional, independentemente de haver zonas cinzentas entre as esferas civil e militar e entre a Segurança Cibernética e a Defesa Cibernética.

55 Brasil, *Decreto nº 7.294*. Dispõe sobre a Política de Mobilização Nacional. (Brasília: Presidência da República, 2010).

56 Elaboração própria.

Os temas que se abordam neste capítulo podem ser vistos – e este é o desejo de seus autores – como a busca contínua pelo melhoramento da estrutura utilizada pelo Estado e do fomento a pesquisa e inovação para verificar vulnerabilidades da sua própria (infra)estrutura de Logística e de Mobilização Nacional, bem como de potencialidades da Inteligência Cibernética. Acerca disso, pode-se realizar uma referência a um dos autores clássicos no estudo da Cibernética, que afirma que “[...]a divulgação de um segredo científico [...] é apenas uma questão de tempo[...]”⁵⁷. Nesse viés, pesquisa e inovação são necessidades constantes da sociedade brasileira, cabendo ao Estado, por interesse direto e legítimo, seu fomento. Iniciativas de acolhimento aos agentes que provam ter a capacidade de identificar tais vulnerabilidades – sejam técnicas, sejam conjunturais e especulativas. Vê-se também o oferecimento de propostas vantajosas para a contribuição do setor privado com o público – incentivo psicologicamente positivo – e a aplicação de um ordenamento jurídico contundente que, na forma de reforço psicologicamente negativo, incentive a colaboração ou aplique medidas punitivas que inibam comportamentos adversos à busca pela autonomia nacional. O foco, portanto, deve ser a captação de ativos (*assets*).

De todos os subsistemas setoriais que fazem parte do SINAMOB, o de Mobilização de Inteligência é o que melhor tangencia os objetivos traçados aqui neste capítulo. Embora se espere que a Mobilização Nacional nunca se torne realidade, a história das relações internacionais demonstra que os Estados, vivendo em anarquia internacional^{58, 59} e em “contínua competição entre[...]” si⁶⁰, têm como última opção política

57 Norbert Wiener, *Cibernética e sociedade: o uso humano de seres humanos* (Tradução: José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1968), 127.

58 Kenneth Waltz. *O homem, o Estado e a guerra: uma análise teórica* (Tradução: Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Martins Fontes 2004), 10.

59 Kenneth Waltz, *Teoria das Relações Internacionais*. (Tradução: Maria Luísa F. Gayo. Lisboa: Gradiva, 2002).

60 Brasil, *Decreto no 8.793*. Fixa a Política Nacional de Inteligência. (Brasília: Presidência da República, 2016).

o recurso à guerra⁶¹. Não é necessário rememorar muitos meses para comprovar a efetividade de tal máxima na política internacional, especialmente, na parte oriental do mundo. Portanto, a falta de concretude desse subsistema limita, principalmente, a primeira fase da Mobilização Nacional, haja vista que não se saberá, com a certeza que uma informação corretamente analisada propicia, os passos vindouros do potencial agressor estrangeiro. E o ciberespaço, hoje, é com certeza uma das principais vias de acesso a tais dados.

Esse quadro pode agravar-se ainda mais, caso o serviço secreto brasileiro não esteja com, pelo menos, um olho fitando o exterior. Nos últimos anos, têm-se percebido que a ABIN concentrou mais esforços em assuntos de segurança interna⁶² do que internacional. Ora, se a questão da Mobilização Nacional encontra sua *raison d'être* em um agressor estrangeiro, conforme preconiza a Constituição Federal, então os órgãos brasileiros de Inteligência de Estado necessitam, inexoravelmente, ampliar e amplificar sua atuação internacional, especialmente, com o auxílio do corpo diplomático – prática, aliás, bastante utilizada por quase todas as demais potências. Em consequência direta disso tudo, dimensiona-se que a busca por uma Mobilização Nacional que satisfaça aos Objetivos Nacionais passe, sem percalços, pela defesa de uma Atividade de Inteligência longe de amarras partidárias, com mais investimentos sistemáticos e primando por uma atuação internacional – *pari passu* à Inteligência de Defesa e ao Ministério das Relações Exteriores (MRE) – mais prospectiva e proativa.

Ademais, com as sucessivas reformas ministeriais empreendidas nos últimos anos, a Lei da Mobilização Nacional precisa ser atualizada,

61 Clausewitz, op.cit.

62 Eis aqui uma das críticas embutidas na gênese desse órgão, a qual defendia duas agências brasileiras de Inteligência, aos moldes dos análogos britânico e estadunidense.

no que tange aos órgãos que compõem o SINAMOB⁶³ e ao Subsistema Setorial de Mobilização de Segurança. Mais do que uma insegurança jurídica, isso, no momento⁶⁴ oportuno, pode acarretar também uma insegurança nacional, pois pode deslegitimar a atuação de um órgão recém-criado. É o caso, por exemplo, do Ministério da Segurança Pública, que, como já dito, possui um departamento de Inteligência Cibernética que pode ser acionado pela Pasta da Defesa – sobretudo na fase de execução da Mobilização Nacional –, porém sem se descaber dos requerimentos de informações necessárias às atividades do SINAMOB⁶⁵ solicitadas por seu Comitê⁶⁶. Em todo caso, cabe ao Ministério da Defesa “[...]elaborar a proposta de alteração dos subsistemas[...], em caso de modificação da organização da Presidência da República e dos Ministérios”⁶⁷.

Levantou-se também a hipótese de que a privatização do único satélite geoestacionário 100% brasileiro é, em termos prospectivos, uma afronta a qualquer tentativa de Mobilização Nacional efetiva. Nesse prisma, a Inteligência Cibernética tem papel destacado aqui para evitar qualquer tipo de contrainteligência no que tange às operações do SGDC.

Outro ponto içado à luz desta análise foi o pensar estratégico e sociológico – amplificado, portanto – acerca da Logística Nacional, ou seja, coadunado ao mote sustentado pelas PND e END de que Defesa e desenvolvimento devem andar lado a lado no País. Daí a importância de fortalecer a integração dos órgãos que compõem o SINAMOB, especialmente, por meio da criação de uma cultura de Mobilização Nacional nos órgãos não tão ligados à temática da Defesa, como é o caso do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Mais que isso, faz-se

63 Brasil, *op. cit.*, art. 6º; 2008, art. 6º

64 Brasil, *op. cit.*, art. 9º, VIII.

65 Brasil, *op. cit.*, art. 8º

66 Brasil, *op. cit.*, art. 14.

67 Brasil, *op. cit.*, art. 8º.

mister intensificar, ainda mais, o papel das Forças Armadas em serviços básicos nas regiões quase inóspitas do Brasil, a exemplo da região amazônica. Todavia, não entenda o leitor que, agindo dessa maneira, estar-se-ia comprando mentes e almas de futuros combatentes em uma guerra que ninguém deseja; mas, sim, que o braço armado do Poder Nacional possa, ao menos, levar o mínimo existencial de cidadania, segurança e patriotismo a uma população que passaria a ter, outrossim, motivos mínimos para sustentar a Nação, em caso de pronta resposta a uma agressão estrangeira.⁶⁸ O que a Inteligência Cibernética tem a ver com isso? Bem, sem ela é impossível sondar o que atores estrangeiros estão propondo para a região, em termos culturais, sociais, econômicos, financeiros, ambientais e, especialmente, infraestruturais⁶⁹ etc.

Eis também algo interessante a se pontuar aqui: ao realizar suas análises, este capítulo pressupõe que, caso a Mobilização Nacional ocorra um dia, o País retornará à condição prévia da decretação, ou seja, à sua normalidade. Pela lógica, pressupõe-se, também, que sairemos vencedores da guerra ou da celeuma travada com a potência agressora. Logo, retoma-se aqui, novamente, a hipótese de que não adianta pensar em Mobilização Nacional sem Inteligência – e, especificamente, sem Inteligência Cibernética –, a qual deverá subsidiar as tomadas de decisões⁷⁰ que visem, justamente, impedir que uma ameaça se transforme em agressão.

No século XXI e no Brasil, não há, pois, como pensar estrategicamente Mobilização Nacional sem levar em conta a Inteligência Cibernética. Eis nossa hipótese. Eis nossa defesa.

68 As ideias contidas nessa preocupação em relação específica à região amazônica tentam resgatar o pensamento crítico da geógrafa Bertha Becker, que, um dia, indagou geopoliticamente sobre o que fazer com a Amazônia, o *heartland* da América do Sul.

69 A que se notar a marcante presença chinesa na construção de infraestrutura na região Norte brasileira, especialmente em relação a hidrelétricas. Eis aí um exemplo para se mensurar os potenciais impactos de um cenário de segunda fase da Mobilização Nacional, em consonância com a Política de Mobilização Nacional (Brasil, 2010, art. 5º, II).

70 Gonçalves, op. cit., 21.

INTELIGÊNCIA CIBERNÉTICA COMO IMPORTANTE FATOR DE DISSUAÇÃO PARA A MOBILIZAÇÃO NACIONAL

LUCAS SOARES PORTELA

“O comandante que prevalece na guerra da informação é quase certo que ganhará a guerra em si”. Gen. Peter Chiarelli.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A máxima do autor Publius Flavius Vegetius Renatus, “se queres paz prepare-se para guerra”, requer do país apenas o preparo das forças, mas também preparar o país para uma eventual mobilização nacional. Dificilmente um país saber exatamente o momento em que entrará no conflito ou que enfrentará uma crise, embora haja a previsão, a certeza é imprecisa. O que um país necessita para uma situação inesperada, quais meios necessita para conseguir estar pronto e quanto tempo demorará sua preparação. Essas são perguntas que podem determinar uma posição positiva ou negativa diante de uma ameaça e está, de modo direto, vinculada à mobilização nacional.

Os Estados Unidos demoraram cerca de três anos para ingressarem na primeira Guerra Mundial¹. Além das questões políticas, desdobramentos e custos de oportunidades que estavam sendo debatido, esse período também foi necessário para a mobilização do país. Em especial, porque os Estados Unidos tiveram o desafio de conseguir batalhar do outro lado do Oceano Atlântico, ou seja, teve que

¹ Marvin Kreidberg e Merton Henry, *History of Military Mobilization in the United States Army: 1775-1945*. (Washington: Departamet of the Army, 1955).

se mobilizar para projetar seu poder além de seu continente, diferente dos países europeus.

Saber que ao atacar um oponente que pode revidar com poder, tende a intimidar. Da mesma forma, um país que pode, com facilidade, revidar uma ofensiva ou lhe causar danos superiores aos ganhos que obteria tende a ser menos atacado. Esse é um efeito chamado de dissuasão e a mobilização nacional pode gerar dissuasão na medida em que garante um pronto emprego das forças de um Estado.

Para se planejar uma mobilização, precisa-se conhecer os recursos disponíveis e os meios para utilizá-los. Em um Estado continental como o Brasil, com economia complexa, o autoconhecimento de capacidades e potenciais somente é possível através do uso da inteligência, em especial, da cibernética. Esse capítulo buscou discutir como que a Inteligência Cibernética pode ser um fator de dissuasão para a mobilização nacional do Brasil, por meio da integração de sistemas e utilização de redes sociais como ferramentas estratégicas na gestão de distúrbios e conflitos armados.

A mobilização nacional consiste em aplicar meios e métodos de como aproveitar o potencial de um país, aumentando sua capacidade e projeção de poder², podendo ser aplicado diante de ameaças, conflitos e guerras. O aumento de poder que a mobilização nacional pode gerar, em conjunto com o pronto emprego do poder de fogo, emana uma dissuasão. Sobretudo, se a dissuasão viabilizar a expressão do Poder Nacional no cenário internacional.

Embora investimentos impacte de forma positiva na mobilização nacional, esta não está restrita a países com grandes condições econômicas. A mobilização nacional também auxilia países de menor expressão a emanar dissuasão, principalmente se os custos de se

2 Brasil, *Manual de Mobilização Militar*. MD41-M-02. (Brasília: Ministério da Defesa, 2015).

ameaçar tais países forem próximos ou superiores aos ganhos de tais ações.

Dessa forma, a mobilização nacional não depende apenas de investimentos econômicos, mas pode ser desenvolvida por meio de aspectos estratégicos, análises técnicas, debates acadêmicos e outras atividades de custos reduzidos. Apesar disso, o fator econômico tem maior impacto sobre a mobilização nacional, pois quanto mais forte é a indústria nacional melhor será a mobilização de um país. Assim, a mobilização nacional depende da interação entre os recursos civis e os recursos militares de um Estado.

Como dito, o *Know How* de combinar os âmbitos militares e civis para lidar com uma crise ou conflito permite uma mobilização nacional. A dissuasão gerada pela mobilização emana do poder de fogo das Forças Armadas e do tempo de emprego desse poder ou da projeção da imagem e disseminação de informações. Em ambos os casos, o Estado depende das informações sobre seus recursos disponíveis, meios para aplicá-los e visão ampliada do contexto que vivencia. Por isso, diante desse mundo complexo, cujo fluxo de informação está cada vez mais denso, o uso da inteligência cibernética é um fator de dissuasão para a mobilização nacional.

Nesse capítulo, essa discussão foi desenvolvida em três tópicos. O primeiro trabalha os desafios da mobilização nacional brasileira, em especial, como desenvolver um fluxo de informação que possa fomentar estratégias de combate a crises no Brasil. No segundo ponto, a importância da integração de sistemas brasileiros para o compartilhamento de informação. Por último, discutiu a relação da mobilização nacional com as redes sociais no Brasil.

DESAFIOS NA MOBILIZAÇÃO NACIONAL BRASILEIRA

Conforme Manual de Mobilização Militar do Brasil³, a mobilização nacional depende de uma forte indústria nacional, que poderá fornecer recursos e meios para sua aplicação. Observa-se que o documento trata de duas indústrias distintas, a indústria nacional e a Base Industrial de Defesa (BID). A mobilização depende de uma interação entre recursos civis e recursos militares, pois os produtos necessários para a defesa são compostos também por manufaturas civis encontradas na indústria nacional. Além disso, uma forte indústria significa potencial disponível para aproveitamento em necessidades adversas.

Outro aspecto de dependência do setor privado diz respeito ao avanço tecnológico que pode limitar a inteligência cibernética e, como resultado, a mobilização nacional. A necessidade de se ter a privacidade e integridade de dados, faz com que a população demande das empresas de tecnologia. O uso da tecnologia de comunicação em momentos de crises no Brasil ficou evidente em 2013. Naquele ano, os brasileiros começaram a se mobilizar pelas ruas do país, cada qual com sua razão de protesto e sem uma liderança formal à frente. Os especialistas do país não souberam qualificar e explicar como esses movimentos populares se deram⁴, mas se sabia que o uso da tecnologia auxiliava, pois, os encontros eram marcados por meio de redes sociais.

Naquela ocasião, as duas ferramentas utilizadas para orientar a população sobre os protestos foram o Facebook e o Twitter. De acordo com algumas entrevistas realizadas com manifestantes pela BBC Brasil⁵,

3 Brasil, op. cit.

4 Alba Valéria Mendonça et al., Atos são maior mobilização sem líder da história brasileira, dizem analista. *G1*. Seção Brasil. São Paulo, 21 jun. 2013. <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/atos-sao-maior-mobilizacao-sem-lider-da-historia-brasileira-dizem-analistas.html>.

5 A correspondente da BBC Brasil, Camilla Costa, entrevistou cinco manifestantes, a saber, Lucas Dias de Souza (32 anos do Distrito Federal), Malu Blanco (62 do Rio de Janeiro), Filipe Canto (21 anos do Rio de Janeiro), Renato Fontes (23 anos de São Paulo) e Samantha Macedo (27 anos do Ceará). Todos eles afirmaram que ficaram sabendo dos horários e locais das manifestações por meio de redes sociais,

os participantes ficavam sabendo de movimentações em determinados pontos da cidade por meio da postagem de outras pessoas e se deslocavam para lá⁶. O principal chamariz era a propaganda de um movimento pacífico pelo direito do povo e sem uma liderança política, ou seja, a promessa da imparcialidade.

A ausência de liderança foi assim descrita por serem movimentos sem um referencial hierárquico ou uma cadeia formal no movimento. Semelhante ao movimento de 2013, a greve dos caminhoneiros de 2018, também foi dita como sem uma liderança formal. Verdade que as entidades representativas do setor, associações e sindicatos, estiveram atuando e tomando a responsabilidade pelas paralizações, mas não conseguiram sinalizar sua liderança no decorrer da crise, descaracterizando a liderança que, ao que tudo indica, exerciam.

A inteligência cibernética, como dito, pode servir para alertar o governo de possível crise ou ameaça, sinalizando para o início de uma mobilização nacional. Entretanto, o uso de redes sociais dificulta essa sinalização, em especial, porque os movimentos se iniciam em estruturas previamente criadas para outros fins. Por exemplo, no caso da greve dos caminhoneiros, o movimento utilizou grupos de Whatsapp que haviam sido criados para que mantivessem o contato entre eles enquanto viajavam.

Nos movimentos de 2013, o Estado conseguia prever os locais em que cada manifestação aconteceria, mobilizando as forças de segurança para mitigar os efeitos colaterais de cada evento. Isso foi possível devido ao monitoramento do Facebook e Twitter, que permitem um acesso as postagens dos perfis por parte de outros usuários. No caso do Whatsapp, as mensagens trocadas pelos grupos são criptografadas

como Twitter e Facebook.

6 Camilla Costa, Brasileiros 'descobrem' mobilização em redes sociais durante protestos. *BBC Brasil*. Seção Brasil, 2013. http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/07/130628_protestos_redes_personagens_cc

e o acesso a eles depende da inserção e convites dos administradores, que, em geral, agem por indicação de outros membros. Dessa forma, o monitoramento desse canal de comunicação foi limitado.

Mesmo com a limitação de sua utilização, a inteligência cibernética contribui para a dissuasão gerada pela mobilização, que possibilita o uso do potencial do país, ou seja, capacita a projeção militar do poder nacional⁷. Essa é uma atividade aplicada ao espaço cibernético com ações proativas e de controle/monitoramento. Demonstrar para o mundo que se consegue projetar poder em uma determinada área e em menor período intimida possíveis ameaças, gerando dissuasão.

Caso houvesse, por exemplo, o desmantelamento da rede de comunicação do movimento (*Whatsapp*), com certeza o movimento não teria tido a força que teve, conforme relato dos próprios caminhoneiros a BBC Brasil⁸. Dessa forma, a falha de se demonstrar correto monitoramento e controle por parte do governo ameaçou seu poder dissuasório. Assim, o Brasil careceu de uma rede integrada para fomentar a inteligência cibernética e do uso das redes sociais como ferramenta estratégica.

Finalmente, os modelos de comunicação utilizados pelas manifestações de 2013 e pela greve dos caminhoneiros de 2018 podem ser utilizados tanto pela atividade de inteligência como também para a mobilização nacional pelo Estado e por instituições destinadas para esse fim. Assim, mais que uma ferramenta de comunicação, as redes sociais, como *Facebook*, *Twitter*, *Instagram* e *Whatsapp*, podem ser utilizadas como um instrumento de gestão de crises. O uso pelo Estado e instituições de mobilização nacional permitiria compreender crises e ameaças, assim como articular respostas com maior agilidade.

7 Brasil, op. cit.

8 Amanda Rossi, Como o WhatsApp mobilizou caminhoneiros, driblou governo e pode impactar eleições. *BBC BRASIL*. Seção Brasil. São Paulo, jun. 2018. <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-44325458>.

INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS PARA UMA INTELIGÊNCIA CIBERNÉTICA

O Brasil é um país com cerca de 123,7 milhões de usuários de Internet em 2017⁹ ¹⁰. O crescimento anual de internautas brasileiros foi de cerca de 64% entre 2011 e 2017, com a parcela evoluindo de 39% para 59% da população total¹¹ ¹². Embora pareçam números altos, os países desenvolvidos apresentam taxa acima de 80% do total populacional:

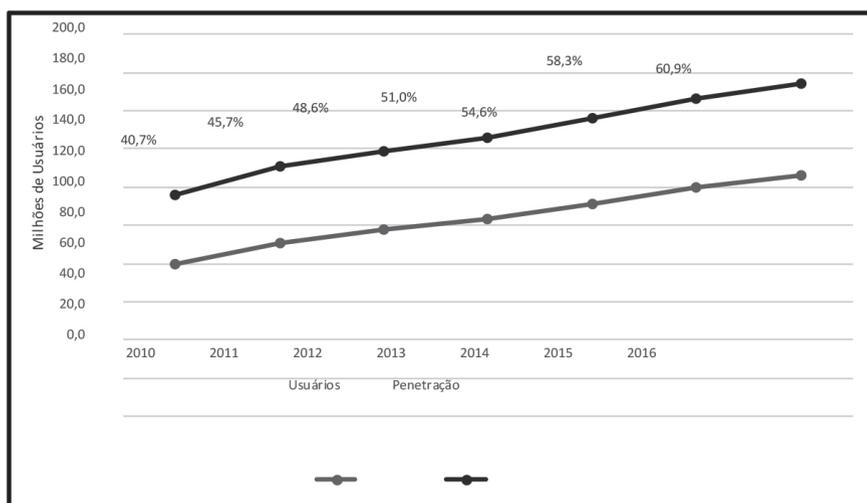


Gráfico 01 – Usuários e penetração do Brasil (2010–2016)¹³

Para o monitoramento do espaço cibernético, a penetração da internet tem uma relação direta, em que quanto maior é a penetração maior a possibilidade de monitorar o país por meio do espaço

9 Worldbank, *Individuals using the Internet (% of population)*. Database of WorldBank, 2018a. <https://data.worldbank.org/indicator/IT.NET.USER.ZS>.

10 Worldbank, *Population, total*. Database of WorldBank. 2018b <https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL>

11 Worldbank, op. cit.

12 Worldbank, op. cit.

13 Elaboração própria baseada em WorldBank (2018a, 2018b).

cibernético, pois uma maior parte da população terá suas informações no ambiente virtual. A penetração também tem uma relação direta no quesito integração de sistemas. Quanto maior o percentual de internautas em um país, mais informações podem ser obtidas no espaço cibernético e maior o grau de conectividade daquela sociedade.

Outra fraqueza que o país tem são os pontos de conexão e fornecimento de Internet. Apenas em 2017, o país colocou em órbita seu primeiro satélite de banda larga integralmente controlado por ele mesmo¹⁴. Por sua vez, as conexões brasileiras chegam por meio de cinco Ponto de Troca de Tráfego¹⁵ (PTT), que somam 31 pontos¹⁶, sendo que 11 PTTs estão ligados a cabos submarinos que conectam o país ao estrangeiro¹⁷. Além desse, há previsão de início de funcionamento de mais um cabo em 2019, *Ellalink*, resultado de um trabalho entre o governo brasileiro e espanhol¹⁸.

A Internet em funcionamento nessa estrutura é provida por mais de 100 mil empresas, com crescimento de 4,7% entre 2015 e 2016¹⁹. Embora tenha um número crescente de empresas provedores da Internet, a dependência de satélites estrangeiros compromete a mobilização nacional, pois não garante a confiabilidade do espaço cibernético utilizado no país. Também compromete a integridade da

14 Lais Lis e Gustavo Aguilar, Brasil lança satélite que permitirá acesso à banda larga em áreas remotas. *G1. Seção Ciência e Saúde*. Brasília, mai. 2017. <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/governo-lanca-satelite-que-permitira-acesso-a-banda-larga-em-areas-remotas.ghtml>

15 São interconexões de redes entre os provedores de Internet e redes de troca de informações. Através deles que as informações saem e ingressam dentro do país.

16 IX.br, Localidades *atuais do IX.br* (São Paulo: NIC.br, 2018).

17 Telegeography, *Submarine Cable Map*. (Califórnia: PriMetrica Inc, 2018).

18 Jéssica Sant'ana. Brasil terá 16 cabos submarinos até 2019 para a transmissão de dados. *GAZETA DO POVO*. Seção Nova Economia. Brasília, abr. 2017. <http://www.gazetadopovo.com.br/economia/nova-economia/brasil-tera-16-cabos-submarinos-ate-2019-para-transmissao-de-dados-3jietizzqpjo6umlmwgcgh5w4>

19 Ana Paula Lobo e COSTA, Pedro Cosa Costa, Cresce o número de empresas de Internet no Brasil. São Paulo: *ABRANET*. 2016. <http://www.abranet.org.br/Noticias/Cresce-o-numero-de-empresas-de-Internet-no-Brasil-1237.html?UserActiveTemplate=site#.WwCqaNQvy01>.

inteligência cibernética aplicada, pois os dados podem ser captados por outros países.

Por outro lado, ao lançar seu primeiro satélite independe de soberanias estrangeiras, o Brasil conquista um ambiente seguro para uma integração de sistema. Isso também condiz com o crescimento de servidores seguros no país a uma taxa de 52% em cinco anos, alcançando cerca de 16 mil servidores seguros em 2016²⁰. Embora seja um número relativamente pequeno, o Brasil alcançou a posição 38ª no indicador mundial de segurança cibernética e a qualificação de país em maturação, conforme dados da União Internacional de Telecomunicação²¹.

Dentre os pontos que impedem o Brasil de ser um país líder em segurança nacional, destaca-se uma estrutura de treinamento de segurança cibernética adequada, incentivo industrial e fortalecimento legal e estratégico. Embora o país tenha legislações de crimes cibernéticos e de segurança cibernética, ainda não há uma estratégia concreta para a segurança cibernética, conforme dados da UIT²². Ainda assim, o Brasil dispõe de uma estratégia de segurança da informação e comunicação e de segurança cibernética, um Livro Verde de Segurança Cibernética e a Doutrina Militar de Defesa Cibernética, entre outros documentos.

O Brasil apresenta um entendimento distinto para o tratamento da segurança cibernética e da defesa cibernética²³. De forma geral, a segurança cibernética no Brasil é realizada por meio de departamentos de segurança da informação ou de informática. Já a segurança

20 Worldbank. *Secure Internet Servers*. Database of WorldBank. 2018c <https://data.worldbank.org/indicator/IT.NET.SECR?locations=BR>.

21 Uit. *Global Cybersecurity Index (GCI)*. (Geneva: International Telecommunication Union, 2017).

22 Ibid.

23 Selma Lúcia de Moura Gonzales e Lucas Soares Portela, A geopolítica do espaço cibernético Sul-americano: conformação de políticas de segurança e defesa cibernética. *VI Encontro Associação Brasileira de Relações Internacionais*. (Belo Horizonte: ABRI, 2017).

cibernética institucional do Brasil está centrada no Gabinete de Segurança Institucional (GSI)²⁴. Por sua vez, a defesa cibernética é centrada no Ministério da Defesa, que conta ainda com Estado-Maior, Conjunto das Forças Armadas e centros de defesa cibernética de cada uma das forças.

Dessa forma, a inteligência cibernética como ferramenta dissuasória na mobilização nacional requer uma interação entre os organismos civis e militares responsáveis pela segurança e defesa cibernética. Cabe ressaltar que estes enfrentam algumas limitações estruturais, como a velocidade da Internet brasileira, que é a 70ª mais rápida do mundo²⁵. Com uma velocidade média de aproximadamente 20 megabytes, o Brasil tem registradas 3,9 milhões de páginas, sendo que 1/3 da total data de 2016²⁶. A velocidade é insuficiente para lidar com esse volume de página e de dados, tanto no que diz ao monitoramento quanto na integração para mobilização nacional.

Outra variável que deve ser observada nessa discussão é a capacidade técnica do Brasil. Os recursos humanos aplicados ao espaço cibernético são categorizados como *peopleware* e compõe a terceira camada do espaço cibernético²⁷. Embora o Brasil disponha de mecanismos de incentivos para formação da camada *peopleware*, o país tem apresentado práticas educacionais e capacitação profissional em desenvolvimento e maturação, conforme relatório da União Internacional de Telecomunicação²⁸.

O Estado brasileiro apresenta atualmente três núcleos de resposta a incidente no país: Centro de Estudos; Resposta e Tratamento de

24 Gonzales e Portela, op. cit.

25 Speedtest, *Speedtest Global Index*. (Washington: Ookla, 2018).

26 NIC.br, *Relatório de Atividades*. (São Paulo: CGI.br, 2016).

27 Daniel Ventre. Ciberguerra. In: ACADEMIA GENERAL MILITAR. Seguridad global y potências emergentes em um mundo multipolar. *XIX Curso Internacional de Defesa*. (Espanha: Universidad Zaragoza, 2011).

28 UIT, op. cit.

Incidentes de Segurança (CERT) nacional; e *Computer Security Incident Response Team* (CSIRT) de governo. Apesar de não serem organismos destinados a mobilização nacional, garantem a resiliência do espaço cibernético brasileiro, por conseguinte, da inteligência cibernética. Também para lidar com incidentes no espaço cibernética, o país conta com a Polícia Federal, que participa de um sistema de integração no âmbito da INTERPOL²⁹.

O objetivo desse sistema é integrar a comunicação entre as políticas dos diversos países que fazem parte da INTERPOL para trocarem informações, tanto de crimes cibernéticos quanto no demais. A integração entre sistemas é uma ferramenta de inteligência cibernética que pode aprimorar e orientar a mobilização nacional de um país. O Brasil possui alguns sistemas de monitoramento e controle, mas a integração depende de uma padronização de certificação e acreditação digitais, fase ainda inicial no país.

Apenas em 2017, por exemplo, o Exército instituiu o AC-Defesa, instituição responsável por gerir as certificações da Defesa. O instituto da AC-Defesa é fornecer certificados para o Ministério da Defesa e também para as três forças singulares, garantindo as integridades e as autenticidades dos documentos que transitam na esfera da Defesa. O credenciamento do AC-Defesa como autoridade foi realizado pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), instituição civil. Esse organismo de defesa poderia também fornecer certificações para o setor civil, pois preenche aos mesmos requisitos atendidos pelas demais autoridades certificadoras.

A certificação é necessária para autenticar a veracidade dos arquivos e dados que trafegam em um dado sistema. Embora todas as árvores de certificação da administração direta e indireta brasileira seja emitida pela ICP-Brasil, cada tipo de organismo apresenta a sua

29 Ibid.

própria matriz. Por exemplo, os certificados necessários para acesso das raízes jurídicas são distintos daquelas utilizados por sistemas da Receita Federal. Isso dificulta, por exemplo, o tráfego de dados entre os sistemas, pois utilizam padrões distintos.

A integração de sistemas permite análise de dados em nível de *BigData*. Ter um sistema assim, permite o monitoramento do espaço cibernético brasileiro por meio da conjugação de dados não-estruturados com dados estruturados. Dessa forma, dados armazenados pelos sistemas do governo (dados estruturados) seriam analisados em conjunto com comentários, postagens, curtidas e outros (dados não-estruturados) para determinar os melhores planos de mobilização nacional, assim como a disponibilidade de informações cruciais como as comentadas no decorrer desse capítulo.

No que tange à padronização dos sistemas, o governo brasileiro tem tentado implementar uma arquitetura chamada de Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico ou e-PING³⁰. Pretende-se com o e-PING alcançar um padrão tecnológico que possibilitasse o tratamento da informação, de forma clara e consistente, nos diferentes níveis da administração pública. Essa estrutura está sendo criada orientada para serviços, ou seja, espera-se um sistema de prestação de serviço cujo componentes sejam reutilizáveis dentro de uma comunicação interoperáveis³¹, gerando a seguinte estrutura:

30 Cláudia Mesquita e Nazaré Lopes, *Panorama da interoperabilidade no Brasil*. (Bretas. Brasília: MP/SLTI, 2010).

31 Keith Pijanowski, *Visibility and Control in a Service-Oriented Architecture*. (Estados Unidos: MSDN, 2007).

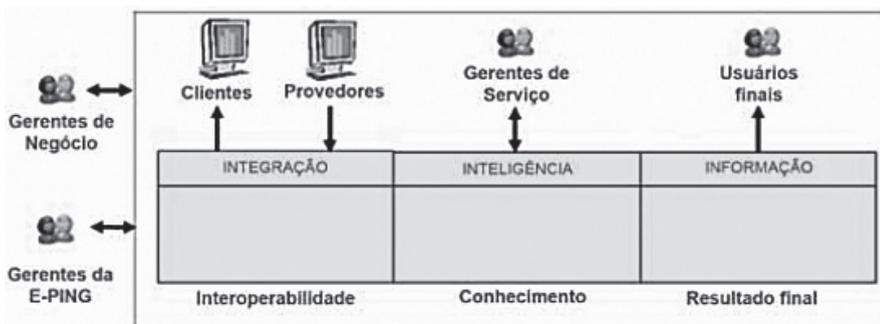


Figura 01 – Estrutura i3Gov³²

A arquitetura brasileira baseada em e-PING é chamada de i3Gov, datada de 2006, tendo essa nomenclatura devido ao trinômio Integração-Inteligência-Informação³³. A integração é a camada responsável pela interoperabilidade dos sistemas do governo, compreendendo os serviços de infraestrutura. A informação é tratada no nível da inteligência e são necessárias na gerência dos serviços *Web*. Esse conhecimento fica disponível para a consulta dos gestores e da sociedade por meio de grupos de informação, na última camada do modelo i3Gov.

Dessa forma, como discutido na abordagem teórica realizada no começo desse capítulo, a inteligência cibernética oferece suporte para a mobilização nacional. Os dados coletados, estruturados e não-estruturados, trabalhados em grupos de informação pela inteligência podem ser utilizados pelos gerentes da mobilização nacional para elaboração dos planos de ações em momentos de crises e ameaças. Assim, informações recolhidas na esfera da Polícia Federal ou Receita Federal, por exemplo, pode ser utilizada pela defesa.

32 Brasil, op. cit.

33 Mesquita e Lopes, op. cit.

No momento presente, a inteligência cibernética do Brasil tem a sua disposição oito sistemas de dados estruturados, a saber:

- Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (Siasg)
- Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape)
- Sistema de Informações Gerenciais e Planejamento (Sigplan)
- Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal (Siorg)
- Sistema Integrado de Dados Orçamentários (Sidor)
- Sistema Integrado de Administração Patrimonial (Siapa)
- Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi)
- Sistema de Integração de Estatais (Siest)

Quadro 01 – Sistemas brasileiros da administração pública de dados estruturados³⁴

Embora já pareça um avanço, no total da administração pública esse número ainda é baixo. O país tem cerca de 30 órgãos com status de ministérios e mais de 10 agências reguladoras, além dos diversos setores públicos federais, estaduais e municipais, como a própria defesa brasileira. Assim, a mobilização nacional depende de um acesso sistemático as informações geradas pelo sistema i3Gov e da ampliação desse sistema. Entretanto, como discutido em tópicos anteriores, a mobilização nacional depende também do setor privado, que deve ter informações coletadas pelos sistemas governamentais e participação fomentada por meio de relações público-privado, de baixa expressão no Brasil.

MOBILIZAÇÃO NACIONAL E AS REDES SOCIAIS

Apesar das atrocidades provocadas pelos conflitos, as guerras e as crises também provocam avanços tecnológicas e científicos. Dentre as mudanças observadas dentro do século XXI, pode-se afirmar que os conflitos armados estão cada vez mais sensíveis. Por isso, na atualidade,

³⁴ Luiz Lustosa Vieira, *Visão Estratégica da Terceirização de TI no Serviço Público: Estudo Comparado da GPSIG. II Congresso Consad de Gestão Pública*. (Brasília: CONSAD, 2009).

os conflitos armados tanto provocam mudanças tecnológicas e científicas como sofrem imersões tecnológicas.

As chamadas “redes sociais” é uma das tecnologias do século XXI que conflitos e distúrbios fizeram uso, como a Primavera Árabe. De acordo com Knopf e Zieglmayer³⁵, durante uma crise, as nações aumentam o fluxo de informações e implementam técnicas propagandistas. Diante da redução do exercício do que esses autores chamam de diplomacia pública – programas destinados a influenciar as opiniões de líderes e populações no exterior e aqueles que fomentam a compreensão das políticas domésticas – as forças estatais têm cada vez mais a necessidade de atuarem dentro das redes sociais. Dessa forma, os autores caracterizam a utilização de redes sociais dentro dos conflitos armados e de distúrbios nacionais como uma batalha por mentes e corações.

Redes sociais podem ser definidas de diferentes formas. Conforme dicionário do Instituto de Internet de Oxford, as redes sociais são serviços de Internet, onde os conteúdos e as comunicações são criados pelos próprios usuários. Para Kaplan e Haenlein³⁶, as redes sociais são páginas de Internet e aplicativos que permitem a criação, o acesso e a troca de conteúdos por usuários.

Por sua vez, Thomas Nissen³⁷ define as redes sociais como plataformas e programas conectados à Internet que coletam, armazenam, agregam, compartilham, processam, discutam ou forneçam conteúdo geral gerado pelos usuários. Conforme o autor, as informações produzidas podem influenciar o conhecimento, a percepção e o comportamento,

35 Christina Knopf e Eric Zieglmayer, Fourth Generation Warfare and the US Military's Social Media Strategy. *ASPJ Africa & Francophonie*. (Australia: Air & Space Power Journal, 2012).

36 Andreas Kaplan e Michael Haenlein. *Users of the world, unite! The challenges and opportunities of Social Media*. (Kelley School of Business, Indiana University. Indiana: Elsevier, 2010).

37 Thomas Eikjer Nissen. *Narrative Led Operations*. (Militært Tidsskrift, 141, N° 4. Denmark: Institut for Militære Operationer, 2013).

direta ou indiretamente. Por último, o Departamento de Defesa dos Estados Unidos define as redes sociais como:

Os diferentes meios pelos quais as pessoas, habilitadas pelas tecnologias de comunicação digital, se conectam umas com as outras para compartilhar informações e se engajar em conversas sobre tópicos de interesse mútuo. A mídia social é um termo abrangente que descreve uma variedade de mídias e plataformas de comunicação, sendo a rede social a mais conhecida delas. [tradução nossa]³⁸.

Das diversas definições apresentadas, percebe-se poucas diferenças. Das semelhanças, Lindsay³⁹ chama atenção para o elemento de impacto das redes sociais no mundo, que para ele não é a tecnologia em si, mas o potencial que garantem aos indivíduos. A potencialização dos impactos das informações também é a principal característica das redes sociais, pois permite que qualquer pessoa com acesso à Internet publique narrativas de conflitos e distúrbios aos interessados – imprensa, opinião pública, políticos, acadêmicos, entusiastas e militares, conforme explica Lindsay⁴⁰. Ademais, esse autor ainda explica que as redes sociais também oferecem aos analistas maneiras de identificar, rastrear e monitorar o impacto de narrativas implantadas contra audiências envolvidas no conflito.

No caso dos norte-americanos, a utilidade das redes sociais como uma estratégia surge diante dos conflitos contra a *Al Qaeda*. Knopf e Ziegelmayer⁴¹ explica que o uso da rede social pelos militares teve seu marco em 2007, quando o Pentágono lançou uma série de vídeos em

38 Estados Unidos. *US Navy Command Leadership Social Media Handbook*. (Washington: Department of the Navy, 2012).

39 G. J. Lindsay, *Using Social Media to Understand Narratives in Contemporary Conflicts*. JCSP 42 – PCEMI 42. (Ontário: Canadian Forces College, 2016).

40 Lindsay, op. cit.

41 Knopf e Ziegelmayer, op. cit.

seu canal na página do Youtube. Os vídeos foram compartilhados por militares nas principais redes sociais da época.

Entretanto, devido ao posicionamento de um General ao criticar um blogueiro militar, o Pentágono proibiu o acesso ao serviço por militares ao redor do mundo. Além disso, as postagens e envios de mensagens pessoais por militares somente poderiam ocorrer com a prévia aprovação de um superior. Entretanto, conforme ainda Knopf e Zieglmayer⁴², diante do uso da rede social na organização e estratégias da *Al Qaeda*, os Estados Unidos se sentiram instigados a retomar o uso dessas ferramentas, dessa vez de forma estratégica.

O objetivo era permitir que os soldados contassem suas histórias e melhorassem a imagem da instituição, incentivando subordinados, educando seu pessoal sobre consequências de suas ações. Assim, as redes seriam usadas para encorajar, capacitar e educar, ou seja, o Pentágono começou a acreditar que seria uma tecnologia necessária para atingir metas dentro do campo de batalha. Embora uniforme, o uso das redes sociais pode variar conforme a sua aplicação estratégica, como evidenciado por Montagnese⁴³:

Estratégia	Descrição
Guerra cibernética	As redes sociais são utilizadas de forma sistemática para derrubar estruturas críticas de segurança do adversário, enfraquecendo ou neutralizando os canais de comunicação. Operações clássicas podem ser utilizadas para esse complementar esse objetivo.
Ciberterrorismo (ou contra-terrorismo cibernético)	As redes sociais são utilizadas para fins de propaganda, deturpação ou recrutamento. Objetiva causar desordem em pontos críticos de transmissão ou em processos relacionados à segurança nacional ou a processos de distúrbios.

42 Ibid.

43 Alfonso Montagnese, *Impact of Social Media on National Security*. (Roma: Centro Militare di Studi Strategici., 2012).

Crime cibernético (ou contra-crime cibernético)	As redes sociais são utilizadas como ambientes e meios de emprego de diversos conjuntos de ameaças por organizações criminosas, transnacionais e/ou indivíduos oportunistas. Dentre as ameaças estão delitos como fraude, roubo de identidade, peculato de informações, criações ou propriedade intelectual. O principal objetivo das atividades de crimes cibernéticos é obter uma vantagem econômica. Também é o ambiente em que os processos de investigações são instaurados.
---	---

Quadro 02 – Definições de estratégias de uso de redes sociais⁴⁴

Cabe chamar atenção que quando Montagnese⁴⁵ trata cada categoria acima, também afirma que as redes sociais podem ser utilizadas em ações de contenção de cada categoria, como o contra-terrorismo cibernético e o contra-crimes cibernético. Assim, o uso das redes sociais pode ser canal de ameaças e conflitos por parte de movimentos insurgentes e outros com limites de recursos, bem como ferramenta estratégica dos Estados, concordando com o que Lindsay⁴⁶ tratou de ferramentas. Para este, as redes sociais podem também ser usadas pelos governos para a persuasão doméstica e de audiências estrangeiras para validar uma visão administrativa própria do mundo.

Dessa forma, as redes sociais podem representar uma oportunidade de preservar a segurança nacional, garantindo inclusive a mobilização nacional e a dissuasão de ameaças e distúrbios. Elas são utilizadas pelos governos para a criação de conteúdo, colaboração de atores não-estatais, construção de comunidades e aplicativos, permitindo interromper o uso de novas tecnologias da Internet por movimentos e atores com intuito de causar instabilidade. Assim, Montagnese⁴⁷ advoga que as redes sociais podem representar ameaças ou oportunidades

44 Ibid.

45 Ibid.

46 Lindsay, op. cit.

47 Montagnese, op. cit.

aos governos, dependendo da forma em que tais ferramentas são empregadas:

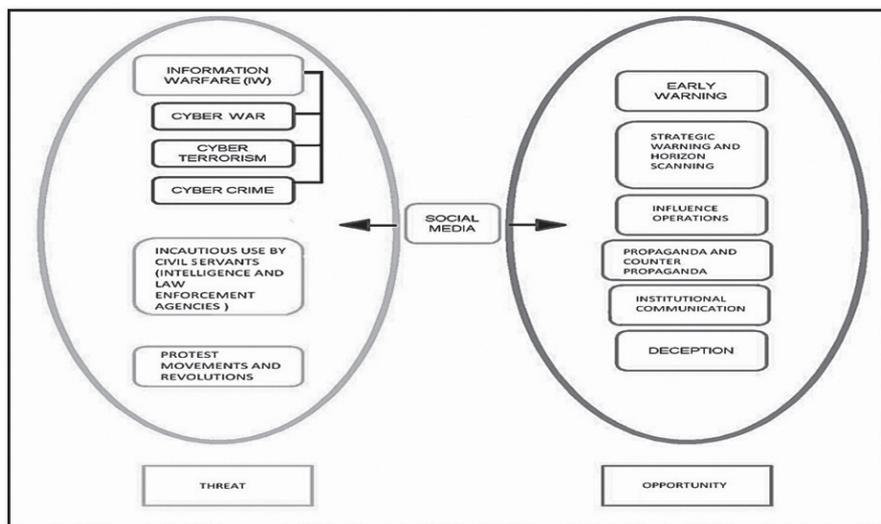


Figura 02 – Uso das redes sociais como ameaças e oportunidades⁴⁸

Como ameaça ou como promotoras de oportunidade, os fins esperados do uso das redes sociais são os mesmos. Conforme aponta Montagnese⁴⁹, as redes sociais poderiam ser utilizadas como ferramentas estratégicas, inclui-se aqui, ferramenta de mobilização nacional, permitindo assim obter resultados estratégicos e táticos consideráveis, em especial, no espaço cibernético, que influi sobre os ambientes tradicionais – terra, mar, ar e espaço; obter resultados nas diversas dimensões dos conflitos e crises, a saber, psicológico, dimensão antropológica, cultural, midiática, perceptiva; e obter resultados também sobre a sociedade como um todo ou específica, como comunidades étnicas, religiosas, culturais ou profissões específicas, e

48 Ibid.

49 Ibid.

infraestruturas críticas, como empresas estratégicas relevantes, redes de telecomunicações, sistemas e outros.

Como apontado outrora, a mobilização nacional é empregada tanto para solucionar questões internacionais como também domésticas. Em ambos os ambientes, existem atores que utilizam as redes sociais como ferramentas de ameaças e outros que as utilizam como fatores estabilizadores, que podem, inclusive, dificultar ou facilitar a mobilização nacional, por isso, devendo ser monitorados o tempo todo:

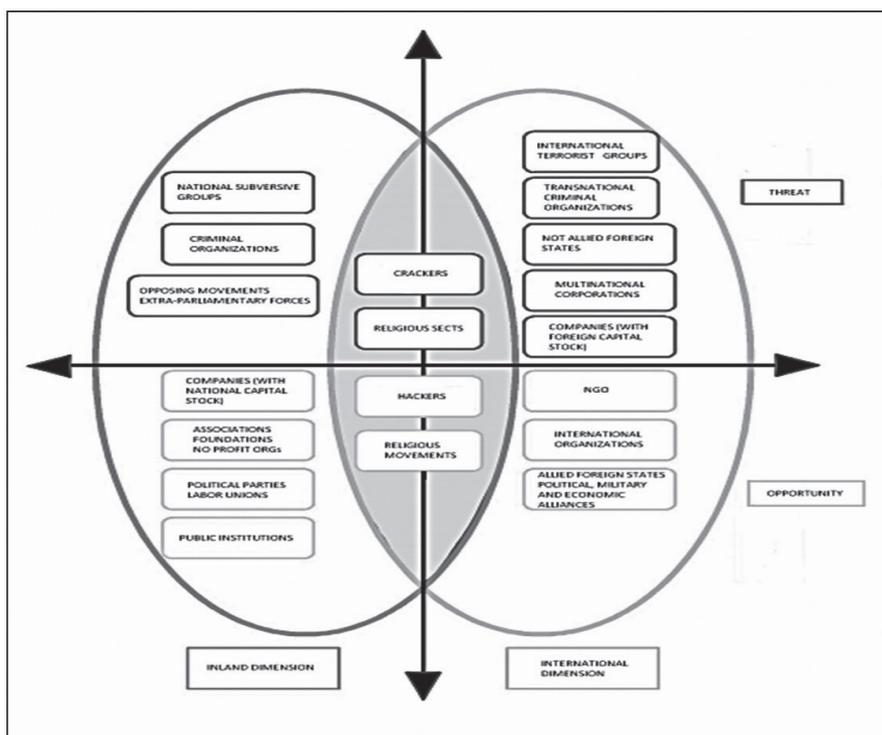


Figura 03 – Uso das redes sociais como ameaças e oportunidades⁵⁰

⁵⁰ Ibid,12.

Dessa forma, o governo brasileiro precisa desenvolver instrumentos que possibilitem o uso das redes sociais como oportunidades para gerenciamentos de crises e delimitações de estratégias. Isso pode ser realizado por meio da gestão e monitoramento das redes, mitigando as ameaças e criando políticas públicas que amplie o controle do Brasil sobre as informações do espaço cibernético. O uso de agentes com poder transnacional, como hackers e movimentos religiosos também podem intensificar o poder do Estado, permitindo a ação sobre focos de crises internacionais que refletem no país, bem como evitar que crises nacionais tenham repercussões negativas no cenário internacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inteligência cibernética é uma atividade de análise de dados que trafegam no espaço cibernético com ações proativas e de controle/monitoramento. Essa atividade serve tanto para o monitoramento de possíveis ameaças e crises quanto para reunir informações. Esta reunião por si só não garante o conhecimento sistematizado necessário para a aplicação na mobilização nacional.

A incorreta aplicação da inteligência cibernética pode ocasionar na perda da dissuasão de uma mobilização. O que foi presenciado durante a crise dos caminhoneiros. Ocasão em que o governo brasileiro negociou com lideranças que não tiveram poder sobre os manifestantes, não identificou sem erros a articulação realizada pelos caminhoneiros por meio do *Whatsapp* e acabou cedendo diante da situação insustentável no qual o país se encontrava. Tal realidade demonstra a necessidade de o país investir no processo de inteligência cibernética aplicada a mobilização nacional.

Diante disso e avaliando o Brasil, conclui-se que o país ainda está longe da integração ideal de dados estruturados e não estruturados, em um sistema de *big data*. Embora o país tenha um número elevado

de usuários, sua penetração ainda é baixa, ou seja, o potencial de produção de dados ainda é limitado, o que dificulta o uso da inteligência cibernética como fator de dissuasão dentro da mobilização nacional.

Além disso, embora tenha um número crescente de empresas provedores da Internet, a dependência de satélites estrangeiros compromete a mobilização nacional, pois não garante a confiabilidade do espaço cibernético utilizado no país. Apesar das dificuldades, ter lançado o primeiro satélite independente de soberanias estrangeiras, permitiu que o Brasil conquistasse um meio de conexão segura para uma integração de sistema. Ademais, mesmo com uma penetração alta e uma estrutura independente, o país tem limitações tecnológicas, sobretudo, quanto a velocidade dos dados no espaço cibernético brasileiro.

Ainda assim, a interação entre os sistemas de monitoramento e o controle do Brasil ainda pode ser considerado em fase inicial. Esta ainda depende da evolução do sistema de certificação e acreditação digital do país, que garante a autenticidade dos dados e informações que transitam nos organismos de monitoramento e controle do Brasil. Da mesma forma, o sistema brasileiro de governo digital, baseado no chamado i3Gov, destinado a integração dos sistemas de monitoramento e controle, ainda abarcam um número ainda inferior de organismos.

No caso das redes sociais, estas podem ser utilizadas como catalizadoras e impulsionadoras de distúrbios nacionais e de conflitos armados. A possibilidade de redução da assimetria dos atores não-estatais para com os Estados torna essa ferramenta preferível nos tempos atuais. Além disso, esses instrumentos permitem que os indivíduos se organizem sem a necessidade de uma liderança formal, concedendo resiliência perante as ações tradicionais dos Estados.

No entanto, as redes sociais são ferramentas que podem ser utilizadas também pelos Estados, na gestão de crise e na mobilização nacional.

As redes sociais podem ser utilizadas como influenciadoras da parte opositora, neutralizando os canais de comunicação e monitorando distúrbios e conflitos. Por meio delas, se pode também integrar informações para o uso na mobilização nacional. A limitação das redes sociais está no avanço tecnológico no que tange à privacidade e a criptografia, o que dificulta a gestão de crise e emprego de mobilização nacional.

Por fim, a realização de investimentos no governo digital brasileiro e o uso de redes sociais permite não só a eficiência na prestação de serviços ao cidadão, como disponibiliza informações que possam fortalecer a dissuasão na mobilização nacional por meio da inteligência cibernética. Isso porque os dados coletados pelos organismos podem ser transformados em conhecimento estratégico de como o país funciona, seus recursos e necessidades. Mais ainda, permite analisar em que o país deve investir para impedir uma paralisação do Brasil como um todo, como por exemplo, a distribuição de alimentos, mantimentos, ração e, em especial, combustível.

MOBILIZAÇÃO NACIONAL, AMEAÇAS CIBERNÉTICAS E REDES DE INTERAÇÃO NUM MODELO DE TRÍPLICE HÉLICE ESTRATÉGICA: UM ESTUDO PROSPECTIVO

GRACIELA DE CONTI PAGLIARI
DANIELLE JACON AYRES PINTO
JULIANA VIGGIANO

INTRODUÇÃO

O século XX trouxe à dinâmica internacional avanços significativos nos recursos tecnológicos e na sua percepção como fonte de poder do Estado. Tais elementos, devido a sua pulverização pela sociedade civil, converteram-se em uma ameaça difusa em que infraestruturas soberanas estatais e conglomerados privados tornaram-se alvos dessas possibilidades de ataque.

Nesse sentido, pensadores dessa área estratégica do Estado^{1,2} procuraram dividir essas ameaças em duas vertentes: a defesa cibernética – voltada para proteção do ente estatal e de suas infraestruturas críticas e a segurança cibernética – voltada para proteção das ameaças que estavam diretamente ligadas ao setor privado e que tenham relação direta com a sociedade civil. Todavia, é fato que essa separação – especificamente, na área cibernética – é feita por uma linha tênue que em muitos momentos se desvanece, sendo difícil determinar ações de proteção específicas para cada tipo de ameaça e quem seriam os seus responsáveis diretos.

1 P.W. Singer e Allan Friedman, *Cybersecurity and Cyberwar What Everyone Needs to Know*. (New York: Oxford University Press, 2014).

2 Jason Andress e Steve Winterfeld, *Cyber Warfare Techniques, Tactics and Tools*. (Waltham: Elsevier, 2011).

Frente a esse cenário, esse capítulo está destinado a pensar a mobilização nacional das Forças Armadas do Brasil frente às ameaças providas do ciberespaço, no qual o foco será a defesa cibernética e suas consequências diretas à soberania estatal e a proteção contra ameaças externas. Nessa dinâmica não está excluída a possibilidade de entender que problemas de segurança digital sejam parte da preocupação do ente estatal, visto a grande interconexão existente entre esses recursos de poder e as esferas mencionadas. Porém, a proposta será prospectar como a própria ação de proteção por parte das Forças Armadas pode, na verdade, surgir como modelo de ação em rede que crie um espectro de proteção que seja interconectado e que torne a mobilização nacional nessa área algo cada vez mais ágil e eficiente.

Esse tipo de interação já acontece com as interações em tríplice hélice que visam dar repostas de inovação para as demandas das forças armadas. A ação dessa rede cooperativa entre setor público, setor privado (empresários/indústria) e academia ocorre hoje em dia com base nas demandas táticas da Força, no qual o foco central é uma cooperação que seja capaz de criar produtos que atendam a demanda das forças, mas que ao mesmo tempo, possam tornar-se inovação, passando efetivamente pela capacidade criativa da academia e produtiva do setor privado.

Todavia essa tríplice hélice, tão alicerçada nas demandas da área operacional, pode ser o grande motor para garantir uma mobilização efetiva quando o assunto é ameaça cibernética. Principalmente, porque esta hélice cooperativa pode tomar uma dinâmica estratégica atendendo não só as demandas das forças armadas, mas principalmente, utilizando de modo interdependente de todas as capacidades das três hélices para determinar antecipadamente cenários de ameaças, pensar medidas de proteção e de resiliência e principalmente, criar produtos

nacionais capazes de dar uma vantagem efetiva para o Brasil frente a esse novo cenário securitário.

Assim, esse capítulo irá buscar de forma prospectiva como essa tríplice hélice pode se efetivar em uma dinâmica de redes de interação efetivas e quais caminhos institucionais já existem e precisam ser aprimorados para edificar tal propositura.

AMEAÇA CIBERNÉTICA E O CIBERESPAÇO COMO NOVO RECURSO DE PODER

Para entender as ameaças provindas da internet, é preciso levar em consideração que sua fragilidade nasce da sua própria criação que, de fato, não foi pensada para ser aberta a um grande público. Entretanto, ao alcançar tamanha proporção com o fim da guerra-fria e com a globalização, teve seu uso superdimensionado e suas dinâmicas exponencialmente acrescidas. Logo, a internet não foi pensada para ter mecanismos de segurança, pois a sua utilização para fins que não fossem de interação comunicacional não era percebido em seu início^{3,4}.

Nye^{5,6} afirma que as dinâmicas internacionais de poder sofreram sérias modificações com o fim da guerra-fria passando o poder a ficar cada vez mais difuso e disseminado entre novos atores tanto estatais como não-estatais. Logo, esse novo recurso – a internet – que tinha surgido para aprimorar as ferramentas de tecnologia da informação (TICs) passaram a ser um novo recurso de poder em um mundo que estava em franca transição.

3 Jovan Kurbalija, . *Introducción a la gobernanza de la Internet* (Malta: DiploFondation. 7ª edição, 2016).

4 Mirian Cavely, “The Militarization of Cyber Security as a Source of Global Tension.” *Strategic Trends 2012: Key Developments in Global Affairs*. In Andrea Baumann e Daniel Prem Mahadevan Möckly (Zurique: Center for Security Studies (CSS), 2012).

5 Joseph Nye Júnior, *Cyber Power* (Cambridge: Belfer Center for Science and International Affairs, 2010).

6 Joseph Nye Júnior, *The future of Power* (New York: PublicAffairs, 2012).

Frente a essa realidade, uma acertada retórica de securitização do espaço cibernético foi elaborada e fez com que os países tivessem uma preocupação cada vez maior com essa área nas suas ações de promoção da segurança nacional. Nesse sentido, foram produzidos documentos oficiais que criavam diretrizes e estratégias de ação para as Forças Armadas nesse setor. Porém, até os dias atuais, a materialização dessas perspectivas de ação enfrenta desafios para sua implementação devido à grande agilidade com que as dinâmicas cibernéticas ocorrem e com a dificuldade que a burocracia dos Estados tem em seguir a velocidade dessas mudanças.

Como argumentado acima, conceitualmente existe uma divisão entre defesa e segurança cibernética, que na prática sofre muito com a interseccionalidade das ações ilegais cometidas na rede mundial de computadores. Para facilitar a compreensão dessas ações ilegais e entender a maneira como cada uma estaria ligada à ação das Forças, é mister que as identifiquemos de forma a captar o alcance do seu dano na dualidade acima apresentada. Nesse sentido, essas ameaças podem ser divididas da seguinte forma: hacktivismo, crime cibernético, espionagem cibernética, sabotagem cibernética, terrorismo cibernético e guerra cibernética⁷. No quadro abaixo, pode-se identificar a maneira como tais ameaças podem enquadrar-se nas perspectivas da segurança e defesa cibernéticas e quais seriam seus alvos principais.

7 Cavelty, op. cit.

Ameaças	Definição Securitária	
Hacktivismo	CIBERSEGURANÇA	Alvo principal é a área Privada/Sociedade Civil
Crime Cibernético		
Espionagem Cibernética	CIBERSEGURANÇA / CIBERDEFESA	Alvo principal é tanto a área Privada/Sociedade Civil como o setor Público
Sabotagem Cibernética		
Terrorismo Cibernético	CIBERDEFESA	Alvo principal é o setor público e suas Infraestruturas críticas
Guerra Cibernética		

Figura 1 - Ameaças cibernéticas e suas definições securitárias⁸

No quadro acima, fica clara a dificuldade de definir exatamente o alvo prioritário de cada ameaça, já que muitas têm alcance e consequências disseminadas tanto para o setor público como para o privado/sociedade civil. Porém, é fato que algumas ações ilegais possuem muito menos alcance para ameaçar a soberania e defesa de um Estado do que outras. Nesse sentido, quando fala-se de mobilização nacional das Forças Armadas frente a ameaças cibernéticas, efetivamente, convém manter o foco nas ameaças que podem causar sérios danos às infraestruturas críticas do Estado, mesmo que essas estejam diretamente ligadas ao controle parcial ou total do setor privado. Nesse caso, a *espionagem cibernética*, a *sabotagem cibernética*, o *terrorismo cibernético* e a *guerra cibernética* parecem ser as ameaças mais sensíveis à necessidade de uma resposta securitária efetiva do Estado.

Diante desse cenário de riscos e dos processos securitários contemporâneos, convém entender agora como o Brasil, institucionalmente, definiu sua percepção de defesa cibernética

⁸ Danielle Jacon Pinto, Riva Sobrado de Freitas e Graciela de Conti Pagliari, “Fronteiras Virtuais: um debate em segurança e soberania do Estado.” In Maria Raquel Freire., Danielle Jacon Ayres Pinto e Daniel Chaves (org.) *Fronteiras Contemporâneas comparadas: Desenvolvimento, Segurança e Cidadania* (Amapá: Editora UNIFAP, 2018), 39-52.

para que através desse cenário, seja possível pensar uma alternativa prospectiva para o aprimoramento da mobilização nacional do país frente a esse tipo de ameaça.

O Brasil vem pensando suas políticas e estratégias de defesa de forma mais institucionalizada desde o início do século XXI. Essa dinâmica resultou nos principais documentos que moldaram a ideia de defesa nacional nos últimos tempos: o Livro Branco de Defesa (LBD), a Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END). Todavia, na área cibernética esses documentos são conceitualmente sucintos, porém, são eficazes em trazer o tema para o centro da preocupação da defesa nacional, principalmente, quando a colocam como um setor estratégico para o Brasil e definem o alcance das Forças Armadas nessa seara.

Antes desses documentos, o centro da preocupação cibernética brasileira era com a proteção de dados e informações. Por meio de vários decretos, entre eles o inicial nº 3.505/2000 – que institucionalizou o Comitê Gestor da Segurança da Informação (CGSI)⁹, o foco em cibersegurança foi reforçado. O CGSI tinha por sua vez, o intuito de assessorar a secretaria executiva do Conselho de Defesa Nacional (CDN) na construção de diretrizes para uma política nacional de informação. Esse processo vai culminar com a inclusão da área cibernética como estratégica na END, dando então espaço para o desenvolvimento de novos elementos de defesa nesse campo.

A END, apesar de ser um marco importante na construção de uma concepção de defesa cibernética, não faz menção a nenhuma das ameaças acima elencadas como possíveis focos da ciberdefesa. O documento trabalha somente com os termos “setor cibernético” ou “ataque cibernético”, dificultando a capacidade de materialização de ações práticas que são constantemente referidas no documento

9 Para saber mais sobre as atividades do CGSI consultar site: <http://dsic.planalto.gov.br/cgsi>

como necessárias para a garantia securitária nessa área estratégica¹⁰. Igualmente, o Livro Verde de Segurança Cibernética de 2010 (LVSC) e a Política Nacional de Defesa 2012 (PND) vão trabalhar o tema, mas sempre se eximindo de conceituações mais diretas, visto que seu objetivo será dar arcabouço legal para a criação de várias iniciativas para implementar ações práticas nessa área.

Será somente o Glossário das Forças Armadas (GFA)¹¹ de 2007 (4ª edição) e o de 2015 (5ª edição), que irão problematizar de forma mais efetiva o termo cibernético. A partir de 2007, passa a existir uma diferenciação entre o termo eletrônico e o termo cibernético, que irá se consolidar no documento de 2015 e abrirá espaço para a execução de medidas práticas para institucionalização de procedimentos ligados à defesa cibernética.

Duas conceituações trazidas no GFA de 2015 serão fulcrais para se pensar como implementar ações práticas para garantir a resposta à ameaças cibernéticas para o Brasil, a saber: defesa cibernética e guerra cibernética. A partir desses conceitos e de diretrizes da END e da PND, que será possível propor, como será feito nesse capítulo, a criação de uma rede em hélice tríplice que funcione de forma contínua e efetiva para garantir uma rápida mobilização nacional frente a ameaças cibernéticas.

Guerra cibernética, segundo o GFA (2015):

Corresponde ao uso ofensivo e defensivo de informação e sistemas de informação para negar, explorar, corromper, degradar ou destruir capacidades¹² de C² do adversário, no contexto de um planejamento militar de nível operacional ou tático ou de uma operação militar.

10 Brasil, *Livro Branco de Defesa*. (Brasília: Ministério da Defesa Brasília: Ministério da Defesa, 2012).

11 Até a terceira (3ª) edição o nome desse documento era *Glossário de Termos e Expressões para uso do Exército*.

12 C² é a sigla utilizada nos documentos de defesa nacionais para determinar Comando e Controle.

Compreende ações que envolvem as ferramentas de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) para desestabilizar ou tirar proveito dos Sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicações e Comando e Controle (STIC2) do oponente e defender os próprios STIC2. Abrange, essencialmente, as ações cibernéticas. A oportunidade para o emprego dessas ações ou a sua efetiva utilização será proporcional à dependência do oponente em relação à TIC¹³.

Todavia, apesar da conceituação do termo guerra cibernética e da sua importância para um cenário de mobilização, não é possível determinar com efetiva clareza se a sociedade internacional já presenciou um conflito como esse e as possíveis extensões de seus danos. Assim, para construir uma proposta de mobilização nacional que incorpore uma dinâmica de trílice hélice, pensar defesa cibernética em termos conceituais pode ser mais esclarecedor no caminho de produzir uma resposta eficaz frente a ameaças digitais que não se concentre somente na capacidade de resiliência frente ao ataque.

Nesse ensejo, como forma de garantir a segurança nacional frente a essa ameaça o documento determina que defesa cibernética é o:

Conjunto de ações ofensivas, defensivas e exploratórias, realizadas no Espaço Cibernético, no contexto de um planejamento nacional de nível estratégico [grifo nosso], coordenado e integrado pelo Ministério da Defesa, com as finalidades de proteger os sistemas de informação de interesse da Defesa Nacional, obter dados para a produção de conhecimento de Inteligência e comprometer os sistemas de informação do oponente¹⁴.

13 Brasil. *Glossário das Forças Armadas*. (Brasília: Ministério da Defesa, 5ª edição, 2015b) <https://www.defesa.gov.br/arquivos/legislacao/emcfa/publicacoes/doutrina/md35-G-01-glossario-das-forcas-armadas-5-ed-2015-com-alteracoes.pdf>, 134.

14 *Ibid*, 85.

Em conjunto com essas definições conceituais, tem-se a Doutrina Militar de Defesa Cibernética de 2014, que irá determinar quatro princípios centrais para guiar as ações das Forças Armadas nessa seara, são eles: *Princípio do Efeito*; *Princípio da Dissimulação*; *Princípio da Rastreabilidade*; *Princípio da Adaptabilidade*¹⁵. Esses princípios estão intrinsecamente ligados à capacidade das Forças Armadas em produzir inteligência, tecnologia e processos que acompanhem as constantes ameaças cibernéticas existentes no sistema internacional.

A capacidade de efetivar essa defesa de maneira eficaz e abrangente é que estará diretamente ligada a ideia de *elasticidade* proposta pela END e que envolve uma conscientização nacional para a problemática, as forças militares e sociedade civil de forma a aprimorar procedimentos e capacidades logísticas para uma mobilização nacional eficaz frente a ameaças cibernéticas diretamente ligadas a segurança do Estado brasileiro.

Nesse sentido, como forma de criar uma efetiva e diferenciada capacidade de mobilização nacional para o Brasil nessa esfera, a seguir propõe-se a criação de uma rede de cooperação em hélice tríplice, em que esforços conjuntos e contínuos das Forças Armadas, Academia e Setor Privado podem dar ao Brasil um fortalecimento de suas capacidades responsivas a ataques. Além disso, ao mesmo tempo em que aprimora suas concepções estratégicas conceituais em parceria com a academia e sua base industrial de defesa – na área cibernética – na construção de um contato constante com o setor produtivo nacional.

Essa tríplice hélice de fato não é uma novidade, mas a sua concepção estratégica de longa duração, tanto na mobilização, na desmobilização e principalmente nas etapas preventivas da defesa cibernética é que torna a proposta desse capítulo inovador.

15 Brasil, *Doutrina Militar de Defesa Cibernética*. (Ministério da Defesa: Brasília, 1ª Edição, 2014c). https://www.defesa.gov.br/arquivos/legislacao/emcfa/publicacoes/doutrina/md31_m_07_defesa_cibernetica_1_2014.pdf.

Todavia, quando fala-se de segurança cibernética já se vê a tríplice hélice sendo posta em prática. Isso ocorre principalmente na proposta de criação de uma Estratégia Nacional de Segurança Cibernética (E-Ciber), que é uma ação vinculada ao decreto n.º 9.637 de 2018, no qual o governo federal instituiu a Política Nacional de Segurança da Informação (PNSI) e trouxe disposições sobre a segurança da informação¹⁶. Nesse mesmo documento, no capítulo II em seu artigo 3ª, inciso XV, traz uma direta menção a participação dos membros dessa tríplice hélice, no qual afirma ser um dos princípios da PSNI “[...] integração e cooperação entre o Poder Público, o setor empresarial, a sociedade e as instituições acadêmicas; [...]”¹⁷ e reforça essa posição no capítulo V, que versa sobre o Comitê Gestor da Segurança da Informação, Art. 10, parágrafo 2º, que diz “O Comitê poderá instituir grupos de trabalho ou câmaras técnicas para tratar de temas específicos relacionados à segurança da informação e poderá convidar representantes do setor público ou privado e especialistas com notório saber”¹⁸.

Porém, em 2019 no decreto de n.º 9.832, o governo federal revogou o Art. 10, parágrafo 2º, do decreto n. 9.637 e tirou a possibilidade do Comitê gestor chamar os entes dessa tríplice hélice para colaborar no desenvolvimento da E-CIBER¹⁹.

De outra parte, em setembro de 2019, a E-CIBER teve sua elaboração finalizada e colocada para consulta pública²⁰ e no seu

16 Brasil. *Decreto presidencial n.9.637 de 26 de dezembro de 2018*. (Brasília: Presidência da República, 2018 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9637.htm).

17 Ibid, s/p.

18 Ibid, s/p.

19 Todavia, essa revogação acontece ao meio do trabalho de elaboração da 1ª versão do E-CIBER e diante de um cenário político onde membros do atual governo federal tiveram seus aparelhos eletrônicos supostamente hackeados. Nesse sentido, não podemos nesse *policy paper* afirmar a real motivação para essa revogação, porém, entendemos que a mesma transparece ser um retrocesso no processo de consolidação da tríplice hélice estratégia aqui proposta.

20 Para ver a consulta pública acessar: <http://www.participa.br/seguranca-cibernetica/estrategia->

sumário executivo afirma que o documento contou com a participação de instituições privadas e do setor acadêmico, porém não especifica quais são os atores dessas instituições que participaram do processo, o que fragiliza a institucionalização de um processo estratégico contínuo de colaboração dessa hélice tríplice. Não obstante, é importante frisar que a E-CIBER traz ao longo de todo seu texto o reforço da necessidade de cooperação entre essas três áreas, o que é animador para pensar um futuro processo estrutural de cooperação quando o tema central for defesa cibernética²¹.

A seguir, antes de trabalhar melhor a maneira como a tríplice hélice estratégica pode ser compreendida, se faz necessário entender o sistema de mobilização nacional para que a rede tenha sentido como promotora de protocolos e efetiva resposta a ameaças cibernéticas.

MOBILIZAÇÃO NACIONAL: ELEMENTOS PARA RESPONDER À AMEAÇA CIBERNÉTICA

Os esforços, recursos humanos e materiais para responder a situação de crise ou frente a ameaças externas que um país enfrenta, devem ser produzidos em ações conjuntas coordenadas e integradas. Quando o decreto lei n. 4.812 de 1942, promulgou a regulamentação sobre a requisição de bens imóveis e móveis necessários às forças armadas e à defesa passiva da população²², os desafios às vulnerabilidades eram ligados às ações clássicas de defesa vinculadas à guerra. Se a guerra

nacional-de-seguranca-cibernetica-e-ciber

- 21 Uma informação importante deve ser destacada nesse texto, o decreto n. 9.637 de 2018 faz a distinção entre segurança cibernética, defesa cibernética, a segurança física e a proteção de dados organizacionais, e as ações destinadas a assegurar a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade da informação. Entendendo todas como temas abrangentes da ideia de segurança da informação. Para conferir essa informação consultar o Capítulo 1, artigo 2º, incisos de I a IV do referido decreto.
- 22 Ramos (2012) apresenta a discussão sobre a validade ou não do referido decreto e conclui que, para além da discussão de sua validade ou não, a legislação acerca da requisição nacional não atende as demandas atuais.

de conquista foi impedida pela Carta de São Francisco, a disputa por espaço não deixa de estar presente atualmente quando a nova fronteira do poder é a fronteira ponto e o espaço cibernético ²³.

A primeira fase da mobilização, o preparo, consiste em realizar estratégias de maneira contínua, metódica e permanente para dar conta das vulnerabilidades. Nesse sentido, centra sua proposta na fase do preparo da mobilização nacional, dá especial ênfase às possíveis hipóteses de emprego, considerando suas definições a partir das vulnerabilidades que o país enfrenta em um determinado contexto. No atual cenário em que as vulnerabilidades não decorrem apenas de ameaças de cunho tradicional, a mobilização não pode apenas preparar para ações de infraestrutura e logística materiais como a construção de pontes e restauração de estradas. As hipóteses de emprego vão fomentar o preparo em cinco dimensões do poder nacional: expressão política, econômica, científico-tecnológica, psicossocial e militar²⁴, o que demonstra como o esforço para a mobilização é complexo.

A mobilização nacional no Brasil está prevista na Constituição Federal, Art. 84, em seu inciso XIX, e sua aplicação é regulada pela Lei nº 11.631, de 27 de dezembro de 2007 e pelo Decreto nº 6.592, de 02 de outubro de 2008²⁵. Em seu Art. 2º, inciso I, a Lei 11.631 destaca que a Mobilização Nacional é “o conjunto de atividades planejadas, orientadas e empreendidas pelo Estado, complementando a Logística Nacional, destinadas a capacitar o País a realizar ações estratégicas, no campo da Defesa Nacional, diante de agressão estrangeira”. Como logística, considera-se as atividades que se referem à previsão e provisão de recursos e meios necessários à realização das ações decorrentes da Estratégia Nacional de Defesa.

23 Walfredo Bento Ferreira Neto, “Territorializando o “Novo” e (Re)territorializando os Tradicionais: a Cibernética como Espaço e Recurso de Poder.” *Coleção Meira Mattos* 31 (2014) 07-18.

24 Whilla Castelhana Coimbra, A Fase de Preparo da Mobilização Nacional. *Conteúdo Jurídico* (2014) <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,a-fase-de-preparo-da-mobilizacao-nacional50679.html>.

25 Brasil, *Constituição*. Constituição da República Federativa do Brasil. (Brasília, DF: Senado Federal, 1988).

Para fins de mobilização, o preparo é definido como a realização de ações estratégicas visando sua execução, e seu desenvolvimento ocorre desde a situação da normalidade, de modo contínuo, metódico e permanente. O ato de mobilizar consiste em transferir os meios empregados para o desenvolvimento nacional para a esfera da segurança, de modo planejado para que as dimensões do poder nacional sejam eficazmente transferidas. Esta necessidade ocorre quando há agressão estrangeira que produza ameaça ou atos lesivos à soberania nacional, à integridade territorial, também ao povo e às instituições nacionais, mesmo que não necessariamente signifiquem invasão ao território nacional.

A mesma lei estabelece o Sistema de Mobilização Nacional (SINAMOB), que enfatiza a necessidade de atuação conjunta e integrada dos diversos órgãos que atuam nas distintas fases da Mobilização e, do mesmo modo, na fase de Desmobilização Nacional. Além do Sistema de Mobilização Militar (SISMOBIL), encarregado de fazer a transposição da estrutura militar desenhada em tempos de paz para aquela do período de guerra.

A Estratégia Nacional de Defesa²⁶ estabelece dentre os Objetivos Nacionais o de desenvolver o potencial de logística de defesa e de mobilização nacional. Em suas diretrizes define que a capacidade de mobilização militar e nacional se refere ao poder dissuasório e operacional das Forças, e a não configuração da elasticidade resulta em comprometimento do poder dissuasório e defensivo. A elasticidade é que define a capacidade de as Forças Militares aumentarem – em um eventual quadro internacional em que se faça necessária a proteção do território nacional – os meios humanos e materiais necessários e disponíveis para a defesa.

26 Brasil, *Política Nacional de Defesa / Estratégia Nacional de Defesa*. (Brasília: Ministério da Defesa, 2012) https://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf, 131.

Dentre as orientações da END, dá-se destaque aos setores definidos como estratégicos para a defesa do Brasil e que, considerando essa condição, devem ser fortalecidos²⁷. Em uma estratégia de dissuasão, a garantia do nível adequado de segurança dos setores espacial, cibernético e nuclear - elencados como estratégicos - deve considerar como desenvolver a capacidade de mobilização nacional com Forças Armadas modernas e integradas. A condição de mobilização nacional decorre da capacidade e do potencial de mobilizar recursos humanos e materiais em grande escala. Como instrumento da mobilização nacional, a evolução tecnológica proporciona flexibilidade para as Forças, já a elasticidade decorrerá justamente da construção de contingente humano de reserva. Aquela fica limitada em face da impossibilidade da elasticidade não se desenvolver adequadamente e em não se adequar as respostas de defesa em face dos setores estratégicos definidos pela defesa do país.

O desafio de compreender como responder às ameaças e vulnerabilidades decorrentes das atividades no espaço cibernético passa pelo enfrentamento do desafio de institucionalizar respostas dada a sua magnitude de inovação e até de ineditismo. Por isso, a proposta desse *policy* centra-se na formação de uma rede de cooperação em hélice tríplice que permitiria priorizar investimentos e capacidade responsiva. Isso viria diretamente em linha com uma das principais atribuições do SISMOBIL, qual seja, a de difundir para os públicos interno e externo a mentalidade de mobilização e de desmobilização militares.

A Doutrina Militar de Defesa Cibernética²⁸ define dois campos distintos relativamente ao setor cibernético, um deles, a segurança cibernética, que fica a cargo da Presidência da República, e o outro, a defesa cibernética que, por meio do Ministério da Defesa, a cargo das Forças Armadas.

27 Ibid, 93.

28 Brasil, op. cit., 17.

Neste sentido, ações que envolvem ameaça às infraestruturas críticas do país definidas no documento como sendo aquelas “instalações, serviços, bens e sistemas que, se tiverem seu desempenho degradado, ou se forem interrompidos ou destruídos, provocarão sério impacto social, econômico, político, internacional ou à segurança do Estado e da sociedade”²⁹ serão coibidas por ação da defesa cibernética a partir de um conjunto de ações ofensivas, defensivas e exploratórias, de modo a preservar os sistemas de informação de interesse da defesa nacional. A área cibernética decorre diretamente de pesquisa e inovação, sendo assim, é diretamente dependente do apoio ao desenvolvimento nacional. Nesse sentido,

o preparo da Mobilização pode ser o instrumento de coordenação dos esforços do Brasil rumo ao desenvolvimento e à segurança. Desenvolver o potencial de Mobilização aumenta a capacidade dissuasória do Brasil e das Forças Armadas³⁰.

Portanto, a implementação de capacidade dissuasória que englobe a dimensão cibernética requer o desenvolvimento de tecnologia adequada à evolução de respostas de defesa para essa área, respostas estas que podem ser estabelecidas por meio de parcerias. O desafio da mobilização de produzir respostas, que podem vir a tornar-se protocolos congregando várias instâncias, por si só é um produto de parceria. As faces do desenvolvimento econômico, científico e tecnológico podem ser congregadas, tanto considerando-se a esfera pública quanto a privada de indústria da inovação, em grande medida.

Com a finalidade de debelar ataques cibernéticos como uma estratégia dissuasória, a capacidade responsiva decorrente da parceria

29 Ibid, 19.

30 Sergio Nahal de Souza, “O Preparo da Mobilização Como Instrumento para o Desenvolvimento da Indústria de Interesse da Marinha do Brasil.” *Revista da Escola de Guerra Naval* 16 (2010) 161-182, 4.

em hélice tríplice permitiria congregar capacidade de desenvolvimento econômico e produção tecnológica inovativa e fomentadora do desenvolvimento científico e tecnológico em larga escala. Com isso, a mobilização nacional agrega espaço não apenas para o desenvolvimento científico e tecnológico, mas também humano, produzindo a implementação de um corpo estruturado para as gerações presente e futuras.

INOVAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS: UM DEBATE PROSPECTIVO SOBRE O FORTALECIMENTO DE REDES DE INTERAÇÃO E DA SUA POSSIBILIDADE DE APRIMORAMENTO DA DINÂMICA DA TRÍPLICE HÉLICE

Parte essencial do processo de ajustes nos objetivos e estratégias frente às ameaças contemporâneas consiste na adequação das medidas de operacionalização desses propósitos de forma a garantir a segurança e defesa dos recursos estratégicos do país de acordo com as necessidades impostas pelos eventos, como já foi possível observar anteriormente. As ameaças de natureza cibernética consistem talvez na mais inovadora e qualitativamente distinta ameaça com a qual diversos setores da sociedade, sobretudo, as Forças Armadas, precisam lidar. O enquadramento da execução das ações estratégicas de Mobilização Nacional em um novo formato, institucionalmente materializado por meio do SINAMOB, do SISMOBIL e da criação do CDCiber (Centro de Defesa Cibernética do Exército) indicam essa realidade.

Para lidar com os desafios colocados pela demanda de mobilização nacional no contexto de ameaças cibernéticas, esse *policy paper* tem como proposta investir em duas frentes interligadas. Por um lado, propõe que se invista no adensamento da rede de relações formais e informais entre atores governamentais e não governamentais com

interesse comum na questão cibernética a fim de estimular a produção de políticas públicas na área de defesa que atendam às exigências de mobilização. Por outro lado, incentivar o desenvolvimento de tecnologias que atendam a essas mesmas demandas ao estreitar os laços e o potencial de interdependência e ganhos na relação entre as universidades, o setor privado e o Exército Brasileiro, pautado no já conhecido modelo de hélice tríplice, em si também um tipo de rede de relacionamentos.

O interesse em compreender a produção de políticas públicas a partir das redes de interação entre atores tem um longo histórico nos estudos das ciências sociais. Conhecidos como estudos de Análise de Redes Sociais, esse tipo de investigação pode ser definido como o estudo dos membros socialmente relevantes em uma determinada atividade ou área, “conectados por um ou mais tipos de relações”³¹. Tratam-se de leituras que buscam explicar as estruturas de interação entre atores sociais– indivíduos ou organizações – governamentais e não-governamentais na definição e resolução de problemas associados a uma área de interesse comum aos agentes. Procura-se identificar os padrões de relacionamento e ligações estabelecidos entre esses agentes^{32, 33}, nesse caso, atores envolvidos nos processos de Mobilização Nacional associados a ameaças cibernéticas. Busca, portanto, avaliar os “constrangimentos, as oportunidades e as percepções” que acompanham as posições e papéis ocupados pelos agentes que compõem essa rede³⁴, sugerindo convergências e atritos

31 Alexandra Marrin e Barry Wellman . Social Network Analysis: an introduction.” In John Scott e Peter J. Carrington (org.) *The Sage Handbook of Social Network Analysis* (London: SAGE Publications), 11-25.

32 David Kanok, Policy Networks.” In John Scott e Peter J. Carrington (org.) *The Sage Handbook of Social Network Analysis* (London: SAGE Publications).

33 Carrington, Peter J. e Scott, John. 2011. “Introduction.” In *The Sage Handbook of Social Network Analysis*, editado por Scott, John e Carrington, Peter J, 1-8. London: SAGE Publications.

34 *Ibid*, 13.

de interesses. Ademais, busca possíveis caminhos na construção de acordos e consensos necessários para a formulação e implementação de políticas públicas de defesa³⁵.

Conectada a essa rede com interesse na formulação de políticas públicas, e, espera-se, com diversos pontos de sobreposição, reforçando uma a outra, se propõe impulsionar dinâmicas de relacionamento correspondentes ao modelo da Hélice Tríplice para lidar com o problema da ameaça cibernética. A interação entre iniciativa privada, academia e o setor público, atores que compõem tal modelo, foi explorada apoiando-se na ideia de “uma rede de comunicação e expectativas que remodela os arranjos institucionais”³⁶ entre esses agentes no segmento de inovações tecnológicas. Elaborado por Etzkowitz e Leydesdorff³⁷, esse modelo considera “cada hélice” como “uma esfera institucional independente, mas [que] trabalha em cooperação e interdependência com as demais esferas, através de fluxos de conhecimento”³⁸. Os autores propõem três variações que podem ser exploradas para os propósitos da interação de atores em prol da mobilização. O primeiro consiste em uma rede na qual o setor público se sobrepõe aos demais, exercendo maior controle, também chamado de modelo estático. A segunda variação consiste na manutenção de esferas autônomas de atuação entre os três agentes, e caracteriza-se pela livre interação entre estas,

35 A Análise de Redes Sociais oferece uma metodologia para estudar redes existentes e, portanto, a proposta de fomentar o desenvolvimento de uma rede ultrapassa em alguma medida o escopo pretendido por esses estudos. No entanto, não só a preocupação com a formação das redes consiste em um objetivo da agenda de pesquisa da área (Knocke, 2011), como o conjunto de conceitos e conclusões sobre os tipos de relacionamento estabelecido por redes já conhecidas podem ser muito úteis na construção de uma rede particular.

36 Myller Augusto Santos Gomes e Fernando Eduardo C. Pereira, Hélice Tríplice: um ensaio teórico sobre a relação universidade-empresa-governo em busca da inovação *International Journal of Knowledge Engineering and Management* 8 (2015) 136-155, 41.

37 Gustavo Alberto Silva Coutinho e André Vasconcelos da Silva, Inovação Tecnológica, Relação Universidade-Empresa e Modelo Teórico da Hélice Tripla.” *Simpósio de Metodologias Ativas: inovações para o ensino e aprendizagem na educação básica e superior* 2, 1 (2017) 36-48.

38 Gomes e Pereira, op. cit. , 137.

denominado modelo *laissez-faire*. Por fim, o terceiro modelo “gera uma infraestrutura de conhecimento em termos de esferas institucionais que se sobrepõem, cada uma assumindo o papel da outra e com organizações híbridas emergentes nas interfaces”³⁹, propriamente o que se chama modelo Hélice Tripla^{40,41}.

Essas redes, embora não plenamente sobrepostas em termos de atores e natureza dos seus relacionamentos, encontram-se conectadas, potencialmente por mais de um ator, e geram um campo de conhecimento compartilhado e complementar que permite identificar problemas e propor soluções. As características associadas às ameaças cibernéticas e a necessidade de se pensar em formas alternativas e originais para lidar com esses problemas tornam fundamental que inovação tecnológica e políticas públicas na área de defesa encontrem-se em sintonia.

O SINAMOB e o CDCiber se apresentam como atores privilegiados na articulação dessas redes, tanto para coordenar e estimular a formulação de políticas públicas quanto para promover parcerias entre a universidade, o setor privado e o Exército para o desenvolvimento de tecnologia, especificamente abordando o problema da ameaça cibernética. Esse *policy paper*, portanto, sugere alguns passos iniciais de institucionalização dessas redes, com foco no potencial de sinergia existente na relação entre os atores. Fundamentalmente, aprofundar o conhecimento e estimular o fortalecimento dessa rede construída em torno dessas duas agências centrais (CDCiber e SINAMOB) contribuirá para a atuação mais efetiva do Ministério da Defesa enquanto intermediário do processo de Mobilização Nacional, e do Exército enquanto operador das atividades de defesa cibernética.

39 Coutinho e Silva, op. cit., 41-42.

40 Ibid.

41 Gomes e Ferreira, op. cit.

As exigências de manutenção contínua de atividades estratégicas, entendidas como a fase de “preparo”⁴², para empreender ações de mobilização sugerem a necessidade de constante engajamento e comunicação entre os atores associados a esse movimento.

Em termos práticos, propõe-se inicialmente investigar a rede de mobilização nacional associada ao SINAMOB e ao CDCiber. Esse primeiro passo teria os seguintes objetivos centrais: a) identificar os atores que atualmente compõe a rede de relacionamentos do SINAMOB, SISMOBIL e do CDCiber, procurando pontos de sobreposição nesses processos interativos; b) compreender o papel desempenhado por cada um dos membros nessa rede, a fim de mapear interesses, complementaridades e afinidades; c) formular políticas de institucionalização dessas redes a partir do mapeamento proposto pelo objetivo anterior; e d) por meio do contato com a universidade e o setor privado, identificar as convergências em torno de demandas e oferta de soluções existentes e potenciais para lidar com a questão da ameaça cibernética na área da defesa.

Essa avaliação também deve permitir responder um conjunto de perguntas adicionais que contribuirão para o papel de protagonismo a ser desempenhado pelo Exército. Dentre possíveis outras que surgirão com a próprio estudo, quais subórgãos das agências governamentais associadas ao SINAMOB e o SISMOBIL devem se envolver em caso de mobilização contra ameaças cibernéticas, quais setores da academia devem estar presentes na construção estratégica da mobilização, qual tipo de informação cada uma das agências se encarregaria de coletar e sistematizar, como sustentar o contínuo fluxo de transmissão e difusão de informações entre atores das redes.

42 Para mais informações acessar <https://www.defesa.gov.br/index.php/mobilizacao-nacional>

CONSIDERAÇÕES PROSPECTIVAS

Nesse capítulo, objetivou-se a crescente ameaça que os Estados podem estar expostos no século XXI e enfatizar que essa estará, em grande parte, diretamente ligada ao mundo cibernético. Mas não serão todos os delitos conceitualmente tipificados que deverão se tornar foco da defesa nacional cibernética de um ator estatal, e ter percepção dessa distinção pode fazer toda a diferença para esse ente ter sucesso e o controle efetivo de seus recursos frente as ameaças provindas do mundo digital. Por mais tênue que a defesa cibernética e a segurança cibernética sejam, manter o foco nas ameaças de sabotagem cibernética, espionagem cibernética, terrorismo cibernético e guerra cibernética será fulcral para o ator estatal conseguir promover respostas eficazes de proteção a sua soberania e a intervenção externa em estruturas críticas nacionais.

Todavia, manter o foco nessas áreas não inibe o Estado e suas instituições de promover padrões e protocolos de ação para enfrentar ameaças mais direcionadas ao setor privado e sociedade. Quanto mais consciência conceitual dessa divisão tiverem as Forças Armadas, mais poderá ser eficaz em promover um controle efetivo que parta de suas bases.

De forma prospectiva, para alicerçar os processos de defesa cibernética e aprimoramento da mobilização nacional frente as ameaças digitais propõem-se o aprimoramento do modelo de hélice tríplice já existente, levando-o para além das demandas de recursos das forças armadas que se enquadram em um nível mais tático, para o nível estratégico, em que tais hélices teriam uma interdependência efetiva para determinar cenários de ameaça, pensar soluções protetivas que antecipem o problema, determinar ações de resiliência e, principalmente, estimular a produção de material tecnológico que dê

ao Brasil um controle efetivo sobre seus próprios sistemas, limitando a possibilidade de ataques.

Dessa forma, o papel impulsionador dessa tríplice hélice estratégica caberia às Forças Armadas ser um intermediador ativo, tendo a academia e o setor privado como parceiros essenciais nessa jornada. Esse tipo de rede cooperativa poderá exponencialmente produzir dinâmicas mais efetivas de proteção frente as ameaças cibnéticas atuais.

Assim, entende-se que essa relação, terá como consequência: 1) a efetivação de um processo contínuo de trabalho visando o aprimoramento e a criação de protocolos para mobilização nacional frente a ataques cibernéticos; 2) a promoção constante do processo de pesquisa e produção do conhecimento, dando a várias áreas da academia a possibilidade de produzir um *know how* nacional em relação a defesa cibernética e assim colocar o país um passo a frente dos demais nessa seara e; 3) dar ao setor privado a possibilidade de construir tecnologia de ponta que seja útil para o Estado e que, ao mesmo tempo, possa ter efeito inovativo direto, ou seja, tornando esse avanço tecnológico não só um elemento de defesa cibernética nacional, mas também, um processo para criação de produtos para a venda ao grande público/ sociedade civil.

Todavia, é fato que essa rede é uma proposta inicial e que para ter efeito, necessita do aprofundamento do estudo referente aos seus processos de interação, comando e controle. Nesse sentido, enfatiza-se o compromisso em aprofundar esse tema, entendendo que o mesmo é central para que o Brasil garanta sua defesa cibernética e ao mesmo tempo torne-se expoente nessa seara, dando ao país uma capacidade de poder internacional cada vez mais elevada.

UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA A PARTIR DA LEGISLAÇÃO DE DEFESA

RICARDO BORGES GAMA NETO

INTRODUÇÃO

Este capítulo tem por objetivo discutir o conceito de Mobilização Nacional (MN) dentro do arcabouço legal do Estado brasileiro, notadamente, a luz da política de defesa e seus documentos correlatos. Neste sentido, a política de defesa de um país, como política pública por excelência, deve ser entendida como o Estado em ação, ou seja, o que o Estado faz e/ou deixa de fazer.

Política de governo e política de estado são termos intercambiáveis, mas distintos. Suscintamente, pode-se afirmar que o primeiro se refere às políticas públicas definidas por um partido ou coligação durante o processo eleitoral e chanceladas pela maioria do eleitorado. São em suma, políticas que implementadas por um governo (um conjunto de indivíduos filiados a partidos que ocupam o controle da cúpula da administração estatal) no período de tempo do mandato, se utilizam do poder estatal. O segundo são aquelas políticas públicas fundamentais a existência e funcionamento do Estado (no sentido weberiano deste termo: unidade social com território definido, identidade e história nacional, governo escolhido e o monopólio do uso da força física), de caráter não-perene, que não se restringem a uma legislatura mas envolvem as burocracias de várias agências estatais e são sancionadas

pelo Parlamento obedecendo o arcabouço legal instituído previamente. Mesmo que operacionalmente, esta distinção possa ser diluída no dia-a-dia da ação política, ela é de fundamental importância. Uma coisa é a decisão do país em possuir uma política de neutralidade face dos conflitos internacionais, outra completamente diferente é estabelecer uma determinada política pública em face de resultados eleitorais.

A política de defesa nacional é uma política de Estado que tem como eixo central a capacitação política e militar do país, no sentido de que ele possa fazer valer sua independência como ator individual em um arranjo internacional inerentemente caótico. Esta ação de capacitação se dá por meio da definição dos objetivos e diretrizes para o preparo e emprego da burocracia civil e militar como expressões do poder estatal. Um dos elementos mais importantes desta política é a Mobilização Nacional. Pode-se defini-la como todo um conjunto de ações de planejamento e orientação executadas pelas mais diversas burocracias com a finalidade precípua de capacitar o país a responder, da forma mais eficiente possível, qualquer tipo de agressão ou perigo eminente desta contra o território nacional. As ações de capacitação ocorrem, principalmente, em termos de paz através de políticas públicas e ações que preparem o país para mobilização no momento que ela for necessária. Desta forma, a MN é uma política de Estado que deve ser implementada pelos mais diversos governos.

Em termos metodológicos, trata-se de um estudo descritivo exploratório. Dentro da classificação de Gerring¹, pode-se tipificá-la como *particularizing account*. Este é um tipo de descrição comum em estudos históricos e narrativas etnográficas. De forma simplificada, pode-se afirmar que este método busca descrever parte de um argumento ou problema, que pode ser causal ou não, sem qualquer tentativa de generalização a partir do caso em estudo. A análise é

1 John Gerring, "Mere Description". *British Journal of Political Science* 42, 04 (2012) 721-746.

essencialmente documental a partir de pesquisa bibliográfica. Contudo, aqui não se esmiúça todos os documentos existentes que tratam do tema, mas especialmente, aqueles que o pesquisador determinou como mais importantes para a elaboração deste texto.

Para tanto divide-se em três partes além desta introdução. No primeiro, apresenta-se a evolução da política nacional de defesa a partir de seus principais documentos constitutivos. Na segunda parte discute-se o conceito de Mobilização Nacional tendo como base a legislação nacional sobre o tema. Por fim, realiza-se algumas considerações finais.

POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA, ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA E LIVRO BRANCO

Neste momento, cabe descrever sucintamente a evolução das políticas nacionais de defesa do período democrático². Uma política de defesa ao ser elaborada apresenta duas dimensões de análise, uma externa – que se refere à questões de política internacional e defesa – e interna – que se relaciona com o comprometimento, planejamento e execução das atividades necessárias a capacitação do uso da força militar. Em face do amplo leque documental, foram escolhidos alguns dos documentos principais, que estão sumarizados no Quadro 1.

ID	Nome do Documento	Ano	Dimensão
01	Constituição Federal	1988	Política
02	Política de Defesa Nacional	1996	Política e Estratégia
03	Política de Defesa Nacional	2005	Política e Estratégia
04	Estratégia Nacional de Defesa	2008	Política e Estratégia
05	Lei Complementar nº 136	2010	Política e Estratégia
06	Política de Mobilização Nacional	2010	Doutrina
07	Livro Branco de Defesa	2012	Política e Estratégia

2 A estrutura da evolução da legislação de defesa foi estruturada na Lei Complementar 97/1999 que no inciso do artigo nº 09 define a como: a) Política de Defesa Nacional, b) Estratégia Nacional de Defesa e c) O Livro Branco da Defesa Nacional.

08	Decreto nº 7438	2011	Política e Estratégia
09	Sistema de Mobilização Militar (SISMOBIL)	2014	Doutrina
10	Sistema de Planejamento Estratégico de Defesa (SISPED)	2015	Doutrina
11	Doutrina de Mobilização Nacional	2015	Doutrina
12	Manual de Mobilização Militar	2015	Doutrina
13	Glossário das Forças Armadas	2015	Doutrina

Quadro 1 – Documentos Sobre Mobilização Nacional³

A primeira política nacional de defesa do período democrático foi a denominada “Política de Defesa Nacional” e implementada no governo Fernando Henrique Cardoso, no ano de 1996. O documento foi elaborado tendo como *background* histórico em nível internacional, o fim da guerra fria e a mudança do parâmetro da política externa brasileira da América Latina para Sul do continente, o Atlântico Sul e costa ocidental africana. Internamente, a consolidação do regime democrático e a estabilização macroeconômica.

O documento tem uma perspectiva defensiva da defesa nacional, tendo como norte principal a solução pacífica de controvérsias e a ação diplomática. Além de ser um texto de defesa restrito, a PDN pode ser percebida mais como um instrumento de diplomacia internacional do que de estabelecimento de uma política clara para o setor.

A Política de Defesa Nacional inaugura uma nova fase nos parâmetros legais da atuação do Estado no campo da segurança e defesa. Durante o período de 1996 a 2002, existiram poucas ações do governo no sentido de implementar ou consolidar a PDN, a principal mudança institucional foi a criação do Ministério da Defesa em substituição dos ministérios militares. O MD é o principal executor da política de defesa nacional.

³ Elaboração própria

Em 2002, o governo Luiz Inácio Lula da Silva atualizou e ampliou a política de defesa elaborando um novo documento denominado Política Nacional de Defesa (PND). Em termos gerais, esta atualização refletiu mais as mudanças que ocorriam no cenário internacional, principalmente, por causa do fenômeno do terrorismo internacional que é citado nominalmente quatro vezes, palavra inexistente no documento de 1996, do que rupturas institucionais na política de defesa.

De forma geral, o novo documento repete a mesma estrutura do anterior de cinco capítulos (Introdução, Ambiente Internacional, Objetivos da Defesa Nacional, Orientação Estratégica e Diretrizes) e acrescenta três novos (O Estado, a Segurança e a Defesa, O Ambiente Regional e o Entorno Estratégico e o Brasil). Ambos documentos definem a Política de Defesa como tema de interesse de toda a sociedade, fundamentada nos pressupostos da Constituição Federal e orientada de acordo com a política externa do país.

A Estratégia Nacional de Defesa (END) foi o documento que consolidou toda a política de defesa brasileira e foi elaborada por um comitê composto pelos ministros da Defesa, Secretaria de Assuntos Estratégicos, do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Fazenda e Ciência e Tecnologia e assessorados pelos comandantes das forças, estes assessorados e seus respectivos Estados-Maiores. A comissão realizou diversas reuniões setoriais recebendo contribuições da sociedade civil⁴. De maneira surpreendente, o Ministério das Relações Exteriores não fez parte do núcleo de elaboração do documento.

O END é centrado em ações de médio e longo alcance para modernizar e capacitar a defesa nacional em torno de três eixos estruturantes: a) reorganização das forças armadas, b) reestruturação da indústria de defesa e c) recomposição do efetivo das forças armadas.

4 Brasil, *Estratégia Nacional de Defesa*. (Brasília: Ministério da Defesa, 2008) https://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf

Como todos os documentos anteriores, a END faz forte relação entre a defesa nacional e o desenvolvimento da ciência e tecnologia, afirmando que: “projeto forte de defesa favorece projeto forte de desenvolvimento”. A Estratégia Nacional de Defesa estabelece 23 diretrizes que não se resumem apenas a questões inerentes à defesa nacional da fronteira e da organização militar (sobre a égide do trinômio monitoramento/ controle, mobilidade e presença), mas também de política externa como a integração da América do Sul, preparação para operações de paz e compromissos internacionais (inclusive sobre a região Antártica).

A END prossegue estabelecendo orientação sistemática de atuação de cada força e seus respectivos objetivos estratégicos (espacial, cibernético e nuclear) e táticos, passando por medidas para sua implementação (contexto, aplicação e estruturação) e ações estratégicas em diversas áreas tais como, mobilização, comando e controle, operações internacionais, estabilidade regional e comunicação social). O documento finaliza com a apresentação de disposições finais resumidas em um cronograma, no qual deverão ser elaborados documentos complementares com planejamento até 2030 (equipamento e articulação das forças armadas).

O END é um documento mais complexo e bem elaborado do que os anteriores de 1998 e de 2002. Tem conceitos razoavelmente claros e diretrizes bem definidas de ação. Em muitos aspectos, o documento reflete o caráter extremamente nacionalista do segundo governo Lula nas relações estabelecidas entre desenvolvimento tecnológico e defesa. Além disso, reforça a ideia do Brasil como líder do continente ao ligar diretamente o investimento em infraestrutura nos países da América do Sul a estratégia de defesa. Contudo, apesar de seus claros avanços falha fragorosamente ao desconsiderar qualquer discussão sobre como financiar os projetos estratégicos e as dificuldades institucionais de implementação de suas diretrizes.

Livros Brancos de Defesa (LBD) são documentos elaborados e publicados por governos que apresenta para a sociedade e outros países informações gerais, princípios, fundamentos, objetivos, capacidades e vulnerabilidades do país em termos de segurança e defesa estratégica. De forma geral, os LBD's devem conter avaliação do ambiente internacional, dados gerais, orçamentos, materiais e estratégias de implementação. A implantação de LBD's na América Latina começou no final do século passado com o chileno em 1997.

A elaboração do Livro Branco de Defesa ocorreu a partir de diversos seminários durante o ano de 2001 e 2002, a partir da ação de um grupo de trabalho interministerial composto por representantes dos Ministérios da Defesa, Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fazenda, Integração Nacional, Justiça, Planejamento, Orçamento e Gestão, Relações Exteriores e Secretarias dos Direitos Humanos, Assuntos Estratégicos e Gabinete de Segurança Institucional. Foram sete seminários e ocorreram em todas as regiões do país, estruturadas em seis temas centrais: a) Estado brasileiro e identidade nacional, b) Ambiente estratégico do século XXI, c) A defesa e o instrumento militar, d) A sinergia entre defesa e sociedade, e) Transformação da defesa e f) Financiamento da defesa⁵.

Entre a primeira manifestação formal do governo brasileiro da necessidade de o país instituir um Livro Branco de Defesa e sua real transformação em lei se passaram 13 anos.

O LBD foi elaborado em consonância com as diretrizes dos documentos anteriores (PND, PDN e a END). O Livro Branco é estruturado em seis capítulos que seguem bem de perto a estrutura dos seminários que lhe serviram de subsídios e um apêndice. O primeiro capítulo apresenta os princípios básicos do Estado (sistema

5 Ver lei complementar 136 de agosto de 2010 e decreto nº 7438 de fevereiro de 2001. Sítios respectivos em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp136.htm e http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7438.htm

de governo, separação de poderes, federalismo), objetivos do estado e fundamentos que regem a defesa nacional (defesa, direitos humanos, cooperação internacional e diplomacia como instrumento de solução de controvérsias), reforça o que o país considera seu “(...) enforço geopolítico imediato constituído pela América do Sul, o Atlântico Sul e costa ocidental da África”, discorrendo pela descrição do território e características da população, terminando com a apresentação das metas e objetivos da defesa nacional. O primeiro são seis: 1. Aumentar a capacidade de ação das forças armadas com aumento de efetivo e dos recursos destinados a defesa; 2. Vigiar e proteger todo o espaço aéreo; 3. Participar das operações de paz do interesse do país; 4. Aumentar poder naval; 5. Vigiar e proteger o território e 6. Capacitar e dotar a defesa nacional de autonomia tecnológica. O segundo são 11: 1. Garantir a soberania; 2. Defender os interesses nacionais “e as pessoas, os bens e os recursos brasileiros no exterior”; 3. Contribuir para a unidade nacional; 4. Contribuir para a estabilidade regional; 5. Contribuir para paz e segurança mundial; 6. Intensificar a projeção do país no cenário internacional; 7. Manter as forças armadas com capacidade de defender o território nacional; 8. Conscientizar a sociedade da importância da defesa; 9. Desenvolver a Base Industrial de Defesa; 10. Estruturar as forças armadas com pessoal e material e 11. “Desenvolver o potencial de defesa e de mobilização nacional”.

No capítulo 2 é contextualizado o ambiente internacional e se faz referências aos tratados de regimes internacionais (desarmamento e não proliferação, mar, Antártida e espaço e meio ambiente) e discorre sobre as ligações entre política externa e defesa, discutindo a importância para o país de participar do sistema internacional e de organizações multilaterais. Refere-se, como a todo o texto, sobre a importância do desenvolvimento da tecnologia para a defesa nacional.

O capítulo 3 se relaciona diretamente com a estrutura interna da defesa (ministério, educação militar, setores estratégicos, sistemas de monitoramento e controle, mobilização nacional e inteligência) e das forças armadas. A apresentação e análise das três forças segue a mesma estrutura (missão, organização, capacidades, visão estratégica e articulação, educação, ciência e tecnologia, intercâmbio e cooperação e a atuação das mulheres). Também são destacados os princípios gerais de emprego militar e a participação do país em conflitos, missões de paz e de garantia da lei e da ordem.

O capítulo 4 discute a questão social, da defesa dos poderes constituídos e dos direitos humanos. No final, a apresentação da questão do desenvolvimento industrial cria a ligação com o capítulo posterior (estratégia que será seguida ao final de cada capítulo). O quinto trata do reequipamento das forças armadas, modernização da gestão e base industrial de defesa trazendo inferências que serão completadas no sexto capítulo que trata da economia da defesa.

MOBILIZAÇÃO NACIONAL E A POLÍTICA DE DEFESA

O termo Mobilização Nacional faz parte do arcabouço legal brasileiro a partir da Constituição Federal de 1988, que no seu Art. 22, inciso XXVIII afirma competir privativamente a União legislar sobre “defesa territorial, defesa aeroespacial, defesa marítima, defesa civil e mobilização nacional”⁶. No Art. 84, ao definir as competências exclusivas do presidente da República, afirma em seu inciso XIX, que compete ao executivo federal “declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas, e, nas

6 No mesmo artigo no inciso XXI reza que compete a União exclusivamente instituir “normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros militares.

mesmas condições decretar total ou parcialmente a mobilização nacional⁷. Em termos infraconstitucionais, a MN é definida e regulada pela lei complementar nº 11.631/2007⁷, que cria o Sistema Nacional de Mobilização Nacional (SINAMOB) e regulada pelo Decreto nº 6.592/2008 que reza no seu Art. 4, que os princípios da SINAMOB são:

I - permanência: desenvolvimento das atividades de Mobilização Nacional em sequência lógica e perene; II - flexibilidade: adaptação às mudanças e às situações decorrentes do dinamismo da conjuntura; III - economia: busca da eficácia no emprego dos recursos; IV - fomento ao desenvolvimento nacional: contribuição com o planejamento integrado no emprego dos recursos da forma mais adequada; V - coordenação: conjugação harmônica dos elementos que integram a estrutura da Mobilização Nacional; VI - controle: acompanhamento do desenvolvimento das atividades de Mobilização Nacional, nas fases do preparo e da execução, bem como a avaliação dos resultados; VII - oportunidade: adequação da realização das ações planejadas ao momento exato; VIII - prioridade: escalonamento por ordem de importância das atividades de Mobilização Nacional; e IX - cooperação: integração e sinergia das ações⁸.

A nova conceituação e estrutura de MN se afasta consideravelmente da antiga conceituação baseada na lógica da segurança nacional⁹, anterior a PND de 1996. Aquela é fortemente centrada no conceito

7 Artigo 2. Para os fins desta lei, consideram-se: I - Mobilização Nacional o conjunto de atividades planejadas, orientadas e empreendidas pelo Estado, complementando a Logística Nacional, destinadas a capacitar o País a realizar ações estratégicas, no campo da Defesa Nacional, diante de agressão estrangeira; e II - Desmobilização Nacional o conjunto de atividades planejadas, orientadas e empreendidas pelo Estado, com vistas no retorno gradativo do País à situação de normalidade, quando cessados ou reduzidos os motivos determinantes da execução da Mobilização Nacional.

8 Brasil, *Decreto nº 6.592*. (Brasília: Presidência da República, 2008), art. 2º, § 2º c/c art. 24.

9 Ver por exemplo o documento Doutrina Básica de Segurança Nacional de 1987 disponível em https://www.defesa.gov.br/arquivos/File/legislacao/emcfa/publicacoes/dbmn_doutrinabasicademobilizacaoanacional.pdf

de hipótese de guerra e apresenta-se com forte influência decorridas das experiências de mobilização da Segunda Guerra Mundial¹⁰. Apesar de ambas focarem fortemente na importância da ação logística militar para o preparo e execução da mobilização¹¹, o novo desenvolvimento do conceito de MN amplia a discussão ao por em loco questões como tecnologia e investimentos públicos. Um dos fatos mais significativos é que a nova MN é gerenciada pelo Ministério da Defesa e busca ser um instrumento do Estado não apenas para questões emergenciais de defesa militar, mas também a necessidades sociais. A Mobilização Militar (MM) é:

parte integrante da Mobilização Nacional, deve desenvolver atividades que se destinem a capacitar as FS¹². para enfrentar com êxito uma situação de emergência, procurando dotá-las de todos os recursos de pessoal, material e de serviços necessários e previstos nos planos de mobilização que excederam as possibilidades logísticas, a serem obtidos no Poder Nacional, no Potencial Nacional ou no exterior¹³.

A Mobilização Nacional não enfatiza apenas a questão de recursos humanos (efetivo e contingente de reserva), mas também os recursos materiais, industriais e de serviço. Por esta razão tanto no END quanto no LBD são destacadas a necessidade do aperfeiçoamento do serviço

10 Para mais informações legais sobre a mobilização nacional na segunda guerra mundial ver decretos-lei nº 4.812/42, 8.090/45 e 8.158/45.

11 No Glossário das Forças Armadas (Brasil, 2015) execução da Mobilização Nacional é definido como “Conjunto de atividades que, depois de decretada a mobilização, é empreendido pelo Estado de modo acelerado e compulsório, a fim de transferir meios existentes e promover a produção e obtenção oportuna de meios adicionais pelos componentes das expressões do Poder Nacional. Caracterizada pela celeridade e compulsoriedade das ações a serem implementadas, com vistas a propiciar ao País condições para enfrentar o fato que a motivou. Será decretada por ato do Poder Executivo, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando no intervalo das sessões legislativas” (p.113).

12 FS designa Forças Singulares.

13 Brasil, *Doutrina de Mobilização Militar*. (Brasília: Ministério da Defesa, 2015c), 23 https://www.defesa.gov.br/arquivos/legislacao/emcfa/publicacoes/logistica_mobilizacao/md41_m_01_dout_mob_mil_2ed_2015.pdf

militar obrigatório, a criação do serviço civil e a implementação de uma política industrial de defesa baseada em indústrias que desenvolvam tecnologia nacional. Ou seja, as questões inerentes às necessidades e às dificuldades para a implementação de uma política nacional de defesa e mobilização são bem conhecidas e dimensionadas, a questão central é a falta constante dos recursos necessários à sua implementação.

O SINAMOB é o órgão central de gerenciamento da MN e é composto por diversos ministérios e algumas secretarias da Presidência da República. Tem por objetivo integrar e coordenar as ações de planejamento, preparo e execução em todos os três poderes da República e níveis da federação. O Ministério da Defesa é o organismo central do SINAMOB que é organizacionalmente composto de subsistemas setoriais: a) Mobilização Militar (responsabilidade do Ministro da Defesa); b) Mobilização Política (composto pela Casa Civil da Presidência e Ministério das Relações Exteriores); c) Mobilização Social (composto pelos Ministérios: do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; das Cidades; da Cultura; Educação; do Esporte; Meio Ambiente; Previdência Social; Saúde; Trabalho e Emprego; Turismo); d) Mobilização Científico-Tecnológica (sob responsabilidade do Ministério da Ciência e Tecnologia); e) Mobilização Econômica (Ministério da Fazenda que coordena os seguintes ministérios: Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Comunicações, Desenvolvimento Agrário; Desenvolvimento, Indústria e Comércio; Minas e Energia e Transportes); f) Mobilização de Defesa Civil (Ministério da Integração Regional); g) Mobilização psicológica (Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República); h) Mobilização de segurança (Ministério da Justiça) e i) Mobilização de Inteligência (Gabinete de Segurança Institucional). Cabe a cada sistema coordenar as ações que acreditam ser necessárias às ações sua responsabilidade e determinadas em lei¹⁴.

14 Brasil, op.cit., art. 10.

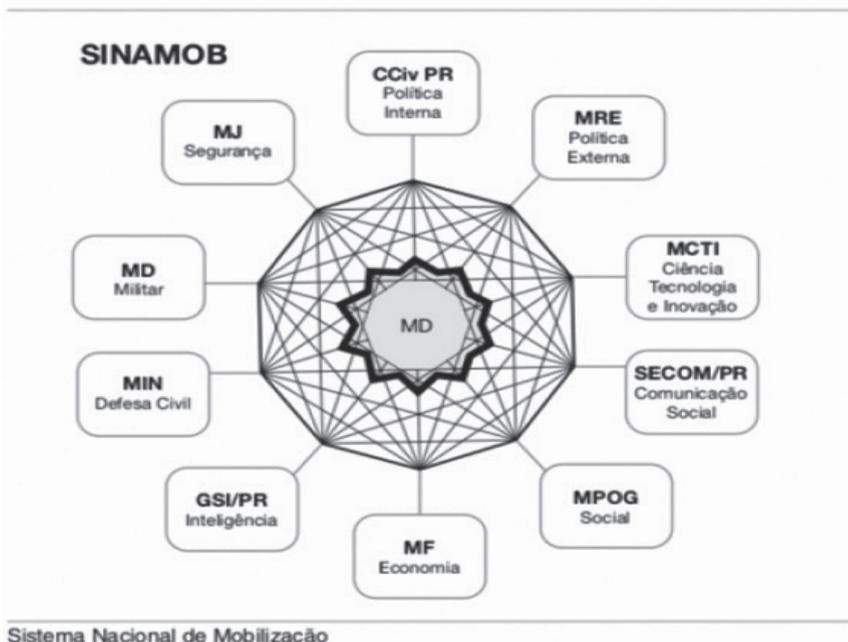


Figura 1 – Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB)¹⁵

A MN consiste em duas etapas: preparo e execução da mobilização. A primeira fase tem como objetivo precípua preparar o país para as possíveis hipóteses de emprego. A END apresenta a capacidade de mobilização como um vetor de dissuasão externa sem deixar de afirmar que o país adota uma perspectiva diplomática para a resolução de conflitos e define hipóteses de emprego como:

a antevisão de possível emprego das Forças Armadas em determinada situação/situações ou área/ áreas de interesse estratégico para a defesa nacional. É formulada considerando-se a indeterminação de ameaças ao País. Com base nas hipóteses de emprego, serão elaborados e mantidos atualizados os planos estratégicos e

15 Brasil, *Livro Branco de Defesa*. (Brasília: Ministério da Defesa Brasília: Ministério da Defesa, 2012), p.78.

operacionais pertinentes, visando possibilitar o contínuo aprestamento da Nação como um todo, e em particular das Forças Armadas, para emprego na defesa do País¹⁶.

A fase de preparação, em tempos de paz, deve ser desenvolvida continuamente e consiste no estabelecimento de projetos, procedimentos e normas legais relativos ao melhoramento da Logística Nacional e na adequação das políticas públicas às necessidades da MN. As ações governamentais devem ter como objetivo estimular o desenvolvimento da infraestrutura, a ciência e a tecnologia, inclusive, se possível levando em consideração questões fiscais e tributárias, financiamento e abertura de créditos especiais e programa de capacitação. O parágrafo único do Art. 24 do decreto que estabelece o SINAMOB destaca que:

O preparo também contemplará a execução de ações dirigidas à sociedade, destinadas ao esclarecimento a respeito da Mobilização Nacional e à necessidade de estabelecer cooperações e obter acordo quanto ao esforço conjunto, com ênfase nos setores que exploram atividades de infraestrutura e nos detentores de direito de propriedade sobre a produção, a comercialização e a distribuição de bens de consumo e prestação de serviços de interesse estratégico¹⁷.

A fase de execução consiste na implementação rápida e compulsória do programa de Mobilização Nacional elaborado pelo SINAMOB com o objetivo de empregar todos os recursos privados ou públicos necessários para superar a situação que gerou a MN. A execução dependerá da ameaça que levou a decretação pelo executivo federal da MN dentro de um espaço geográfico determinado. Quanto ao seu aspecto, a execução poderá ser total (se a situação exigir todos

16 Brasil, *Estratégia Nacional de Defesa*. (Brasília: Ministério da Defesa, 2008), 119. https://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf

17 Brasil, op. cit.

os recursos nacionais disponíveis) ou parcial (quando o esforço para superar a crise ou situação que motivou a ação necessite de parte dos recursos nacionais)¹⁸.

Um dos elementos centrais do SINAMOB é o Sistema de Mobilização Militar (SISMOMIL), que tem como objetivo central coordenar no âmbito das forças armadas as ações de mobilização. O MD por meio da portaria normativa nº 3.020/2014 (em substituição a portaria normativa nº 973/2007), estabeleceu as diretrizes setoriais da Mobilização Militar mais atuais. O SISMOMIL “é parcela da expressão militar do Poder Nacional Integrante do Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB). É composto pelo Ministério da Defesa e pelos Comandos das Forças Singulares (Cmdo F Sing), por intermédio dos seus respectivos Sistemas de Mobilização, (...)”¹⁹.

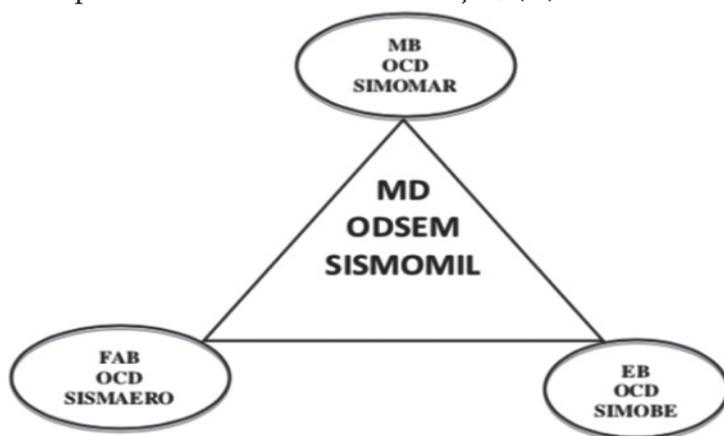


Figura 2 – SINAMOB, SISMOMIL e Sistema de Mobilização das Forças Singulares²⁰

18 Ramos (2016) observa que: “as atividades de execução da mobilização nacional provavelmente ocasionarão transtornos aos diversos segmentos da sociedade, sendo esses diretamente proporcionais a forma como foi desenvolvida a fase de preparo. Ou seja, quanto melhor for a capacidade de mobilização de uma nação, menor serão os transtornos causados durante a execução da mesma” (p. 22).

19 Brasil, *Sistema de Mobilização Militar (SISMOMIL)*. (Brasília: Ministério da Defesa, 2014) https://www.defesa.gov.br/arquivos/2015/mes02/sistema_de_mob_mil.pdf

20 Brasil, *Manual de Mobilização Militar (MMM)*. (Brasília: Ministério da Defesa, 2015c), 34 https://www.defesa.gov.br/arquivos/2015/mes02/manual_mob_mil.pdf

Os sistemas de mobilização das forças (Marinha – SINOMAR; Exército – SIMOBE e Aeronáutica – SISMAERO) em conjunto com o Órgão de Direção Setorial da Expressão Militar (ODSEM) do Ministério da Defesa são gerenciados pela chefia de logística do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. O objetivo do SINAMOB não se diferencia do SISMOMIL, apenas se concentra no atendimento mais especializado das Forças Armadas em termos de planejamento e execução das ações de mobilização e contribuição no desenvolvimento da Base Industrial de Defesa e o Plano de Articulação e Equipamento de Defesa (PAED)²¹.

O Manual de Mobilização Militar (MMM), efetivado pela portaria normativa nº 297/2015 do Estado Maior Conjunto das Forças Armadas, é o instrumento de implementação e regulação de procedimentos do SISMOBIL. É um documento amplo e bem estruturado, que pode ser analisado como contendo duas partes. Na primeira (capítulos um e dois) descreve os fundamentos e finalidades da MM, com uma lista dos documentos legais consultados para sua formulação, e da Mobilização Nacional. A partir do capítulo três até o final, descreve todo o processo de MM e desmobilização. É interessante a existência de um capítulo sobre a Mobilização Industrial e Base Industrial de Defesa.

Em termos gerais, o documento é extremamente coerente com a legislação de defesa desenvolvida desde o END, Livro Branco de Defesa, portarias e decretos do sistema de MN. No seu capítulo três inicia fazendo referência a toda lógica, princípios básicos (alicerçados nas doutrinas e políticas públicas militares) e aos objetivos da Mobilização nacional e do militar e de seus principais sistemas (SINAMOB e SISMOBIL). Além do mais, descreve e define cada um dos fundamentos da MM (objetivos, controle, economia de meros, flexibilidade, interoperacionalidade e simplicidade) e desenvolve

21 Ibid.

conceitos como capacidade e carências de mobilização militar, discorre sobre a importância da indústria (Mobilização industrial) para a produção de Produtos de Defesa (PRODE) e Produtos Estratégicos de Defesa (PED)²² essenciais a manutenção e ampliação do poder de fogo (chamado de dissuasório) e a necessidade de investimentos em ciência, tecnologia e inovação tanto de uso estritamente militar como dual.

O MMM dá muita importância às atividades logísticas, no sentido mais amplo do termo - tão amplo que muitas vezes pode ser confundido com o próprio conceito de mobilização - é vista como um dos pilares da MN e da MM. O conceito de funções logísticas é composto por recursos humanos, saúde, suprimento, manutenção engenharia, transporte e salvamento. A importância da logística na Mobilização Nacional é expressa tanto no END quanto no Livro Branco de Defesa. No contexto do Manual de Mobilização, é especificada dentro da lógica de ação de uso de força. Desta forma, a logística militar é dividida em fases (obtenção, determinação de necessidades e distribuição) dentro das necessidades de cada forças singulares. A Doutrina de Mobilização Militar²³ explica que:

A Logística Nacional deve fornecer os meios necessários para a realização das ações estratégicas nacionais. Quando esses meios se tornam insuficientes para fazer face às ameaças à Defesa Nacional, o Estado empregará a Mobilização Nacional, de modo a obter os meios que não puderem ser proporcionados de imediato. A Logística é, portanto, o ponto de partida para a Mobilização.

22 PRODE é definido no Manual de Mobilização Militar (BRASIL, 2015 c, p. 27) como “todo bem, serviço, obra ou informação, inclusive armamentos, munições, meios de transporte e de comunicações, fardamentos e materiais de uso individual e coletivo utilizados nas atividades finalísticas de defesa, com exceção daqueles de uso administrativo” e PED “como todo PRODE que, pelo conteúdo tecnológico, pela dificuldade de obtenção ou pela imprescindibilidade, seja de interesse estratégico para a defesa nacional, tais como: - recursos bélicos navais, terrestres e aeroespaciais; - serviços técnicos especializados na área de projetos, pesquisas e desenvolvimento científico e tecnológico; - equipamentos e serviços técnicos especializados para as áreas de informação e de inteligência”.

23 Brasil, op. cit., 13.

O Poder Nacional é o campo comum de atuação da Logística e da Mobilização. Isso faz com que, particularmente na fase do preparo da Mobilização, as ações desenvolvidas pelos dois sistemas sejam concorrentes, porém não conflitantes, tornando, por vezes, complexo o entendimento da distinção do que é logística e do que é Mobilização.

Essa distinção, em determinadas circunstâncias, torna-se desnecessária, uma vez que o objetivo a ser alcançado com as ações empreendidas pelos dois sistemas é a capacitação da Expressão Militar do Poder Nacional para cumprir suas destinações constitucionais, em especial aquela relacionada com a manutenção e a defesa da Soberania Nacional.

Quando o Estado realiza ações de desenvolvimento no campo da Logística Nacional, como, por exemplo, o fomento da pesquisa científico-tecnológica e da inovação para nacionalização de produto de defesa, está, ao mesmo tempo, expandindo o Potencial Nacional, relacionado à Mobilização e, conseqüentemente, fortalecendo o Poder Nacional vinculado à logística.

O MMM, como um documento operacional do SISMOBIL, define de forma clara as atividades básicas para cada hipótese de emprego da Mobilização militar: planejamento, preparo, execução de mobilização e preparo para desmobilização. Cessado as razões que levaram ao Executivo Federal a declarar estado de Mobilização nacional, o país deverá entrar na fase de normalidade com o processo de desmobilização. A questão é tratada apenas uma vez no Livro Branco de Defesa e detalhada tanto no Manual de Mobilização Militar quanto na Doutrina de Mobilização Militar. Com o fim da situação que motivou a mobilização deve ser elaborado o Plano Setorial de Desmobilização com diretrizes que “permitirão o retorno gradativo à situação de normalidade, visando ao menor prejuízo possível para a sociedade, sem que venham, entretanto a comprometer o nível de operacionalidade atingido pelas FA,

considerando, ainda, a possibilidade de recrudescimento das ações”²⁴.

A estrutura da desmobilização segue de perto as fases de mobilização, ou seja, preparo e execução²⁵. Da mesma forma que a MN, a desmobilização é gerenciada pelo SINAMOB e SISMOMIL através do ODSEM/MD. As medidas de desmobilização nacional são pouco detalhadas, mas devem ser elaboradas a permitir não apenas o retorno as atividades normais anteriores a crise que precipitou a mobilização, como também atender as necessidades de segurança nacional e defesa estratégica. No específico caso da desmobilização militar, as principais ações são: a) extinção de comandos unidades e serviços não mais necessários, dar destino aos excedentes de guerra, licenciamento de efetivos existentes, redução dos efetivos, liberação dos controles e restrições de toda ordem sobre organismos civis (revisão e cancelamento de contratos, reconversão das indústrias, planejamento e restituição de serviços e materiais requisitados e aproveitamento na ativa do pessoal mobilizado nas operações militares).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse capítulo apresentou um estudo baseado em análise documental da legislação nacional de defesa ao tema Mobilização nacional. Neste sentido, tem como função precípua explorar a evolução da temática, sem pretensões analíticas mais profundas. Dentro da tipologia estabelecida por Gerring²⁶, este é um estudo do tipo *account*, o qual se propõe descrever um evento sem o objetivo explícito de generalizar as conclusões além das especificações do caso.

24 Brasil, op. cit., 15.

25 “Do mesmo modo que na Mobilização, o êxito da Desmobilização dependerá do seu planejamento, cujas medidas deverão ser estabelecidas com a maior antecedência possível. Pressupõe-se que, a cada ação de Mobilização planejada, corresponderá uma determinada medida na área da Desmobilização” (Brasil, 2015 c, p. 39).

26 Gerring, op. cit.

O conceito de Mobilização nacional está inserido na Constituição Federal como atribuição exclusiva do Executivo federal em face de crises que possam violar a integridade territorial do país ou produzir grave comoção social. De forma geral, pode-se perceber que foi um tema ausente dos primeiros planos, ainda regida pela legislação anterior a 1988, surgindo como questão inerente a defesa nacional a partir da Estratégia Nacional de Defesa. A partir deste documento e do Livro Branco foi desenvolvida toda a nova legislação, doutrinas e manuais que regem o tema. É de fundamental importância destacar que a Mobilização nacional não é uma tarefa exclusiva das forças singulares (exercito, marinha e aeronáutica), mas sim um esforço conjunto de toda a burocracia e sociedade com o objetivo precípua de dar fim a que motivou a MN.

O sistema de mobilização é bem desenhado, com atribuições, responsabilidades e funções descritas com clareza. O SINAMOB é o eixo central do sistema de mobilização e é composto de vários subsistemas, inclusive o militar (SISMOMIL), que é subdividido em três, um concernente a cada força. Importante destacar que o processo de MN não ocorre apenas durante a crise que o motivou, mas sim, é um processo, cujo fundamentos devem ser plantados durante o período de paz. Uma boa preparação é fator essencial para o sucesso de uma operação de Mobilização nacional e militar.

Para um melhor e mais aprofundado desenvolvimento do SINAMOB, são necessários estudos mais aprofundados - de preferência de forma comparada com estudos de casos de outros países - acerca das necessidades e das capacidades da sociedade e da economia brasileira para o fornecimento do capital humano e dos itens de suprimentos necessários a este processo. O sistema apesar de bem desenhado institucionalmente necessita de estudos técnicos constantes que levem em conta não apenas as necessidades atuais das forças singulares para a defesa nacional, mas também os óbices futuros a evolução do sistema de Mobilização nacional.

SEGURANÇA CIBERNÉTICA: A NECESSIDADE DE MOBILIZAÇÃO PERMANENTE DAS INFRAESTRUTURAS CRÍTICAS NACIONAIS

PEDRO ARTHUR LINHARES LIMA

INTRODUÇÃO

Com o advento da Era da Informação, também conhecida como Era Digital, e sua sucedânea, a Era do Conhecimento, a informação foi alçada à categoria de ativo estratégico para organizações e Estados-Nação, conferindo àqueles que a detém e dela se utilizam, efetiva e oportunamente, uma inquestionável vantagem no ambiente competitivo e nos contenciosos internacionais.

A Internet, proporcionando conectividade em tempo real e abrangência mundial, trouxe consigo crescimento sem precedentes no volume de informações disponíveis aos modernos decisores, mas, por outro lado, sua grande vulnerabilidade, aliada à existência de novos atores de funestas intenções no cenário internacional, fez crescer a preocupação com a proteção da informação que por ela trafega.

As Infraestruturas Críticas (IC) são “as instalações, serviços, bens e sistemas que, se forem interrompidos ou destruídos, provocarão sério impacto social, econômico, político, internacional ou à segurança do Estado e da sociedade”¹.

1 Raphael Mandarino Júnior, *Segurança e Defesa do Espaço Cibernético Brasileiro*. (Brasília., 2010),p. 38.

A definição mais usual de IC é aquela que, uma vez prejudicada por fenômenos de causas naturais, como terremotos ou inundações ou por ações intencionais de sabotagem ou terrorismo, traz grandes reflexos negativos para toda uma nação e sua sociedade. São exemplos clássicos de IC: as redes telefônicas, os sistemas de captação e distribuição de água; e as fontes geradoras e as redes de distribuição de energia.²

Com um mundo hiperconectado, a vulnerabilidade das IC tornou-se um dos maiores desafios da atualidade, confirmado em análise apresentada pelo Boston Consulting Group.³

Desse modo, as evidências de riscos tecnológicos tratados no ambiente cibernético e direcionados às IC que se utilizam de Sistemas de Controle Industrial na monitorização de seus processos, ressaltam-se na medida em que tais sistemas vêm sofrendo significativa transformação, passando de sistemas de tecnologias proprietárias e isoladas para o emprego de arquiteturas abertas, estas interligadas, sobremaneira, com sistemas corporativos e com a rede mundial de computadores.⁴

Seguindo essa linha de raciocínio, qualquer impacto, seja positivo ou negativo, nas Infraestruturas Críticas Nacional (ICN), irá afetar o Poder Nacional, que se traduz na capacidade que tem o conjunto de homens e dos meios que constituem a Nação, atuando em conformidade com a vontade nacional, para alcançar e manter os objetivos nacionais, manifestado nas cinco expressões: política, econômica, psicossocial, militar e científico-tecnológica.

2 International Critical Information Infrastructures Protection Handbook 2008/2009. Center for Security Studies, ETH Zurich, p. 36-37. Apud CANONGIA, Claudia, março 2009.

3 Boston Consulting Group, World Economic Forum in “*Our critical infrastructure is more vulnerable than ever*” <https://www.weforum.org/agenda/2017/02/our-critical-infrastructure-is-more-vulnerable-than-ever-it-doesn-t-have-to-be-that-way/>.

4 ENISA, Protecting Industrial Control Systems. Recommendations for Europe and Member States, 2011. <https://www.enisa.europa.eu/publications/protecting-industrial-control-systems.-recommendations-for-europe-and-member-states>

Dessa forma, é imperioso ao Estado se organizar para fazer frente a qualquer ação, seja natural ou intencional, que venha a colocar em risco uma IC. Em se tratando da velocidade e das consequências que um ataque cibernético possa produzir, a mobilização dessas IC já deve estar organizada e operante, antes mesmo da deflagração de qualquer crise. Por isso, este capítulo propõe algumas alternativas estratégicas, visando contribuir para melhorar a estruturação, a sistematização e a integração das ICN com os órgãos estratégicos do governo e as Forças Armadas.

O AMBIENTE CIBERNÉTICO E AS AMEAÇAS ÀS INFRAESTRUTURAS CRÍTICAS

Com a evolução tecnológica, que acelerou vertiginosamente, a capacidade de processamento automatizado de dados e o intercâmbio de informações entre pessoas e instituições, trazendo grandes benefícios à humanidade, por outro lado, possibilitou o aparecimento de ferramentas de intrusão nesses sistemas informatizados utilizados pelas pessoas no desenvolvimento de suas atividades particulares e profissionais.

Nos mais diversos níveis da gestão pública ou da gestão de negócios privados de interesse público, esses recursos informatizados são utilizados em atividades diversas, inclusive nos sistemas de controle de setores estratégicos de uma nação, como são as ICN de energia, telecomunicações, transportes, abastecimento de água, finanças e defesa, entre outras.

Analisando-se os ataques virtuais que tiveram como alvo as IC de alguns países, ocorridos na atualidade, verifica-se que a complexidade e o planejamento desses ataques tiveram como origem a vontade de fazer valer os interesses de alguns Estados sobre outros.

Nesse contexto, diversas ações de ataques cibernéticos contra redes de computadores e de comunicações utilizadas em sistemas estratégicos podem impactar até a segurança nacional, na medida em que podem interromper ou degenerar o funcionamento das estruturas essenciais à sociedade e ao estado brasileiro, como é o caso das ICN.

AÇÕES RELACIONADAS AO SETOR CIBERNÉTICO IMPLEMENTADAS NO BRASIL

A ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA E AS AÇÕES DE SEGURANÇA E DEFESA CIBERNÉTICA

A Estratégia Nacional de Defesa (END), aprovada pelo Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008, estabeleceu em suas diretrizes, o fortalecimento de três setores de importância estratégica e essenciais para a defesa nacional: o espacial, o nuclear e o cibernético.

O mencionado Decreto também estabelece que as capacitações cibernéticas incluirão, como parte prioritária, as tecnologias de comunicações entre todos os contingentes das Forças Armadas, de modo a assegurar sua capacidade de atuar em rede. A END enfatiza que os setores espacial e cibernético devem permitir que as forças Armadas, em conjunto, possam atuar em rede.

Destaca também, que todos os órgãos do Estado deverão contribuir para o incremento do nível de segurança nacional, com particular ênfase nos seguintes aspectos do Setor Cibernético: as medidas para a segurança das áreas de infraestruturas críticas; e o aperfeiçoamento dos dispositivos e procedimentos de segurança que reduzam a vulnerabilidade dos sistemas relacionados à Defesa Nacional contra ataques cibernéticos e, se for o caso, que permitam seu pronto estabelecimento.

Verifica-se no contexto da END, que o Setor Cibernético não se restringe às atividades relacionadas à Segurança e Defesa Cibernética,

mas abrange, também, a Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC), ferramenta básica para a implementação de redes de computadores.

Com base na END, pode-se listar os seguintes componentes básicos do Setor Cibernético para a sua atuação em rede: estrutura de comando, controle, comunicações, computação e inteligência (C4I) para a atuação operacional e o funcionamento administrativo das Forças Armadas; recursos de TIC; e arquitetura matricial que viabilize o transito de informações em apoio ao processo decisório em tempo quase real.

SEGURANÇA CIBERNÉTICA

No nível político, as atividades relacionadas à Segurança da Informação e à Segurança Cibernética são tratadas pelos seguintes órgãos:

- a. Conselho de Defesa Nacional (CDN): trata-se de um órgão de estado de consulta do Presidente da República nos assuntos relacionados à soberania nacional e à defesa do Estado democrático de direito. Tem sua secretaria-executiva exercida pelo ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. As competências do CDN estão previstas no artigo 91 da Constituição Federal de 1988 e a regulamentação de sua organização e de seu funcionamento está contida na Lei nº 8.153, de 11 de abril de 1991;
- b. Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Creden): é um órgão de governo para assessoramento do Presidente da República nos assuntos pertinentes às relações exteriores e à defesa nacional. Sua presidência cabe ao ministro-chefe do GSI-PR e, entre suas atribuições, encontra-se a segurança da informação, atividade essa que se insere no escopo do Setor Cibernético. Suas competências, organização e normas de funcionamento estão contidas no Decreto nº 4.801, de 6 de agosto de 2003;

- c. Casa Civil da Presidência da República⁵: entre suas atribuições, merece destaque, por sua relação com o Setor Cibernético, aquela relacionada com a execução das políticas de certificados e normas técnicas e operacionais aprovadas pelo Comitê da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil). Esta atribuição é da competência do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), uma autarquia federal vinculada à Casa Civil da Presidência da República, que tem o objetivo de manter a ICP-Brasil, que é a Autoridade Certificadora Raiz na cadeia de certificação;
- d. Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI-PR)⁶: é o órgão da Presidência da República responsável pela coordenação, no âmbito da Administração Pública Federal (APF), de alguns assuntos estratégicos que afetam a segurança da sociedade e do Estado, como: Segurança das ICN, SIC e Segurança Cibernética.

Para que possa cumprir a atribuição de coordenar as atividades de Segurança da Informação, o GSI-PR conta, em sua estrutura organizacional, com três órgãos subordinados, a saber:

- a. Departamento de Segurança da Informação e Comunicações (DSIC): tem a atribuição de operacionalizar as atividades de Segurança da Informação e Comunicações (SIC) na APF, nos seguintes aspectos: regulamentar a SIC para toda a APF; capacitar os servidores federais, bem como os terceirizados, sobre SIC; realizar acordos internacionais de troca de informações sigilosas; representar o País junto à Organização dos Estados Americanos (OEA) para assuntos de terrorismo cibernético; e manter o Centro de Tratamento e Resposta a Incidentes de Redes da APF (CTIR-GOV).

5 Brasil. *Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017*. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, 2017. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Lei/L13502.htm

6 Brasil, *Decreto nº 9.031, de 12 de abril de 2017*. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, 2017 http://planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9031.htm.

- b. Agência Brasileira de Inteligência (ABIN): é o órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), que tem como objetivo estratégico desenvolver atividades de inteligência voltadas para a defesa do estado democrático de direito, da sociedade, da eficácia do poder público e da soberania nacional. Dentre as suas atribuições, a que envolve especificamente o Setor Cibernético, destaca-se a de avaliar as ameaças internas e externas à ordem constitucional, entre elas a cibernética.
- c. Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Segurança das Comunicações (CEPESC): tem como atribuição buscar promover a pesquisa científica e tecnológica aplicada a projetos de segurança das comunicações.

Outro dispositivo importante que trata do assunto em pauta é o Decreto nº 3.505, de 13 de junho de 2000, que aprova a Política de Segurança da Informação para aplicação nos órgãos da Administração Pública Federal e confere à Secretaria-Executiva do CDN, assessorada pelo Comitê Gestor de Segurança da Informação, criado por esse mesmo Decreto, e apoiada pela ABIN, por intermédio de seu Centro de Pesquisa e Desenvolvimento para a Segurança das Comunicações, diversas atribuições para implementação de medidas relativas ao tema em lide.

Analisando esses dispositivos legais e o Decreto nº 9.031, de 12 de abril de 2017, que aprova a Estrutura Regimental do GSI-PR, verifica-se que o GSI-PR centraliza a coordenação da grande maioria das medidas relativas à Segurança Cibernética e suas áreas afins, de Segurança da Informação e das Comunicações e Segurança das Infraestruturas Críticas.

Além do já citado Comitê de Segurança da Informação, o GSI-PR coordena outros organismos importantes, como Grupos de Trabalho e Grupos Técnicos relacionados à Segurança das Infraestruturas Críticas, Segurança das Infraestruturas Críticas da Informação, Segurança Cibernética e Criptografia.

No tocante às ICN, a END seleciona seis áreas prioritárias, a saber: energia, telecomunicações, transportes, água, finanças e informação, sendo que, esta última, permeia todas as anteriores, pois as IC dependem cada vez mais de redes de informação para a sua gerência e controle.

DEFESA CIBERNÉTICA

O Ministério da Defesa (MD) e as Forças Armadas, como membros da Administração Pública Federal, já participam ativamente do esforço nacional nas áreas de Segurança da Informação e Comunicações, Segurança Cibernética e Segurança das Infraestruturas Críticas.

Apesar da participação ativa nas áreas citadas, o MD vem capitaneando a ampliação dessas atividades e das estruturas, dedicadas a atender ao amplo espectro das operações características de Defesa Cibernética, abrangendo:

- a. no nível estratégico: as ações cibernéticas necessárias à atuação das Forças Armadas em situações de crise ou conflito armado e, até mesmo, em caráter episódico, em situação de paz ou normalidade institucional, ao receber mandato para isso, como aconteceu, por exemplo, na Copa do Mundo de 2014 e nos Jogos Olímpicos de 2016; e
- b. no nível operacional: as ações cibernéticas, defensivas e ofensivas, relativas ao preparo (capacitação, adiestramento ou treinamento) e ao emprego em operações militares, de qualquer natureza e intensidade, que caracterizam o ambiente de Guerra Cibernética.

A END formula diretrizes para o preparo e o emprego das Forças Armadas em atendimento às suas Hipóteses de Emprego (HE), definindo ações que devem ser observadas desde o tempo de paz, especialmente, as relacionadas aos três setores estratégicos estabelecidos – o espacial, o cibernético e o nuclear.

Visando dar provimento ao estabelecido na END para esses setores estratégicos, o MD emitiu, em 9 de novembro de 2009, a Diretriz Ministerial nº 14, definindo responsabilidades sobre a coordenação e a liderança na condução das ações referentes aos setores nuclear, cibernético e espacial, respectivamente, à Marinha, ao Exército e à Aeronáutica.

Na referida Diretriz, ficou estabelecido que os trabalhos fossem desenvolvidos em duas fases: na primeira, seriam definidos os objetivos de cada setor e a abrangência do tema; e na segunda, seriam definidas as ações estratégicas e elaboradas as propostas de estruturas, com o máximo aproveitamento e adequação das já existentes.

No que se refere ao Setor Cibernético, o Exército concluiu a 1ª fase em dezembro de 2009, com base nos estudos e propostas do Grupo de Trabalho (GT) Interforças. Os trabalhos daquele grupo prosseguiram e o Exército concluiu a 2ª fase em março de 2010.

O MD aprovou as propostas do Exército, as quais estabeleceu os objetivos estratégicos a serem alcançados para o Setor Cibernético, juntamente com as ações estratégicas previstas para cada um deles⁷.

Os objetivos estratégicos aprovados incluem ações voltadas, especialmente, para atividades de Segurança da Informação e Comunicações, Segurança Cibernética e Segurança das Infraestruturas Críticas, tanto no âmbito do MD quanto na participação colaborativa, no nível nacional, com as demais instituições envolvidas, em interação com estas, principalmente com o GSI-PR.

Essa participação colaborativa entre o MD e as instituições envolvidas, no nível nacional, pode ser colocada em prática nos dois últimos grandes eventos internacionais ocorridos no Brasil, que foram a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. A figura

7 BRASIL. Ministério da Defesa. Portaria Normativa nº 2.621. Aprova a Estratégia Setorial de Defesa. Brasília. 7 dez. 2015. <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=09/12/2015&jornal=1&pagina=32&totalArquivos=136>

Cibernética, e várias outras foram iniciadas, como a promoção da interoperabilidade do Setor Cibernético na Defesa Nacional, a criação e implantação da Escola Nacional de Defesa Cibernética, a criação e implantação do Sistema de Homologação e Certificação de Produtos de Defesa Cibernética, a capacitação e geração de recursos humanos necessários à condução das atividades do Setor Cibernético no âmbito da Defesa Nacional, a implantação do Sistema de Informações Seguras, com enfoque na área de SIC, a contribuição para o fomento da pesquisa e do desenvolvimento de produtos de defesa e a contribuição para a produção do conhecimento de inteligência oriundo da fonte cibernética.

Como pode-se perceber, na área de Defesa Cibernética, já estão estabelecidos os parâmetros básicos para a expansão, o aprimoramento e a consolidação do setor, em atendimento ao estabelecido na END e às demandas para alcançar uma estrutura sistêmica eficaz, no âmbito nacional.

AÇÕES PROPOSTAS

Ao analisar a situação atual da Segurança e Defesa Cibernética no Brasil, constata-se que existem várias normas que estruturam e orientam o setor e, ainda assim, não se tem os órgãos que compõem as ICN, os órgãos estratégicos do Governo e o Ministério da Defesa integrados e interagindo de forma sistêmica. Nesse sentido, importa questionar: por que ainda não foi possível essa integração mais estreita de todos os entes envolvidos nesse processo? O que será que está faltando? Para tentar responder a esses questionamentos, será proposta, a seguir, algumas sugestões de ações.

Com relação à Segurança Cibernética, como foi mostrado, várias ações já foram tomadas visando proteger e garantir a utilização de ativos de informação estratégicos, principalmente os ligados

às infraestruturas críticas da informação que controlam as ICN. Entretanto, não se conseguiu, ainda, uma interação efetiva que proporcione a tão almejada integração de todos os órgãos públicos e privados envolvidos no funcionamento das ICN, especialmente, os órgãos da APF.

Nesse sentido, é imperioso que todos os entes envolvidos com a Segurança Cibernética das ICN implementem também ações que garantam, primeiramente, que seus ativos críticos de informação estejam minimamente protegidos contra as ameaças internas e externas. Para isso, devem promover ações internas, ou seja, dentro de seus próprios órgãos, de modo a diminuir as fragilidades de seus ativos de informação contra ataques mal intencionados e aumentar a sua resiliência.

SISTEMÁTICA PARA AVALIAÇÃO E GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTINUIDADE DE NEGÓCIOS

Como primeiro passo para diminuir as fragilidades de seus ativos informacionais, é necessário realizar uma avaliação de riscos. Somente após essa avaliação, será possível ter uma noção das ações que devam ser tomadas para que se possa minimizar os riscos encontrados.

Indo ao encontro desse objetivo, e visando orientar todos os órgãos da APF, o GSI-PR publicou, em 2010, o “Guia de Referência para a Segurança das Infraestruturas Críticas da Informação - Versão 01”. Esse Guia, além da caracterização e contextualização do tema segurança das infraestruturas críticas da informação, apresenta uma sistemática para avaliação de riscos com proposta mais detalhada de gerenciamento de riscos e continuidade de negócios.

As ações propostas nesse Guia devem ser executadas por todos os órgãos envolvidos no processo de proteção das ICN, pois são fundamentais para a realização do próximo passo, que abrange a

implantação de centros e equipes de monitoramentos de ameaças, que permitirá a interação e a troca de informações com os órgãos de acompanhamento e controle.

CRIAÇÃO DE CENTROS E EQUIPES DE TRATAMENTO DE INCIDENTES DE REDES (CTIR E ETIR)

Com a finalidade precípua de atender aos incidentes em redes de computadores pertencentes à APF, o Departamento de Segurança da Informação e Comunicações (DSIC) do GSI-PR instituiu o CTIR Gov, que é o Centro de Tratamento de Incidentes de Segurança de Redes de Computadores da Administração Pública Federal.

Compete ao CTIR Gov, por intermédio da Coordenação-Geral de Tratamento de Incidentes de Redes (CGTIC)⁹: operar e manter o Centro de Tratamento de Incidentes de Segurança de Redes de Computadores da Administração Pública Federal - CTIR Gov; promover o intercâmbio científico-tecnológico relacionado a Incidentes de Segurança de Redes de computadores junto a outros centros; apoiar órgãos e entidades da administração pública federal nas atividades de tratamento de Incidentes de Segurança de Redes de computadores; monitorar e analisar tecnicamente os incidentes de segurança nas redes de computadores da administração pública federal; implementar mecanismos que permitam a avaliação dos danos ocasionados por incidentes de segurança nas redes de computadores da administração pública federal; e apoiar, incentivar e contribuir no âmbito da administração pública federal para a capacitação no tratamento de incidentes de segurança em redes de computadores.

9 Brasil, Presidência da República. Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. *Portaria nº 13. Brasília. 4 ago. 2006.*

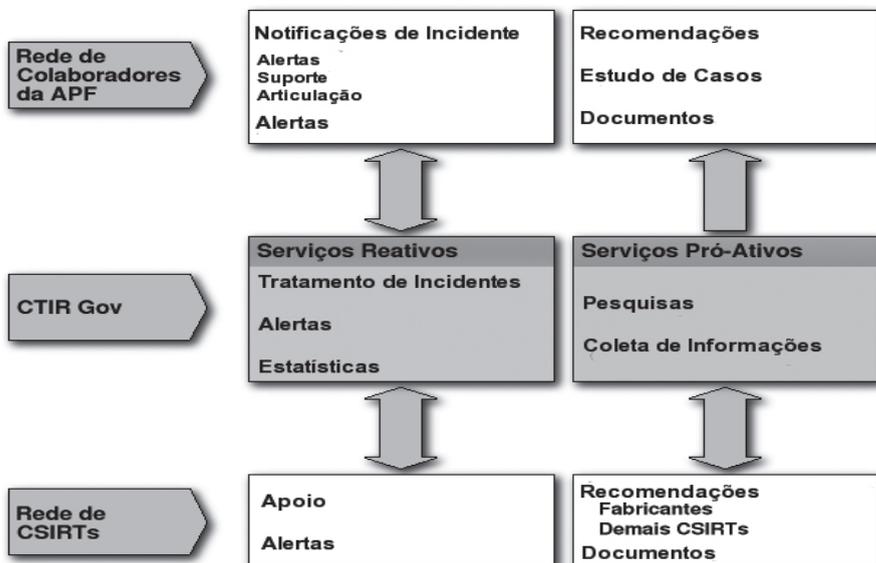


Figura 2 - Interações do CTIR Gov

Um incidente de Segurança é qualquer evento adverso, confirmado ou sob suspeita, relacionado à segurança dos sistemas de computação ou das redes de computadores. O processo de tratamento de incidentes, conforme apresentado na Figura 2, é, basicamente, desdobrado em:

- a. Notificação do Incidente: o recebimento de notificações de incidentes permite ao CTIR Gov atuar como ponto central para coordenação de soluções dos problemas decorrentes, por meio da coleta de atividades e incidentes reportados, análise das informações e correlação destas no âmbito da organização informante ou da comunidade da APF. As informações podem ser utilizadas também para determinar tendências e padrões de atividades de ataques e para recomendar estratégias de prevenção adequadas para toda a APF;
- b. Análise de Incidentes: esta atividade consiste em examinar todas as informações disponíveis sobre o incidente, incluindo artefatos e

outras evidências relacionadas ao evento. O propósito da análise é identificar o escopo do incidente, sua extensão, sua natureza e quais os prejuízos causados. Também faz parte da análise do incidente propor estratégias de contenção e recuperação;

- c. Suporte à Resposta a Incidentes: neste caso, o CTIR Gov auxilia no processo de recuperação. Esse auxílio é prestado por e-mail ou pela indicação de documentos que possam auxiliar no processo de recuperação. Essa atividade pode envolver o auxílio na interpretação dos dados coletados e na recomendação de estratégias de contenção e recuperação;
- d. Coordenação na Resposta a Incidentes: nesta atividade, o CTIR Gov coordena as ações entre os envolvidos em um incidente, o que pode incluir redes e outros centros de tratamento (CSIRTs) externos ao seu âmbito de atuação. O processo de coordenação envolve a coleta de informações de contato, a notificação dos responsáveis pelas redes, computadores ou sistemas que possam estar envolvidos ou comprometidos e a geração de indicadores e estatísticas relativas aos incidentes. O CTIR Gov age como um facilitador no processo de recuperação dos incidentes e na troca de informações entre as partes envolvidas;
- e. Distribuição de Alertas, Recomendações e Estatísticas: esta atividade consiste em disseminar informações relativas a novos ataques ou tendências de ataques observadas pelo CTIR Gov, por outros centros de tratamento ou por empresas especializadas. Esses alertas, em geral, são produzidos pelo próprio CTIR Gov, baseados nas notificações recebidas ou em incidentes tratados, ou são redistribuições de alertas emitidos por outros Centros com responsabilidade nacional. O CTIR Gov, ao redistribuir alertas, pode acrescentar recomendações específicas para seu público e atribuir diferentes graus de severidade; e
- f. Cooperação com outras Equipes: o CTIR Gov, por meio da Coordenação-Geral, atua na implementação de acordos de cooperação com outras Equipes de Tratamento de Incidente da APE, bem como com outros CSIRTs, públicos e privados, nacionais e internacionais, visando à cooperação técnica e à ajuda mútua no tratamento de incidentes de segurança.

Por intermédio da Instrução Normativa nº 1¹⁰, o GSI-PR orienta os órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta, discriminando todas as ações necessárias para se implementar a Gestão de Segurança da Informação e Comunicações. Dentre essas orientações, pode-se destacar: nomear Gestor de SIC; instituir e implementar Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais (ETIR); e aprovar Política de SIC e demais normas de segurança da informação e comunicações.

Com relação à criação das ETIR nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta, o GSI-PR editou a Norma Complementar nº 5¹¹, disciplinando a criação dessas Equipes.

Nessa Norma Complementar, além de oferecer vários modelos de implementação das ETIR, apresenta muitas maneiras diferentes dessas Equipes serem estruturadas, dependendo do modelo de implementação a ser adotado, do tamanho da organização, do número de localizações geográficas distribuídas e onde as funções estão localizadas, do número de sistemas e plataformas suportadas, do número de serviços a serem oferecidos e do conhecimento técnico do pessoal existente.

Assim como as Normas citadas acima, o GSI-PR editou várias outras Normas Complementares que vêm auxiliando todos os órgãos da APF a se estruturarem e operacionalizarem a proteção de suas redes computacionais.

Aproveitando toda essa experiência exitosa da APF, propõe-se que todos os entes que compõem as ICN adotem essa mesma estrutura para o tratamento dos incidentes de rede computacionais, ou seja:

10 Brasil. Presidência da República. Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Instrução Normativa nº1. Brasília. 13 jun. 2008. https://www.governodigital.gov.br/documentos-e-arquivos/legislacao/14_IN_01_gsidsic.pdf

11 Brasil. Presidência da República. Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Norma Complementar nº 5. Brasília. 14 ago. 2009. http://dsic.planalto.gov.br/legislacao/nc_05_etir.pdf

implementação de CTIR e ETIR em todos os atores que lidam com a segurança das infraestruturas críticas do País.

Uma forma de se implementar essa estrutura seria:

- a. criação de um CTIR em cada Agência Reguladora das áreas prioritárias, como por exemplo: Comunicações (ANATEL), Energia (ANEEL), Água (ANA), Transportes (ANTT);
- b. criação das ETIR nos diversos órgãos que compõem as ICN, por exemplo, energia elétrica: uma ETIR em cada uma das Operadoras, Distribuidoras, Transmissoras e Geradoras de energia elétrica, ligadas ao CTIR da ANEEL; e
- c. ligação de todos os CTIR, incluindo aqui o Comando de Defesa Cibernética (ComDCiber), que atuaria como um CTIR do Ministério da Defesa, ao CTIR Gov ou outro órgão que possa vir a ser criado para esse fim. Neste caso, o CTIR Gov também estaria ligado a esse órgão.

Com a criação desses CTIR e ETIR, estariam abertas as portas para uma maior interação entre todos os entes ligados à Segurança e Defesa Cibernética das ICN e estaria, também, lançada a base para a criação e efetivação de um Sistema de Segurança e Defesa Cibernética Brasileiro.

CRIAÇÃO DO SISTEMA DE SEGURANÇA E DEFESA CIBERNÉTICA BRASILEIRO

Como se pode observar do que foi até aqui apresentado, o Brasil já possui uma estrutura básica significativa nas áreas de Segurança Cibernética (aqui incluída a Segurança da Informação e das Comunicações e Segurança das Infraestruturas Críticas) e Defesa Cibernética.

Na área de Segurança Cibernética, a estrutura atual confere vantagem fundamental ao concentrar a coordenação das ações principais em um órgão da estrutura da Presidência da República, no caso o GSI-PR.

O Trabalho do GSI-PR nesse setor é facilitado pela sua estrutura organizacional que permite congregiar esforços das principais áreas de interesse, reunindo os campos técnicos da atividade à inteligência, à prevenção e gerenciamento de crises e ao campo militar.

Outro fator relevante é a responsabilidade atribuída ao GSI-PR de executar as atividades necessárias ao exercício das competências do CDN e da Creden, organismos que detêm prerrogativas essenciais voltadas ao Setor Cibernético nos campos das decisões estratégicas, no caso a CDN, e da formulação das políticas públicas e diretrizes, bem como da articulação de ações que envolvam mais de um ministério, nesse caso o Creden.

Portanto, é desejável que se mantenham todas essas atribuições vinculadas a um órgão da estrutura da Presidência da República, no caso atual o GSI-PR, que atuaria como Órgão Central desse Sistema.

Isso se aplica, também, às atividades de Defesa Cibernética, que embora sejam mais diretamente ligadas ao Ministério da Defesa e às Forças Armadas, necessitam da vinculação ao CDN, para as decisões estratégicas, e à Creden, principalmente, para a articulação de ações com outros órgãos públicos e privados de interesse.

Tomando-se como ponto de partida as propostas apresentadas por Oliveira, propõe-se o fortalecimento das estruturas já existentes e a adoção de mecanismos que proporcionem a sua atuação sistêmica, como a formulação das políticas e diretrizes públicas correspondentes e da emissão de dispositivos legais que amparem e regulamentem a atuação articulada dos órgãos participantes do sistema.

De uma forma simplificada, a Figura 3 abaixo apresenta uma visão geral do Modelo Institucional do Sistema de Segurança e Defesa Cibernética Brasileiro.

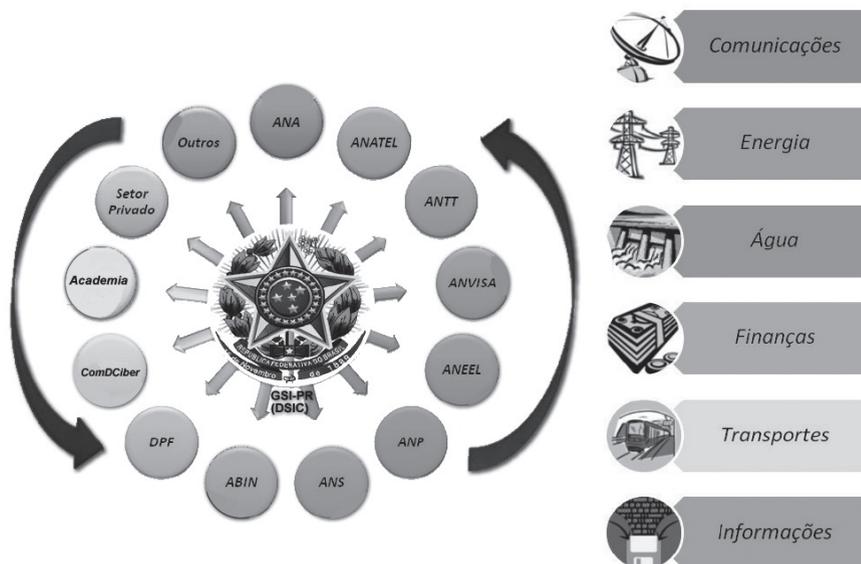


Figura 3 – Modelo Institucional do Sistema de Segurança e Defesa Cibernética Brasileiro¹²

Quanto à Defesa Cibernética, os objetivos estratégicos e ações estratégicas correspondentes já estão estabelecidos, conforme explanado anteriormente, trata-se agora de buscar implementá-los.

Para viabilizar a criação desse Sistema e facilitar os entendimentos para a sua implementação, torna-se necessário o estabelecimento de um Grupo de Trabalho interministerial de alto nível, no âmbito da Creden, a fim de estudar e propor a organização desse novo Sistema, com base na expansão, adequação e aprimoramento das estruturas existentes.

Outro ponto importante a destacar é a imperiosa necessidade de o Sistema contemplar a participação e a interação permanentes com a atividade de inteligência.

¹² Adaptado de Barros.

INTEGRAÇÃO DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA À SEGURANÇA E DEFESA CIBERNÉTICA

A atividade de inteligência exerce papel fundamental nos ambientes de Segurança e Defesa Cibernética. Ela é essencial na busca de informações, empregando todas as fontes disponíveis, para identificar e prevenir ameaças cibernéticas e proporcionar respostas adequadas, com oportunidade. Além disso, os profissionais que atuam no Setor Cibernético devem desenvolver atitude intrínseca de contrainteligência, a fim de proteger o conhecimento e as informações inerentes às suas atividades.

Nesse particular, é importante a expansão das atividades de Inteligência do Sinal para abranger, também, as necessidades cibernéticas, como está ocorrendo em outros países. Ademais pode-se aproveitar a experiência de atuação nesse ambiente das Forças Armadas e do SISBIN. Portanto, os órgãos de inteligência do SISBIN devem cumprir atividades importantes, dentro do pretendido Sistema de Segurança e Defesa Cibernética Brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se, por um lado, os avanços obtidos na área de Tecnologia da Informação e das Comunicações facilitam nossas vidas e trazem benefícios importantes para a humanidade como um todo, por outro lado, trazem, também, efeitos colaterais nocivos com os quais temos que aprender a lidar.

Assim como o espaço cibernético evolui, é de se esperar que as ameaças e os desafios que emanam dele também evoluam. A ameaça cibernética é patente e real. Ela se revela na rotina das pessoas e instituições, quer nos ambientes individual, coletivo ou profissional, e se estampa no noticiário da mídia praticamente todos os dias.

No ambiente estratégico do Estado, o combate a essa ameaça deve fazer parte de suas prioridades, a fim de prevenir danos à sociedade e ao próprio Estado, os quais podem assumir proporções consideráveis.

No Brasil, apesar de ser relativamente recente a preocupação com o tema, as ações têm-se intensificado nos últimos anos.

No campo da Segurança Cibernética, as ações ganharam maior impulso a partir da criação do DSIC no GSI-PR, em 2006, e no campo da Defesa Cibernética, ênfase maior passou a ser observada a partir da edição da END, em 2008.

De qualquer modo, o momento atual é propício para acelerar medidas, a fim de se mobilizar, de forma permanente, todos os atores que lidam com a segurança das infraestruturas críticas nacional e que comporiam o Sistema de Segurança e Defesa Cibernética Brasileiro. Nesse sentido, foram propostas algumas ações para contribuir com o alcance desse objetivo:

- a. Sistemática para Avaliação e Gerenciamento de Riscos e Continuidade de Negócios, como sendo o primeiro passo para a proteção dos ativos críticos da informação;
- b. Criação de Centros e Equipes de Tratamento de Incidentes de Redes (CTIR e ETIR), como uma forma de se facilitar a interação e a troca de informações entre todos os entes envolvidos na proteção das ICN;
- c. Criação do Sistema de Segurança e Defesa Cibernética Brasileiro, para sistematizar, integrar e permitir que as informações fluam com rapidez, para que os atores responsáveis possam tomar as decisões acertadas tempestivamente, e estabelecer um ambiente colaborativo permanente; e
- d. Integração das atividades de Inteligência à Segurança e Defesa Cibernética, como uma forma de se prever, antever e até impedir que as tentativas de ataques aconteçam.

De uma forma geral, este capítulo procurou focar na melhoria das interações e integração dos órgãos que compõem a ICN, com vista a

viabilizar a mobilização permanente em relação à Segurança e Defesa Cibernética. Assim, para a estruturação e fortalecimento da proteção cibernética das ICN, vários outros fatores, além das propostas aqui apresentadas, devem ser considerados e analisados pelo Grupo de Trabalho Interministerial, proposto acima, uma vez que fugiriam ao escopo deste capítulo.

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO DIGITAL NA ERA DA INFORMAÇÃO: IMPRESSÕES DO PROJETO DE EXTENSÃO “CYBER-CID” DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

MARCOS AURÉLIO GUEDES DE OLIVEIRA E ET AL.¹

INTRODUÇÃO

Na sua famosa Declaração da Independência do Ciberespaço, o ativista John Perry Barlow afirmou que “a internet é intrinsecamente extranacional, intrinsecamente antisoberana e a soberania [dos países] não é aplicável a nós”. Temos que descobrir as coisas por conta própria². Entretanto, desde meados da década de 90, diversos países e organizações internacionais têm discutido a importância de desenvolver algumas diretrizes para tornar o incipiente mundo cibernético com o mínimo de paradigmas.

Vivencia-se um momento de profunda mudança e ruptura social, provocado pela rápida expansão da infraestrutura de comunicação digital e pela adoção de tecnologia exponencial. Nesse contexto, a proteção dos direitos humanos no século XXI depende da capacidade dos indivíduos em articular a aplicação dos princípios duradouros desses direitos ao contexto cibernético. Entretanto, há muitos desafios

1 Ana Carolina de Oliveira Assis, Carlos Eduardo Vieira Braga, Carolina Lucena Cruz, David Victor de Melo Chaves, Fernando Henrique Casalunga, Natália Diniz Schwether, Nathália Viviani Bittencourt, Thays Felipe David de Oliveira e Vitor Alves

2 John Perry Barlow, *A declaration of the independence of cyberspace*, 1996. <https://projects.eff.org/~barlow/Declaration-Final.html>. Acesso em 25 de junho de 2019.

a serem enfrentados pelos Estados no que concerne à harmonia entre a governança digital e a segurança da informação.

Nesse ensejo, o princípio de que os direitos humanos consagrados *offline* também devam ser protegidos *online* foi firmemente estabelecido pelas resoluções da Assembleia Geral da ONU e do Conselho de Direitos Humanos da ONU. Contudo, uma das maiores dificuldades em relação aos direitos humanos *online* situa-se na sua implementação. O conjunto básico de direitos humanos relacionados à Internet inclui privacidade, liberdade de expressão, o direito de receber informações a proteção da diversidade cultural, e o direito à educação.

Nesse sentido, torna-se fundamental que o Estado possua políticas públicas que desenvolvam a cidadania digital para a população, na medida em que a Era da Informação trouxe consigo novos mecanismos de sociabilidade. Com efeito, sendo a educação o alicerce fundamental para o fomento da cultura em segurança da informação, o objetivo deste capítulo é demonstrar as primeiras impressões de uma atividade de extensão da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), que observou essa necessidade e buscou educar jovens alunos do ensino médio sobre como utilizar mecanismos de participação eletrônica.

Em quatro módulos, os estudantes da Universidade criaram diferentes abordagens para apresentar soluções para essas novas demandas e lacunas. Nos próximos capítulos, será apresentado o conteúdo e as impressões dos tutores dos quatro módulos. O primeiro tem como objetivo educar jovens alunos do ensino médio sobre como utilizar mecanismos de participação eletrônica, bem como apresentar uma evolução histórica dos direitos ao acesso à informação. Já o Módulo II, busca ilustrar o funcionamento básico da infraestrutura da rede mundial de computadores e suas vulnerabilidades; o III, por seu turno, demonstra os perigos dos crimes cibernéticos e tenta instruir as pessoas a como procurar ajuda, especialmente, em casos sensíveis,

como o *Cyberbullying* e *Sextortion*; e, por último, o Módulo IV incentiva o uso responsável das redes sociais e em aparelhos eletrônicos na sala de aula.

Em arremate, é fundamental que os mesmos direitos humanos consagrados *offline* também sejam garantidos *online*. Para tanto, faz-se necessário que o Direito e as relações internacionais cooperem ao alcance do avanço das tecnologias e combatam as novas formas de crimes cibernéticos. Desse modo, o presente capítulo busca apresentar a experiência dos pesquisadores do Projeto de Extensão *Cyber-Cid* nas salas de aula, na medida em que acredita-se que a cidadania cibernética é elemento fundamental para a segurança da informação dos países.

IMPRESSÕES DO MÓDULO I - ACESSO À INFORMAÇÃO

Este módulo cria estratégias diversificadas para conscientizar os alunos da importância da Lei de Acesso à informação na transformação da cultura institucional brasileira. Nesse sentido, foi desenvolvido um guia didático com enfoque na divulgação de informações relevantes sobre a transparência e a participação civil no processo decisório da esfera pública, bem como de cooperação entre órgãos públicos e seus cidadãos.

Este módulo prevê, ainda, pesquisas para medir o impacto social do projeto, através do uso de questionários que permitam a análise comparativa da média de informação dos alunos sobre a temática *ex-ante* e *ex-post* sua aplicação. Os alunos foram instruídos sobre as formas de acesso aos dados da transparência ativa - sites, órgãos, e entidades que cuidam da divulgação das informações de interesse geral. Com efeito, sabe-se que os documentos públicos são de publicação obrigatória (regra geral). Além disso, apresentou-se o conceito de transparência passiva, a qual se refere à informação disponibilizada pelo poder público de modo periódico sem necessidade de solicitação prévia.

Ademais, montaram-se grupos de debate para discutir a importância da produção de dados confiáveis e acessíveis para que os cidadãos possam exercer o controle social e monitorar a garantia de seus direitos. Diante disso, os alunos da rede pública municipal de Recife entraram em contato com os seguintes documentos oficiais:

- Declaração Universal dos Direitos Humanos – art.19;
- Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção – Artigos 10 e 13;
- Declaração Interamericana de Princípios da Liberdade de Expressão;
- Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos – art. 19;
- Lei 12.527 (18.11.2011) – Lei de acesso à informação - art. 5º, inciso XXXIII, art. 37, parágrafo 3º, inciso II e art. 216, parágrafo 2º. Vetos. Caput e Inciso 1º art. 19. Razões dos vetos. Caput do art. 35;
- ONG ARTIGO 19 - Relatórios de monitoramento da Lei de Acesso à Informação (2012-2017);
- Relatório sobre desenvolvimento humano (2002) CCDH;
- Declaração Conjunta ONU, OSCE, OEA e ARTIGO 19 sobre o direito à informação;
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

Diante disso, o presente módulo tem como desiderato apresentar aos estudantes elementos de transparência ativa e passiva, a fim de ilustrar os direitos e deveres concedidos a cada cidadão por meio da ilustração do nosso arcabouço legal. Assim, acredita-se que seja fundamental este entendimento para que o cidadão tenha conhecimento de suas responsabilidades e garantias.

IMPRESSÕES DO MÓDULO II - INFRAESTRUTURA DE REDE

Este módulo tem como objetivo apresentar aos alunos, de maneira lúdica e didática, noções básicas de infraestrutura de rede. Dado que o ciberespaço é cada vez mais frequentado pelas novas gerações e essas são estimuladas a vivenciar o mundo virtual desde muito cedo. Por isso, entender as configurações da navegação em rede é de suma importância o contexto geopolítico mundial.

Neste sentido, conceitos como comunicação em rede, segurança de dados, *hackerismo* e cidadania virtual são apresentados aos ouvintes, estimulando-os a debater, através de suas vivências, aplicações práticas desses fenômenos. Como metodologia de ensino, foram aplicadas técnicas de aprendizagem ativa, no qual os alunos participaram de jogos temáticos, rodas de diálogos e fóruns de debate, além de participarem de uma dinâmica de grupo para compararem suas opiniões sobre a aula dada, contrastando com suas bagagens anteriores ao módulo.

Dessa forma, alguns questionamentos foram levantados para entender qual o nível de conhecimento dos estudantes sobre *malwares* que fazem parte do cotidiano de todos: O que são vírus? Como surgiram? Quais suas funções e a diversidade dos tipos que existem e infectam os computadores no dia de hoje? Através da conceituação, exemplificação e exposição de técnicas de proteção da presença de vírus nas redes os alunos foram estimulados a participarem do jogo “Vírus *versus* Usuários”, no qual metade da turma teve que desempenhar o papel de um vírus tentando infectar os servidores dos usuários - a segunda metade do grupo. Ambos os grupos foram perguntados, ao fim da dinâmica, sobre quais reflexões poderiam ser levantadas do jogo para o mundo real.

Além disso, os alunos assistiram a um ataque em tempo real de um “*Hacker*”, desempenhado por um expositor, a fim de demonstrar boas práticas de proteção de *Hardware* e *Software*. Como atividade, os alunos foram divididos em dois grupos e tiveram acesso a alguns pen-drives, dois estavam infectados. Com os conhecimentos dispostos nas aulas, eles tiveram condições de identificá-los e corrigi-los. No fim da atividade, os alunos foram questionados sobre os conhecimentos práticos adquiridos.

Por fim, foram expostos dois tipos de sistemas operacionais distintos, sendo comparados através de sua segurança, custo, funções e aplicabilidades. Após a aula expositiva, os alunos foram estimulados

a formular perguntas sobre os modelos. No final, apresentou-se qual é o bom comportamento dos usuários em rede. Acredita-se que o presente módulo é de suma importância para que a população tenha boas práticas online e saiba se prevenir de possíveis ataques maliciosos. Afinal, simples atitudes como ter senhas diferentes pode ser fundamental para evitar invasões indesejadas.

IMPRESSÕES DO MÓDULO III - CRIMES CIBERNÉTICOS

Com o avanço das tecnologias, o mundo conectado em redes e o armazenamento de dados em arquivos em nuvem, as nações passam a modernizar a sua legislação no intuito de proteger a soberania e a privacidade de seus cidadãos. Sendo assim, torna-se essencial que o Estado tenha respostas para essas novas interações sociais, de forma a elaborar dispositivos que salvaguardem os direitos fundamentais de cada cidadão, bem como da própria segurança nacional

O Módulo 3 do curso foi responsável pela introdução das questões relacionadas aos Crimes Cibernéticos e os direitos e deveres dos usuários nas redes. Sendo assim, no momento inicial, os alunos tiveram contato com a definição do que são crimes cibernéticos, seus tipos penais e legislação correlata. Em seguida, foi apresentado o Marco Civil da Internet atrelado a uma dinâmica sobre o bom uso do espaço virtual. Também foi dedicada uma aula para questão de Ciberespionagem, sua definição, casos práticos e o seu combate pelos países. Por fim, foram expostas situações fáticas com as quais os alunos interagiram com a equipe para definir o que é crime e o que não é e como lidar com essas situações.

Nesse contexto, o Marco Civil da Internet, ou a Constituição da Internet no Brasil, é de fundamental importância para o conhecimento dos direitos e deveres dos usuários e provedores das redes. Desse modo, foi feita uma exposição geral de seus princípios e diretrizes, bem

como a ilustração de como os dados dos indivíduos são informações elementares do direito à privacidade e devem ser respeitados, tanto pela iniciativa privada quanto pelo Governo.

Também foi realizada aula expositiva sobre o conceito de crime, o surgimento da lei de crimes cibernéticos - Lei nº. 12.73712 (Lei Carolina Dieckmann) e a exposição do Direito Penal Brasileiro na perspectiva da configuração de crimes pelas redes em decorrência de seu mau uso (Injúria Racial, Ameaça, Pornografia Infanto-Juvenil, delitos de ódio, dentre outros). Por último, os conceitos de Cyberbullying, Sextorsão, Pornografia de Vingança e proteção legal a essas situações foram ilustrados. Como o indivíduo (vítima) deve se proteger nessas situações? Qual é a responsabilidade dos indivíduos e cuidado no uso das redes sociais para evitar possível má conduta?

Em arremate, também foi planejada uma aula que apresentou o conceito de defesa cibernética, bem como a sua influência no combate à ciberespionagem e a luta dos países em busca de tecnologias para governança do ciberespaço. Foi realizada uma exposição breve de como a ciberespionagem tornou-se uma ferramenta de poder nas relações internacionais.

Nesse contexto, utilizou-se a técnica de *Problem-Based Learning*, para expor aos alunos situações (hipotéticas ou da realidade) que envolviam atividades que podem ser enquadradas como crimes cibernéticos com a finalidade de colocar em prática os conhecimentos adquiridos. Os jovens foram questionados se aquela situação é crime ou não e como eles agiriam em cada situação. Após a discussão, a equipe responsável pelo módulo ilustrou em qual crime aquela situação se enquadrava e recomendou como o público deve agir.

IMPRESSÕES DO MÓDULO IV - USO DAS REDES SOCIAIS

Este módulo final tem por objetivo apresentar as problemáticas por trás do uso das redes sociais, bem como os meios para lidar com

elas. Com o advento de redes sociais como o *Facebook* e o *Twitter* e o crescente número de seus usuários, a socialização virtual se tornou um fenômeno cada vez mais presente na vida das pessoas, especialmente, das gerações mais novas.

Apesar de proporcionarem a aproximação de pessoas, o compartilhamento de notícias e o aprendizado de informações e conteúdos novos, é possível notar muitos males relacionados à esfera virtual e sua utilização, como o roubo de dados pessoais, o compartilhamento de notícias falsas e a manipulação da opinião pública. Neste módulo, busca-se ensinar o básico do funcionamento das redes sociais, além de maneiras de proteção de dados pessoais, checagem de dados e como aprender pelas redes sociais. Também discutiu-se como uma atuação consciente e ativa das redes sociais pode acontecer, focando na prática da cidadania por meio delas.

Nas aulas, foi realizado uma exposição sobre o conceito e o desenvolvimento das redes sociais, bem como sobre as redes sociais mais utilizadas no Brasil e no mundo, seus perfis de utilização e funcionamento. Também foi discutida com os alunos a compreensão de redes sociais, focando em experiências coletivas relativas ao uso e propósito das redes, bem como seus benefícios na vida privada e em sociedade; introdução à discussão de cidadania cibernética (*netizenship*) e direitos de conteúdo e imagem (*copyrights*).

Além disso, os principais riscos associados ao uso das redes sociais também foram ilustrados, como roubo de informações pessoais por terceiros e captação de dados pessoais por empresas de tecnologia. Problematizou-se a aquisição não consentida de informações para propósitos políticos e a criação de *bots* para aumentar interações em determinadas páginas e/ou assuntos. Também foi elucidada a razão de algumas redes sociais serem bloqueadas por ordem judicial, bem como a discussão sobre os temas e o ensino de mecanismos de proteção - criação de senhas mais seguras.

Por fim, foi feita uma discussão com os alunos sobre o uso do meio virtual para a obtenção de notícias seguras e fiáveis, o compartilhamento de informações e a aprendizagem. Ensinou-se o conceito de *fact checking* (checagem de dados), bem como assinalou-se a importância do cuidado no repasse de notícias não checadas. Como metodologia, a aula foi finalizada com uma competição online por meio da plataforma *Kahoot!*, em que consistiram manchetes e links de notícias divulgadas na rede e os alunos deverão classificá-las como verdadeiras ou não.

CONCLUSÃO

O crescimento das novas tecnologias no século XXI trouxe muitos debates acerca do seu impacto social e da importância de se garantir a manutenção dos direitos humanos também no mundo digital. Conforme mencionado, percebe-se a necessidade da criação de ferramentas legais de proteção e de investigação eficazes na sua persecução. O Brasil, por exemplo, apenas editou a sua primeira norma específica ao combate de delitos cibernéticos após o escândalo das fotos íntimas usadas como extorsão contra a atriz Carolina Dieckmann.

No entanto, devido à transversalidade dos direitos humanos, entende-se que muitas violações já possuem guarida no ordenamento jurídico. Conforme elucidado, ameaça, calúnia e injúria racial, por exemplo, já existem no Código Penal, mas novas formas de má conduta no mundo digital, como a *Sextorsão* e a *Pornografia de Vingança*, também devem possuir guarida na legislação. Todavia, é necessário diligência e competência para a perseguição de criminosos online, bem como a importância de que se ampliem as delegacias especializadas ao funcionamento do seu combate.

Nessa perspectiva, ilustrou-se a experiência de alunos da Universidade Federal de Pernambuco e sua atuação na busca pela expansão de conhecimento relativo à segurança da informação. Assim, o grupo

de extensão organizou a estrutura das aulas em quatro módulos, que foram elaborados conjuntamente, a partir do entendimento do que eles consideram como fundamental para uma completa cidadania cibernética.

Em arremate, é fundamental que os mesmos direitos humanos consagrados *offline* também sejam garantidos *online*. Para tanto, faz-se necessário que o Direito e as relações internacionais cooperem ao alcance do avanço das tecnologias e combatam as novas formas de crimes cibernéticos. E, nesse sentido, acredita-se que a educação digital é elemento essencial para que a sociedade esteja alinhada com os novos fenômenos e demandas da Era Digital.

CONCLUSÃO

POSSÍVEIS DIRETRIZES E AÇÕES DE SEGURANÇA E DEFESA CIBERNÉTICA NO CONTEXTO DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL

MARCOS AURÉLIO GUEDES DE OLIVEIRA

A revolução tecnológica que se consolida nas primeiras décadas do século XXI tem sido acompanhada por grandes transformações nos processos culturais e políticos das nações. Entre essas transformações pode-se citar o surgimento de novas ameaças à segurança e a defesa associados à informatização do conhecimento, da comunicação e dos sistemas sensíveis e fundamentais para manutenção da vida social, assim como o surgimento de guerras e conflitos não declarados e com objetivos, muitas vezes, de solapar setores das estruturas do poder nacional via roubo de tecnologia e recursos naturais ou mesmo de guerra psicológica via redes sociais. Essa nova realidade exige a atualização dos protocolos e processos relativos à defesa, no caso específico aqui tratado, da política de mobilização nacional.

No século XX, os Estados Unidos demoraram cerca de três anos para poderem ingressar na Primeira Guerra Mundial. Além de posicionamentos e alianças políticas, esse período foi necessário para poder converter todas as forças do país para o esforço de guerra. Hoje a rapidez com que ocorrem e se desenvolvem os conflitos inviabiliza a visão tradicional de mobilização nacional. Contudo, mobilização nacional, continua a ser vista segundo padrões do século XX. Conforme legislação brasileira, é definida como “o conjunto

de atividades planejadas, orientadas e empreendidas pelo Estado, complementando a Logística Nacional, destinadas a capacitar o País a realizar ações estratégicas, no campo da Defesa Nacional, diante de agressão estrangeira” (Art. 2º da Lei Nº 11.631/2007).

A mobilização é importante para a defesa nacional ao permitir que o país esteja preparado para atuar com todos os recursos disponíveis em menos tempo. Assim, esta responde ao provérbio clássico dos Estudos da Guerra: “*Si vis pacem, para bellum*” [Se queres paz, prepara-se para a guerra]. Dessa forma, para que a mobilização nacional seja executada diante de uma ameaça, deve-se prepará-la durante o período de paz.

Quando os recursos logísticos são obtidos pela mobilização, em tempo de paz, na fase do preparo, eles passam a ficar disponíveis e podem ser utilizados pelas forças a qualquer tempo. Sem o preparo, a decretação da mobilização nacional é inócua e a celeridade se dará apenas com as medidas menos nobres, ou seja, as de execução compulsória, como alugar, requisitar, arrendar, confiscar, desapropriar e outros. Assim, a mobilização nacional consiste em duas fases, a de preparação e a de execução, sendo esta última dependente da primeira para configurar um sucesso.

A mobilização nacional em si demanda uma atualização contínua conforme a guerra e os conflitos evoluem. As regras de mobilizações aplicadas durante as duas guerras mundiais não poderiam ser utilizadas atualmente, devido a evolução tecnológica. Também apresenta limitação geográficas, uma técnica aplicada em um país europeu não pode ser utilizada por um país sul-americano, no máximo poderia ser utilizada como parâmetro para uma política própria de mobilização.

Cabe ressaltar ainda, que o uso clássico de mobilização previa seu acionamento diante de uma ameaça externa, especialmente, militar. O avanço da tecnologia e a utilização de novos armamentos, particularmente no pós-guerra fria, requer repensar os conceitos

e aplicações da mobilização nacional, de forma adequá-la. No mais, o surgimento de ameaças transnacionais e não-estatais torna a mobilização clássica limitada.

Um dos principais desafios da mobilização no século XXI é sua aplicação diante das novas ameaças. Por outro lado, a evolução tecnológica também permite a aplicação de novos recursos na mobilização. Exemplificando, o uso do espaço cibernético, sistemas de inteligência e a atuação em rede de organismos de defesa e segurança nacional podem beneficiar a preparação e a execução da mobilização nacional.

Tendo como base esse novo cenário tecnológico, é necessário que o Brasil reestruture a mobilização nacional criando medidas que busquem uma maior proteção nacional, tendo como base a atualização as condições emergentes de guerra.

Uma medida que traria uma maior proteção em tal âmbito seria a criação de políticas públicas de informação para que possam atender as exigências da área de mobilização nacional. Enquanto que uma segunda medida, seria desenvolver tecnologias existentes de redes sociais que irá gerar produtos inovadores colocando o Brasil em uma vanguarda tecnológica. É necessário a continuidade do diálogo entre o Estado, a academia e o setor privado. Quando esse diálogo evoluir, o país ficará melhor preparado para desenvolver novas formas de Mobilização Nacional.

DEFESA CIBERNÉTICA E MOBILIZAÇÃO NACIONAL

TIPOGRAFIA

Exo (títulos) e Minion Pro (texto)

PAPEL

Capa em Triplex 250g/m²

Miolo em Off-set 75g/m²

Montado e impresso na oficina gráfica da



Rua Acadêmico Hélio Ramos, 20 | Várzea, Recife - PE I CEP: 50740-530

Fones: (81) 2126.8397 / 2126.8930 | Fax: (81) 2126.8395

www.ufpe.br/edufpe | livraria@edufpe.com.br



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO



ISBN 978-85-415-1176-6



9 788541 511766